



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Aos dezoito dias do mês de dezembro dois mil e dezanove reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, pelas nove horas e com a seguinte ordem de trabalhos-----

PONTO 1 – Aprovação de ata da sessão anterior; -----

PONTO 2 – Informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara; -----

PONTO 3 – Informação pelo Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega relativa às Atividades Desenvolvidas no ano de 2019; -----

PONTO 4 - Modificação por Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais 2019. Informação N.º 45/DGF/2019; -----

PONTO 5 – Aprovação dos Documentos Previsionais para o Ano de 2020. Aprovação do Mapa de Pessoal, ao abrigo da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro. - Versão Definitiva. Proposta Nº115/GAP/2019; -----

PONTO 6 – Definição da Taxa de Imposto Municipal sobre imóveis a liquidar no exercício económico de 2020. Proposta Nº 103/GAP/2019; -----

PONTO 7 – Fixação de Imposto Municipal de “derrama” referente a 2019 e a cobrar em 2020. Proposta Nº 104/GAP/2019; -----

PONTO 8 - Criação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), para o ano de 2020. Proposta Nº 97/GAP/2019. -----

PONTO 9 – Consulta Prévia Nº29/SC/2018 – Prestação de serviços de auditoria financeira – Relatório e conclusões apresentados pela KPMG e Associados, S.A. Informação Nº42/DGF/2019; -----

PONTO 10 – Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos destinado à exclusiva amortização antecipada de outros empréstimos em vigor/ até 9.120.342,51€. EMLP para saneamento financeiro (CGD) = 2.380.371,39€. EMLP para saneamento financeiro (BPI) = 6.739.971,12€. Relatório final de análise das propostas – pedido de autorização. Informação N.º 43/DGF/2019; -----

PONTO 11 - Minuta do Contrato Interadministrativo entre os Municípios e as Juntas de Freguesia. Informação Nº272/DAR/2019; -----

PONTO 12 - Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesias do Concelho de Chaves, com escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, para expediente e limpeza e outras despesas - Ano Letivo 2019/2020. Informação Nº201/SE nº74/2019; -----

PONTO 13 - Celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Lamadarcos. Proposta Nº 106/GAP/2019; -----

PONTO 14 - Junta de Freguesia de Santo Estevão. apoio financeiro relativo ao Ano Letivo 2019/2020. Proposta Nº 112/GAP/2019; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

PONTO 15 - EHATB, EIM, S.A. Relatório de Execução Orçamental 3º Trimestre 2019; -----

PONTO 16- Celebração de Contrato-Programa entre o Município de Chaves e a EHATB- Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A. Ano 2020. Proposta Nº 117/GAP/19. -----

PONTO 17 - Aprovação definitiva do Projeto de Regulamento de atribuição de bolsas de investigação. Proposta Nº 102/GAP/2019; -----

PONTO 18 - Quarta alteração ao Regulamento para atribuição de apoios a estratos sociais desfavorecidos. Informação/Proposta Nº207/SHSDPC/Nº 123/2019; -----

PONTO 19 - Projeto de Interesse Municipal “Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio”. decisão definitiva no âmbito do procedimento de audiência prévia sobre o parecer emitido pela CTAAF-PIM no 3.º Relatório Semestral de acompanhamento, de 16/05/2019 (deliberação de reunião de câmara de 11/06/2019) Informação Nº97/DSC/2019, da Engª Cláudia Ferreira de 08.10.2019; -----

PONTO 20 – Análise do 2º Relatório Semestral de Execução do Projeto de Investimento “Solar Thermallnstitute” classificado como PIM – Requerente: Solar Investment Imobiliária, Lda – Morada: Edif. Praça do Brasil, Lj.4 e 11, 5400-123 Chaves - Informação Nº82/DSC/2019, do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira de 2-09-2019 -----

PONTO 21 - Análise do 11º Relatório Semestral de Execução do Projeto de Investimento “Preparação e Conservação de Frutas por Outros Processos” classificado como PIM”, sendo Promotora Isabel Grilo Unipessoal, Lda. – decisão definitiva - Informação Nº83/DSC/2019, da Engª Cláudia Ferreira de 26-08-2019; -----

PONTO 22 - Análise do 2º Relatório Semestral de execução do Projeto de Investimento “Reabilitação do Hotel Premium Chaves – Aquae Flaviae” classificado como PIM – Requerente: Hotel Premium Chaves, Lda – Praça do Brasil, 5400-123 Chaves - Informação Nº111/DSC/2019, da eng.ª Cláudia Ferreira de 21.11.2019; -----

PONTO 23 - Pedido de certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – do Fundo & Filhos, Hotel Castelo de Chaves, Lda – Processo 188/15 – Rua dos Açougues, Nº 20 / Rua da Muralha Nº 2 a 4 – Santa Maria Maior - Informação N. 346/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar; -----

PONTO 24 -Pedido de Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Secundino Fernandes dos Santos – Processo 187/17 – Rua das Longras - Santa Maria Maior - Informação Nº 404/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar; -----

PONTO 25 -Pedido de Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Sogevalor – Investimentos, Lda – Processo 554/17 – Terreiro de Cavalaria - Santa Maria Maior - Informação Nº 405/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

PONTO 26 -Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Paulo Jorge dos Santos Teixeira – Processo 168/14 – Rua São José - Madalena - Informação Nº 417/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

PONTO 27 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Adérito Costa Medeiros – Processo 380/16 – Rua Direita, Nº 96/98 - Santa Maria Maior - Informação Nº 418/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

PONTO 28 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Eduardo José da Graça Tiago – Processo 445/18– Rua Direita 205/207 – Santa Maria Maior - Informação Nº 421/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

PONTO 29 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI – Florinda de Oliveira Teixeira Batista – Processo 705/13 – Rua dos Dragões - Santa Maria Maior - Informação Nº 425/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

PONTO 30 – Edificação e Regularização de Imóveis, pedido de isenção – Processo Nº 247/19 – União de Freguesias de Eiras, S. Julião de Montenegro e Cela – Lugar de Forno, S. Lourenço – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da sra. Eng.ª Maria João Chaves datada de 03.10.2019. -----

PONTO 31 – Alterações ao Alvará de Loteamento N.º 16/88, exposição – Processo n.º 4/06 – Carrico e Alves, Lda. – Lugar do Lombo, Freguesia de Vilar de Nantes – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da sra. Arq.ª Dora Videira datada de 25.10.2019. -----

PONTO 32 – Pedido de colocação de sinalização de trânsito nas Avenidas 5 de outubro e Dr. Mário Soares – Processo N.º 865/19 – Guarda Nacional Republicana – Informação do Chefe Divisão de Projetos e Mobilidade, sr. Eng.ª Abel Peixoto datada de 18.11.2019. -----

PONTO 33 – Colocação de sinalização na Freguesia de Anelhe – Processo N.º 992/18 – Junta de Freguesia de Anelhe – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 19.11.2019. -----

PONTO 34 – Alteração da sinalização na Rua do Rio – Processo N.º 864/18 – Leopoldina da conceição Abreu Machado – Rua do Rio, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 21.11.2019. -----

PONTO 35 – Pedido de colocação de sinais – Processo Nº 665/19 – Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 18.10.2019. -----

PONTO 36 - Pedido de alteração de trânsito – Processo Nº 664/19 – Joaquina dos Reis Teixeira – Rua do Telhado, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 04.10.2019. -----

PONTO 37 – Pedido de implementação de medidas de acalmia de tráfego – Processo Nº 902/18 – Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém– Av. Nossa Senhora da Saúde, Freguesia de S. Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 27.09.2019. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

PONTO 38 – Criação de lugar de cargas e descargas – Processo N.º 706/19 – Rua da Muralha, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 01.10.2019. -----

PONTO 39 – Marcação de lugares de estacionamento – Processo N.º 323/19 – União de Freguesias de Vidago – Avenida 20 de julho - Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 22.10.2019. -----

PONTO 40 – Pedido de reserva de dois lugares de estacionamento em espaço público, destinados a veículos da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – Processo N.º 751/18 – Alameda da Galinheira, em frente ao Edifício da antiga Junta de Freguesia da Madalena - Informação do Chefe da Divisão de Projetos e Mobilidade sr. Eng.º Abel Peixoto datada de 22.10.2019. -----

Presidiu esta sessão o **Presidente da Assembleia Municipal de Chaves**, Altamiro da Ressurreição Claro. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes nesta sessão os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro; Anselmo José Martins; Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Luís Manuel Areias Fontes, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Fernando Luiz Lopes Moreira, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias, Gisela Maria Esteves Espírito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos de Moura Alves, José Francisco de Resendes Carreira, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Carlos Alberto Soares Alves, Luiz Mário Alves Carneiro, Clara Maria Pinto Dias Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, André Fontoura Faria, Anabela Maria Neves Martins, Jaime Esteves Abreu, Gilberto Gomes Alves. Pelo Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves, Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Carlos Alberto Batista Feliz-----

Presidentes de Junta de Freguesia: Presidente de Junta da Freguesia de Águas Frias-Rogério Amaro Alves de Oliveira, Presidente de Junta da Freguesia de Anelhe - Arlindo Santos Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, Presidente de Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, Presidente de Junta de Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira – Lígia Maria Chaves Silva; Presidente da Junta da Freguesia de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, Presidente de Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Fernando Alberto Barreira de Moura, Presidente de Junta da Freguesia de Ervededo, Ilídio Jorge Chaves Correia; Presidente de Junta da Freguesia de Faiões - Octávio Rodrigues Bastos, Presidente de Junta de Freguesia de Lama de Arcos - João Ramos Duro, Presidente de Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações - Cecília Maria Silva A. Alves, Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Moreiras - António José Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha - António Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco – Carlos Alberto Batista Xavier, Presidente de Junta da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

Freguesia de Paradela de Monforte -Gilberto Santos de Jesus, Presidente da Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, Presidente de Junta da Freguesia de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira - Rui Alberto Trinta Pintor, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves Silva, Presidente de Junta da Freguesia de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos; Presidente de Junta da Freguesia de Santo Estevão - Maria José Sena Barros, Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta da Freguesia de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Presidente de Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha, Presidente de Junta da Freguesia de Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Anta - Jorge José Pereira de Carvalho, Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia - António Carvalhal dos Reis, Presidente de Junta da Freguesia de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira; Presidente de Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega- Ramiro Figueiredo dos Santos, Em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes (secretário). -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha do PSD, Cláudia Patrícia Quitério Bento do PSD, Maria Adalgisa P F Silva Babo, do PS, Cristina Maria Inocêncio Imaginário do PS, Rogério Alberto Amorim Reis Moura do PS, Adelino Júlio Ramada Parada do PSD, Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto do PSD, Maria Inês Pereira Dias do PSD, Francisco José Gonçalves Oliveira do PSD, Nuno André M Coelho Chaves do PS, Gonçalo André Nascimento Alves do CDS, António Jorge Sousa Pinto de Barros do PS, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela Seca - Maria Natália Guerra. -----

Faltaram a esta sessão os seguintes membros da Assembleia, Municipal: Maria Manuela Santos Rainho, do PS, Michele Alexandra Rodrigues Costa, do PSD, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, do PSD. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Mesa, deu conhecimento do expediente e convites que deram entrada no Gabinete de Apoio Assembleia Municipal. -----

Ainda neste período, seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: - O membro da Assembleia Municipal, **Manuel Justino Matos Cunha**, da **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal e todos os presentes. Na minha intervenção vou fazer referência a quatro ou cinco pontos. O primeiro, vai ser muito breve, a Orquestra de Sopros desta Academia ganhou o prémio Internacional em Valência, penso que merecia que esta Assembleia, reconhecesse o trabalho notável que tem sido feito, nomeadamente, pelo Luciano Pereira e pelo Marcelo Almeida. Pessoalmente, não sou muito adepto de competições, mas não sou insensível ao trabalho que esta Academia tem feito na área da música. Acho que nos ficava bem um aplauso ao trabalho realizado, e aos jovens músicos, desde logo. O segundo ponto, eu tenho recorrentemente falado sobre esse assunto, agora,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

vou falar de um ponto específico que é a contínua degradação do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, naquilo que são as necessidades das populações. Não se trata de discutir se há mais dinheiro ou se há menos dinheiro. Quem trabalha lá, sabe as dificuldades que existem e as dificuldades são de vária índole, mas são, principalmente, de recursos humanos. E, muitas vezes, até são mais de recursos humanos não médicos, do que de recursos humanos médicos. Chamava à atenção que uma vez nesta Assembleia, já há uns anos, e para ser honesto, já não me lembro se o Governo era do PS, se era do PSD, mas penso que seria no tempo da autarquia do PSD, que se falou que haveria um “*cal center*”, para servir o hospital e que seria sediado em Chaves. O “*cal center*”, como é evidente, nunca existiu. O que é notável, é que, neste momento, o hospital funciona com um número muito reduzido de telefonistas. Não sei se estão dois a funcionar de cada vez, ou se há períodos em que estão três, com um afluxo de chamadas que não fazem ideia, a quantidade de doentes que querem desmarcar consultas e que tentam avisar para que haja vaga para outros, o que é de todo impossível, é o caos que se instala na saúde, porque uma coisa tão simples como telefonistas, para resolverem e para agilizarem a relação dos doentes com os médicos, com os enfermeiros, com os exames complementares de diagnóstico, estão completamente dizimados. Era muito importante, digo eu, que o senhor Presidente da Câmara, exercesse junto do Conselho de Administração, eu sei que as capacidades do Conselho de Administração, são limitadas, mas que se sentisse, porque esta é uma questão que é pouco falada. Numa reunião de departamento discutiu-se o assunto e vimos isto como um dos bloqueios principais ao funcionamento da saúde hospitalar. Não é possível contactar os hospitais. Depois, uma nota sobre a questão que também foi levantada por nós aqui, penso que há mais ou menos um ano e que está relacionada com as taxas de saneamento da Freguesia de Curalha, se eu me recordo e, se estou a recordar mal, peço desculpa, foi aqui levantada por nós a questão de os habitantes de Curalha, pagarem uma taxa de saneamento, por um saneamento que na prática não existia, pois não havia processamento de águas residuais, pelos vistos continua a não haver. Acho que não pode ficar o ónus de ser cada um dos habitantes a requerer o não pagamento. Os serviços da Câmara, entendo eu, e mais uma vez digo, se estiver a dizer alguma coisa errada, peço desculpa, mas os serviços da Câmara é que têm que assegurar que não seja cobrada uma taxa por um serviço que não é prestado, não é, depois, que cada um tenha que exigir a devolução dessa taxa paga. Parece-me que é um princípio de funcionamento razoável. -----

O membro da Assembleia Municipal, **António José dos Santos**, do **PSD**, no uso da palavra disse: Bom dia senhor Presidente da Assembleia, senhora secretária e senhor secretário desta Assembleia Municipal de Chaves, senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, membros desta Assembleia, órgãos de comunicação social aqui presentes, público em geral. O que trago, aqui, é um **Voto de Congratulação** À Escola Dr. Júlio Martins. -----
*“A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária, no dia 18 de dezembro de 2019, congratula-se com a celebração dos 100 anos de existência da Instituição Escola Dr. Júlio Martins celebrados este ano de 2019. -----
São 100 anos de dedicação às causas da educação. -----
As origens mais remotas da Escola Secundária Dr. Júlio Martins fazem-nos recuar a 1889. Nesse ano, a 14 de março, foi criada em Chaves uma escola de Desenho Industrial, sendo, seguidamente, transformada em Escola Industrial, tendo sido decretado que o ensino teórico professado na escola seria completado com o ensino manual, para o qual se estabeleceriam junto da escola as necessárias oficinas. Esta escola, tal como muitas outras fundadas na*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

época, teve uma vida efémera, tendo sido extinta aquando da reorganização do ensino industrial e comercial de 1891. -----

No dia 2 de maio de 1919, passados trinta anos sobre a primeira fundação, foi publicado, no Diário do Governo, o Decreto nº 5490, do Ministério do Comércio, Direção Geral do Ensino Industrial e Comercial, que criava em Chaves uma Escola Industrial e uma Aula Comercial. O Decreto foi assinado pelo Presidente da República, Canto e Castro, o Presidente do Ministério, Domingos Leite Pereira e respetivos ministros, dos quais se destacavam: o Ministro da Justiça, Dr. António Granjo; o Ministro da Instrução, Dr. Leonardo Coimbra; o Ministro das Colónias, Dr. João Lopes Soares e, naturalmente, o Ministro do Comércio, Dr. Júlio do Patrocínio Martins. -----

Júlio Augusto do Patrocínio Martins nasceu em 1878, na freguesia de Casa Branca, concelho de Sousel, distrito de Portalegre. Foi um homem influente e notável na propaganda de ideias republicanas. Foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Évora, pós-República, deputado, banqueiro, Ministro do Comércio, Ministro da Marinha e Ministro da Instrução. ---- Em consequência da instauração da ditadura de Sidónio Pais, em 1917, foi obrigado a refugiar-se em Chaves. -----

Durante o “seu exílio” nesta região transmontana, revelou-se um médico extremamente humanista. Este ilustre albidomense, a quem a população mais humilde, passados muitos anos, ainda o recordava com venerado respeito e admiração, pela sua dedicação em prol das vítimas de uma epidemia de tifo, fica intimamente ligado à história e vida de muitos flavienses. A Escola Industrial e a Aula Comercial iniciaram a sua atividade, no ano letivo 1919 - 1920. Logo, na primeira reunião do Conselho Escolar, em 27 de junho de 1919, foi aprovada, por unanimidade, a proposta de atribuir à Escola o nome de Júlio Martins, médico e político de referência na época. -----

As primeiras instalações situavam-se, respetivamente, junto ao Senhor do Calvário e na Rua Direita e funcionando a Secretaria da Escola, no Liceu Nacional de Chaves. -----

Os cursos iniciais foram os de Serralharia Mecânica e de Carpintaria Civil. O Curso de Trabalhos Femininos começou em 1922. O Curso Comercial foi integrado em 1924 e, conseqüentemente, a ata do Conselho Escolar de 17 de outubro de 1924, refere-se, pela primeira vez, à Escola Industrial e Comercial de Júlio Martins. -----

A grande reforma do Ensino Técnico de 1948 estabeleceu na, então, designada Escola Industrial e Comercial de Chaves, os seguintes cursos: 1. - Ciclo Preparatório; 2. - Cursos Complementares de Aprendizagem: Comércio; 3. - Cursos de Formação: Serralheiro; Carpinteiro-Marceneiro; Costura e Bordados. Em 1957 foi acrescentado o Curso Complementar de Aprendizagem de Eletricista. -----

A partir de 1961, já no atual edifício, a Escola foi incluindo outros cursos, nunca deixando de crescer e de servir a população escolar. -----

Com a implementação do regime democrático, emanado do 25 de abril de 1974, o sistema de ensino foi alvo de profundas alterações, com destaque para os princípios de democraticidade e a conseqüente igualdade de oportunidades de acesso e sucesso a todos os cidadãos, consagrada na Lei de Bases do Sistema Educativo. -----

No período subsequente, houve alterações significativas, com destaque para a adaptação das estruturas físicas e de processos de ensino e aprendizagem às novas exigências provocadas pelos processos de unificação do terceiro ciclo e com o alargamento da escolaridade obrigatória. -----

No ano de 1978 a Escola recebeu, consensualmente, o nome de Dr. Júlio Martins, como seu patrono. -----

O Agrupamento Vertical Nadir Afonso e a Escola Secundária Dr. Júlio Martins constituíram-se como um mega agrupamento, a partir de maio de 2012, ficando com o nome de Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Da comemoração do Centenário da fundação da Escola Dr. Júlio Martins fica um conjunto de atividades riquíssimas levadas a efeito pelo Agrupamento, nomeadamente: concerto musical pela orquestra da Academia das Artes de Chaves; percurso musical “O Centenário”; colóquios (passado, presente e futuro): com convidados especialistas, como: Joaquim Azevedo, Laborinho Lúcio e Marçal Grilo; palestras com ilustres flavienses; teatro do Centenário; visita de estudo à terra natal de Júlio Martins; caminhada do Centenário; celebração do Dia da Escola; mesa redonda com ex. e atuais dirigentes executivos da Escola; lançamento do livro do centenário; torneios inter-agrupamentos em várias modalidades desportivas; galas de abertura e encerramento do ano letivo; arquivo de memória, com várias exposições; convívios de ex-alunos; concursos escolares; jantar de Natal e de encerramento das comemorações, para além de muitas outras atividades, as quais, dignificaram a comunidade educativa, bem como contribuíram para divulgar o nome do seu patrono, recordar a sua história, as suas memórias e o valioso contributo na formação e educação dos seus alunos. ----- Neste culminar da comemoração dos 100 anos da Escola Dr. Júlio Martins, pelos seus valiosos serviços na educação das sucessivas gerações, bem merece, aqui, o reconhecimento de todos e um sublinhado de um bem-haja a todos que contribuíram e contribuem com o seu esforço, dedicação e trabalho pelas causas da educação. ----- Assim, a Assembleia Municipal de Chaves associa-se, deste modo, às celebrações dos 100 anos da Escola Dr. Júlio Martins, de Chaves, felicitando e enaltecendo o seu papel fundamental e contributo ímpar na sociedade civil, sempre em prol das causas da educação da nossa sociedade, felicitando ainda todos os alunos, professores, assistentes técnicos e operacionais desta mui nobre instituição pelo trabalho desenvolvido, honrando o seu passado histórico e desejando um porvir esperançoso e repleto de êxitos. ----- Assembleia Municipal de Chaves, em 18 de dezembro de 2019” -----

Foi aprovado por unanimidade e aclamação -----

O membro da Assembleia Municipal, **António José dos Santos**, do **PSD**, no uso da palavra disse: Senhor Presidente, esta proposta era do PSD, mas penso que pode ser uma proposta da Assembleia, não precisa de ficar em nome do PSD. -----

No uso da palavra o senho Presidente da Assembleia, disse, muito obrigado senhor membro da Assembleia e, portanto, a proposta passa a ser uma proposta de toda a Assembleia Municipal. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, do **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento a Mesa, a senhora secretária e o senhor secretário desta Assembleia Municipal de Chaves, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, membros desta Assembleia, órgãos de comunicação social aqui presentes, público em geral e colaboradores da autarquia, a todos cumprimentamos por igual. O tema desta minha curta e breve intervenção, prende-se com as eleições legislativas do passado dia 6 de outubro e gostaríamos de deixar, aqui, apenas algumas breves notas. Desde logo, referir a elevação com que a campanha e a pré-campanha decorreram em Chaves, no Distrito e salvo uma ou outra exceção, também no País. Reportando-me novamente ao nosso Concelho, os flavienses deram novamente provas e mostras de muito civismo e, por isso, a campanha decorreu com elevação, como já referi. Sublinhar isso pela parte positiva e sublinhar pela parte negativa os níveis elevados de abstenção que persistem, em cerca de 57,10%, o que significa que mais de 25 mil eleitores inscritos não foram votar. Cumprimentar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

naturalmente, todas as forças políticas que se apresentaram a sufrágio e os seus candidatos, com particular destaque para dois ou três membros desta Assembleia, o Doutor Manuel Cunha pela CDU, a Doutora Brigitte Gonçalves pelo PS e, muito especialmente, a Doutora Cláudia Bento, pela bancada municipal do PSD, que foi eleita, tal como os deputados Ascenso Simões e Francisco Rocha, pelo PS, Luís Leite Ramos e Artur Several pelo PSD, a todos felicitamos. E como dizia, com particular destaque para a companheira que conheço melhor, a Doutora Cláudia Bento, que através da sua competência, da sua simpatia, do seu profissionalismo, da sua maneira de estar, soube, dessa maneira, conquistar o voto dos eleitores. Referir, também, que entendemos, que é de elementar justiça, para a deputada que cessou o mandato a Doutora Manuela Tender, uma palavra de agradecimento pelo trabalho que desenvolveu na Assembleia da República, fez, certamente, o melhor que pode e o que soube de uma forma geral. Há um registo, em particular que gostaríamos de fazer, que é a vitória do PSD, a nível do Distrito e muito particularmente em Chaves. Em democracia por um voto se vence e por um voto se perde e em Chaves o PPD/PSD, foi de forma clara e inequívoca a força vitoriosa neste Concelho. Mais do que as palavras contam, certamente, os resultados e esses falam por si e, como sempre, em democracia o voto do povo é soberano e como alguém dizia, o povo é quem mais ordena e, no dia 6 de outubro, ordenou a vitória do PPD/PSD em Chaves. Para terminar, dizer que o PSD, foi fiel ao seu passado, assumiu uma visão para o País, um propósito, uma estratégia e um compromisso. Os flavienses souberam reconhecer esse propósito através do voto no Partido Social Democrata e assumimos com responsabilidade a confiança que os flavienses depositaram, uma vez mais, no PSD. Finalizo, dizendo o que somos, o que fomos e o que ambicionamos ser, verdadeiramente sociais-democratas. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia. -----

Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários desta Assembleia Municipal, senhor vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhora vereadora, senhores vereadores no seu conjunto, ilustres membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta deste nosso Concelho, público aqui presente, pessoal de apoio a esta Assembleia Municipal, bom dia a todos. Cumpre-se, hoje, a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, órgão deliberativo e representativo da democracia mais próximo dos cidadãos que é, naturalmente, a democracia autárquica e, dizer neste contexto, que temos uma Assembleia Municipal, bastante exigente, pois temos 40 pontos na ordem de trabalhos, o que vai exigir de todos nós muito foco, muita atenção e, sobretudo, muito pragmatismo. Dizer, que relativamente às questões que foram sendo suscitadas, gostaria de fazer algumas considerações e também algumas clarificações. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia, Manuel Cunha, dizer claramente que comungamos e partilhamos dessa apreciação positiva e elogiosa que fez relativamente à Orquestra de Sopros da Academia de Chaves, porque tivemos a oportunidade de na Câmara Municipal, em primeira mão, congratularmo-nos com essa vitória que, de facto, é o culminar, é o culminar, não, é um momento importante de um processo formativo, de afirmação, de construção, de conhecimento e, que de facto, em Altea, que é uma linda vila que tem um espaço muito agradável que, também, conheço. Dizer, que foi com muita alegria, enorme regozijo que vimos, de facto, desta vez, já o merecia o ano passado, alcançar a vitória. Dizer que, naturalmente, esse compromisso é assumido pelos órgãos autárquicos, em particular pela Câmara Municipal, que tem continuado a apoiar de forma decisiva esta Academia, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

entendemos que é muito importante continuar a fazer ensino, formação e continuar a permitir que os nossos jovens possam crescer e afirmar-se, também, nesta dimensão da música. E, portanto, queria, também aqui, expressar esse reconhecimento público, pese embora, já ter sido feito na Câmara Municipal, e que contou com o voto favorável de todos os membros desse órgão e naturalmente na pessoa de quem lidera esta Academia, do seu Maestro, naturalmente dos jovens que a compõem, dos pais, enfim, de todos aqueles que lhe dão suporte e que permitem que, de facto, esse acontecimento especial possa ser concretizado todos os dias. Depois, dizer, que relativamente à degradação do Serviço Nacional de Saúde, mais uma vez concordamos. A nossa visão é exatamente a mesma. Entendemos que existem e persistem um conjunto de problemas gravíssimos no Serviço Nacional de Saúde e que, naturalmente, aqueles que nos preocupam mais, têm que ver, exatamente, com a incapacidade reconhecida de o Centro Hospitalar, no seu conjunto, mas particularmente, a Unidade de Chaves, dá resposta às crescentes necessidades em saúde desta população mais idosa, como uma prevalência de doenças crônicas mais elevada, com questões de mobilidade muito relevantes e, portanto, entendemos que esta é uma matéria que deve ser na minha perspectiva o nosso foco em 2021. E, portanto, aquilo que eu queria dizer, é que o tema de saúde tem que ser, na nossa perspectiva, o tema central, pese embora, nós tenhamos sempre dito, não sendo competência do Município, entendemos que os Órgãos Municipais, a Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Comunidade Intermunicipal, os respetivos Presidentes das Autarquias que a integram, os cidadãos no seu conjunto, temos que, de forma decisiva, dizer que é importante que em 2020, possam acontecer investimentos. Os investimentos que são reclamados como necessários são, não só nos recursos humanos e concordo, que em muitos domínios são de áreas auxiliares ou operacionais, essas necessidades são manifestas. O membro desta Assembleia Municipal Manuel Cunha, focou a questão dos telefonistas, mas eu acrescentar-lhe-ia, também, os assistentes que dão e apoiam um conjunto de atividades muito relevantes no nosso hospital como nos outros e que sem os quais as coisas não podem acontecer. A minha visão, no que respeita a isto, é que, sem equipas, e eu, nas equipas, íntegro os médicos, os enfermeiros e todos os outros profissionais de saúde, tais como os assistentes e os operacionais, todos em conjunto, à sua medida, no âmbito daquilo são as competências, são fundamentais para que possam acontecer, diariamente, respostas em saúde. E, portanto, dizer que sim, é verdade. Eu posso, aqui, partilhar, que no último mês e meio, foram realizadas intensas diligências e que foi de forma perentória afirmado, que efetivamente, no primeiro trimestre de 2020, teremos que ter sinais claros relativamente a três ou quatro aspetos que são decisivos, sinais claros que nós entendemos que devem acontecer no próximo trimestre e se não acontecerem, teremos que, naturalmente, desenhar todas as ações de evidência do nosso desagrado, todas sem exceção. E, portanto, eu dizia que temos que ter sinais, esses sinais, são efetivamente o Hospital de Dia de Oncologia, pô-lo efetivamente a funcionar, ver se avança, também, na questão do serviço de paliativos, a promessa, sucessivamente adiada e não concretizada, da requalificação do bloco operatório, a promessa ainda não cumprida e também adiada que tem a ver com mais um espaço de raio-x digital que é fundamental que exista por causa da redundância, também uma promessa feita, e que nós continuamos a ter algumas dúvidas que possa ser concretizada, é a de um equipamento de ressonância magnética. Foram estes os pontos de que falámos e, aqui, de viva voz, reiteramos, porque, de outra forma, entendemos que temos que dar um sinal absolutamente claro da nossa indignação. E, por outro lado, também, mais na parte dos recursos humanos, é fundamental resolver alguns estrangulamentos que fazem com que o desempenho, no que diz respeito à cirurgia, seja resolvido. É verdade que tem havido alguma evolução positiva naquilo que é o conjunto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

áreas, se assim lhe posso chamar, áreas médicas na consulta externa, tem havido uma evolução positiva, globalmente, naquilo que tem a ver com a consulta externa, mas, no que diz respeito à cirurgia, a situação é, mesmo, muito preocupante e, portanto, dizer que concordo, reafirmo que na próxima Assembleia Municipal, em abril, estaremos cá, provavelmente, para reconhecer que os sinais existem, não havendo esses sinais perceber, exatamente, qual é o caminho e quais os meios que devemos alocar a este objetivo, que é um objetivo que identifico como sendo de uma região. Depois dizer, relativamente às taxas de saneamento de Curalha, eu tive a oportunidade de dizer já em momentos anteriores, que de facto, nós tivemos algumas surpresas e aconteceram muitas na área financeira, é verdade que as surpresas maiores que nós tivemos, foram em dois domínios: sistemas de água e sistemas de tratamento de efluentes e quais foram essas surpresas? Primeira surpresa, no que diz respeito ao sistema de água, absoluta ineficiência deste sistema, amplamente conhecida e muito noticiada que faz com que nós tenhamos perdas muito próximo dos 70% e, portanto, significa que temos problemas de eficiência, mas, também, de sustentabilidade e ambientais que temos que resolver. Quanto à questão daquilo que é o saneamento, quer das estruturas existentes, quer no que diz respeito ao seu tratamento, a situação é, também, verdadeiramente caótica, grande parte das ETARs, existentes no concelho, não funcionavam, repito não funcionavam e isso obrigou, naturalmente, a um esforço financeiro muito relevante que vai, ainda, ser concretizado na sua fase final em 2020, no sentido de podermos colocar a funcionar de forma aceitável todas estas estruturas que fazem muita falta, porque são elas que garantem o tratamento dos efluentes para que possam ser conduzidos para as linhas de águas. No que diz respeito a Curalha, propriamente dito, é verdade que a aldeia/freguesia tem saneamento e tem saneamento ligado, esse saneamento desde sempre foi conduzido para uma linha de água, constatámos que, efetivamente, uma parte significativa do saneamento que existe nesta freguesia, é conduzido para uma linha de água e, portanto, nessa perspetiva foi assumido pela anterior gestão que os respetivos munícipes deviam pagar uma taxa pela recolha e o tratamento que não era feito destes efluentes. Dizer, também, que havia um compromisso com qual nós discordamos e, portanto, estamos progressivamente a alterá-lo. Nas localidades em que não havia saneamento, a Câmara cobrava saneamento, mas, depois, assegurava a recolha desses efluentes em cisterna, entendemos que isso não é legal e, portanto, a questão é muito simples, nas localidades em que não há saneamento, não deve haver o pagamento de taxa. Nesses locais, há com certeza, e isso é condição de licenciamento da respetiva habitação uma fossa, depois em função da sua utilização têm que ser retirados os respetivos efluentes e o que nós propomos é, e já trouxemos a esta Assembleia, uma proposta para a redução de 30%, relativamente aos custos com a recolha com uma cisterna do município desses efluentes. No caso concreto de Curalha, o que nós dizemos e reafirmamos, é que quem não tem saneamento não deve pagar a respetiva taxa. Portanto, é fácil para todos os cidadãos que não têm saneamento ligado, poderem fazer esse pedido e a Câmara, fará a apreciação casuística como tem que ser e fará depois a sua respetiva devolução, fica aqui o compromisso. Aproveito, também, para dizer que está em fase de início de trabalhos a estação elevatória que permitirá conduzir os efluentes desta aldeia diretamente para a ETAR, estamos a falar de um investimento que supera os 120 ou 130 mil euros. É uma solução tecnicamente complexa e que também teve algumas condicionantes pela sua localização junto ao próprio leito do rio que fez com que houvesse necessidade de alterar o projeto para deslocalizar essa estação elevatória e, ao mesmo tempo, refazer os projetos, porque a informação que foi utilizada para a construção do projeto inicial, já tinha dez ou quinze anos e identificava a ETAR, num sítio diferente daquele onde foi construída e, portanto, tiveram que ser feitos novos cálculos, designadamente, para avaliarem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

a potência das respetivas bombas. Depois, dizer que, relativamente à proposta que foi apresentada aqui pelo membro da Assembleia, António Santos do PSD, não podemos estar mais de acordo. Aliás, esse compromisso e apoio por parte da Câmara Municipal, a esta iniciativa e a este reconhecimento do centenário, fez com que o Município, assumisse um conjunto de encargos financeiros que permitiram que este Agrupamento de Escolas, fizesse este conjunto de atividades, porque financeiramente foi o Município, que suportou muitas dessas atividades. Estivemos presentes, quer eu próprio, quer o vice-presidente, num conjunto de atividades importantes, designadamente, no momento alto que foi a visita ao local de origem do Doutor Júlio Martins, que foi em Souzel, em que o Doutor Francisco também acompanhou essa comitiva e foram dois dias, foram num dia e vieram no outro. E, portanto, dizer que não podemos estar mais de acordo relativamente ao reconhecimento, à importância, ao papel, à visão que este homem teve para Chaves, não sendo de Chaves, teve para o ensino profissional, mas depois para a construção, aqui, de uma resposta no âmbito da educação, absolutamente importante. E dizer que esse papel tem sido crescente e hoje é, naturalmente, incontornável a relevância que tem o Agrupamento de Escolas Doutor Júlio Martins. Aproveito para dizer, também, que o próprio Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães, este ano, também, tem um conjunto de atividades muito relevantes, que têm a ver com a celebração daquilo que é a viagem de circum-navegação, a volta ao mundo que foi feita. Têm acontecido um conjunto de importantes momentos, de celebração, de divulgação, de afirmação destes Agrupamentos. Dizer, que isto, é o reconhecimento claro, que de facto, as nossas estruturas educativas estão ativas, estão vivas, estão muito conscientes do papel que têm nesta nossa comunidade. Depois, quanto à questão das eleições legislativas, partilho, naturalmente, daquilo que foi a forma como elas decorreram, como tem sido aliás o tom das últimas campanhas eleitorais, independentemente da sua natureza, presidenciais, legislativas, europeias, autárquicas, têm sido sempre pautadas por grande sentido cívico e um sentido de responsabilidade e orientação assinaláveis, Dizer, que esperamos que os eleitos, aqueles que vão exercer um mandato em nome do povo e neste caso concreto em nome dos eleitores do distrito de Vila Real, que de facto possam ser afirmativos e possam ter na sua ação e na sua intervenção sempre as questões mais relevantes para este Distrito e, naturalmente, à Doutora Cláudia Bento, esperamos que o faça numa tônica mais relevante para aquilo que são as questões do Alto Tâmega e em particular de Chaves, e por isso, desejar-lhe um excelente mandato, porque, isso, será muito importante também para nós. Quanto à questão da vitória do PSD, infelizmente para nós, não é nada de novo, porque o Partido Socialista, nunca ganhou nenhuma eleições legislativas e, portanto, por essa perspectiva, só há o sinal da diferença. Portanto, a diferença é um sinal importante que nós relevamos, significa que foi neste ato eleitoral o segundo melhor resultado do Partido Socialista, a aproximação foi muito relevante, significa que está aqui lançado um processo de maior equilíbrio e que, naturalmente, fará com que nas próximas eleições possa haver e esperamos nós um equilíbrio maior neste tipo de disputas. A democracia deve permitir que os vários representantes dos vários projetos, possam ter uma intervenção que possa merecer a apreciação e depois a aceitação ou não dos respetivos eleitores. O que nos esperamos, é que os representantes possam cumprir e bem o seu mandato. Finalmente dizer que, efetivamente, o PSD, foi o partido que teve maior votação no Distrito, mas, também, realçar a participação das outras forças políticas e muito particularmente do PS, que, de facto, teve o segundo melhor resultado em eleições legislativas. Obrigada a todos. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Manuel Justino Matos Cunha**, da **CDU**, no uso da palavra disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Nesse sentido de que eu levantei a questão dos telefonistas, da falta de recursos, da falta de condições, da exaustão dos profissionais de saúde, a CDU, mostra a sua solidariedade com o dia de greve de todos os profissionais de saúde não médicos e não enfermeiros do serviço nacional de saúde, como uma forma de defender o serviço nacional de saúde que se defende, defendendo, também, os direitos de quem trabalha lá. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – Aprovação de ata da sessão anterior. -----

A ata número cinco, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 11 de setembro de 2019, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. Treze membros desta Assembleia não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. A ata, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 - Informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da Informação. -----

Renovo os cumprimentos. Eu acho que, relativamente a esta matéria, a informação aqui apresentada, quer relativamente às atividades mais relevantes e foram muitas, como podem ver. Relativamente a este período, desde setembro até esta data houve um conjunto de momentos de relevância, de diferente natureza que estão aí explicitados, qualquer questão que, porventura, suscite dúvidas, será, naturalmente, esclarecida. Depois, dizer, também, que relativamente à situação económico-financeira os documentos são absolutamente claros, quanto às obras municipais e às questões de contencioso, dizer que, pela primeira vez, temos um documento que diz respeito à informação financeira, que era aquele que nós há muito tempo, vínhamos a reclamar. De facto, neste momento, podemos dizer que as contas do Município são absolutamente claras e conhecíveis. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Manuel Justino Matos Cunha**, da CDU, no uso da palavra, disse: -----

Venho só pedir um esclarecimento, possivelmente fazer um comentário, ou então as duas coisas e tem a ver com as obras. Às vezes as Câmaras, são presas por terem cão e presas por não o terem. Nós temos assistido a um conjunto de obras de renovação das ruas da cidade, parece, mas se calhar só a mim é que me parece, que há alguns atrasos que têm levado a algumas dificuldades, é nítido que há algum descontentamento das pessoas, mas também é verdade que não se podem fazer obras sem causar transtornos, evidentemente, mas parece haver alguns atrasos e eu chamava a atenção para dois aspetos: Primeiro, com a perceção, se quiser individual, parece-me que há nestas obras demasiada pedra e isto não é bom, depois em caso de cheias não é bom em termos ambientais. Segundo, é um aspeto funcional, eu já tentei sair do hospital sem invadir a faixa contrária, não é fácil, mesmo com um carro só, não é fácil, ou seja, a dimensão das ruas, eu estou a falar daquele trajeto que faço, que é sair do hospital e virar para a direita, é quase impossível de se fazer sem invadir a faixa contrária e parece-me que há demasiado passeio e demasiada via estreita, em alguns casos com limitações funcionais. Gostava de ter uma melhor perceção desses aspetos. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

É mesmo isto, preso por ter cão e por não o ter. Faz-me lembrar aquela história do burro do avô e do neto e, portanto, caracteriza muito bem a nossa sociedade. Já Eça, o dizia e penso que os nossos autores mais contemporâneos, também, o dirão. E, portanto, significa que estamos sempre descontentes, faz parte do nosso fado. Ainda assim, dizer que há, aqui, algumas questões, sobretudo aquelas questões que têm a ver com o atraso e, o atraso é evidente, esse atraso resulta, sobretudo, de duas ou três circunstâncias e que têm a ver com: primeiro, a dificuldade e a complexidade que é fazer este tipo de intervenções na zona urbana ao mesmo tempo que a vida acontece e que as pessoas utilizam o espaço que os carros utilizam o espaço e, portanto, as obras estão a acontecer ao mesmo tempo que a maior parte daquilo que são as funções de circulação e de utilização, naturalmente que isso gera sempre dificuldades, porque seria muito mais fácil que este tipo de obras pudessem acontecer de forma fechada. Eu, o outro dia, a brincar dizia a um cidadão, eu gostaria muito de poder pagar um mês de férias, ou dois meses, ou um ano de férias a todos os cidadãos, pedir-lhe que fossem conhecer o mundo e depois quando viessem, apresentar-lhe a cidade pronta. Isso não é possível por duas razões: nem eles queriam, porque perdiam o trabalho e a sua vida; e nós não temos dinheiro para isso e, portanto, temos que fazer as obras com todas essas contingências. Mas, ainda assim, assumir que as obras têm alguns atrasos, esta é uma justificação. Outra justificação que nos é apresentada é que há falta de mão-de-obra operária para poder concretizar estes trabalhos e nós acreditamos que seja verdade, porque é uma afirmação que é feita por todos os empreiteiros. Isso será verdade, porque progressivamente têm vindo a ficar desertos um conjunto de procedimentos de concursos no todo nacional, é sinónimo que, efetivamente, a capacidade instalada não é suficiente, neste momento, para dar resposta ao volume manifestamente relevante que está a acontecer no território, no todo nacional. Depois dizer que, efetivamente, essas intervenções que estão a ser feitas, estão a ser feitas numa lógica de mobilidade centrada no cidadão e só por isso é que são financiadas e estamos a falar, apenas, da componente pedonal, porque de outra forma não há financiamento nenhum. Eu repito que tudo o que tem a ver com a intervenção que é feita na plataforma da via, sejam condutas de água, infraestruturas de saneamento, ligações de água, pavimentação, sinalização não tem um euro de financiamento. Isto, não significa, que porventura, não haja algum aspeto e eu próprio tenho essa perceção, eu próprio, nalgumas vias, parece-me que a via é estreita. A verdade é que os nossos técnicos e outros externos, o que dizem, é que três metros e meio numa via é absolutamente suficiente para circular. Um carro tem um metro e noventa a dois metros e dez, é isso que é afirmado. Agora, a sensação que nós temos e também a forma como nós conduzimos nas cidades, todos e eu incluo-me, fazemos uma condução com velocidade excessiva, raramente cada um de nós circula a menos de 60, 70, 80 ou 90, o objetivo é circular a 30 e, portanto, o desafio que fica é, façamos, eu já fiz este exercício e também fizemos, curiosamente, esse exercício em dois ou três pontos com autocarros, dizia-se que os autocarros não passavam. Fomos à Auto Viação do Tâmega, e passámos nesses pontos com o autocarro, efetivamente o autocarro não passa se for a determinada velocidade, se reduzir a velocidade, já passa. É claramente uma necessidade de ajustamento da velocidade àquilo que são as novas vias da cidade, porventura, o que nós gostamos, é de chegar rápido, depressa, vias largas é isso que nós gostamos e eu acho que isso deve acontecer nas ligações nacionais, inter-regionais e inter-concelhias, dentro das cidades, provavelmente, com desagrado, também, para mim. Mas acho que esse não é o caminho, porque o caminho das cidades é para a fruição das pessoas e não dos automóveis. Temos é que compatibilizar os usos e, porventura, temos que nos ajustar um bocadinho àquilo que é a necessidade de fazermos uma condução mais defensiva. No hospital existem, e eu dei uma sugestão ao Conselho de Administração, é que têm duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

portas, porque não utilizar as duas? Eu reconheço que se for a 40 ou 50 tenho dificuldade, se for a 20, não, já lá passei a 20, 30, era fácil, acredite que é fácil. E, portanto, fica aqui o compromisso, é se, porventura, efetivamente houver uma dificuldade não aceitável nalgum estrangulamento, designadamente, no hospital, porque, de facto, o hospital precisa, sobretudo, na parte da urgência, de acessos adequados àquilo que é a função que cumpre. Poderemos fazer os ajustamentos necessários, é possível reconfigurar ligeiramente. A verdade é que todos os técnicos, inclusivamente os externos dizem que esta é a solução, provavelmente nós é que temos a perceção que 3 metros e meio não são suficientes para um carro de um metro e noventa. -----

O Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, solicitou à Assembleia autorização para alterar a ordem de trabalhos. O ponto 3 da Ordem do Dia será discutido, no período da tarde em virtude do 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, só poder efetuar a apresentação da Informação Relativa às Atividades Desenvolvidas no Ano de 2019, nesse período. -----

A Assembleia autorizou. -----

PONTO 4 - Modificação por Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais – 2019. Informação N.º 45/DGF/2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

A fundamentação e os postulados que sustentam a proposta que, aqui, está apresentada, ou seja, os postulados técnicos evidenciam um conjunto de razões que fazem com que nós possamos fazer alguns ajustamentos, quer na receita, quer na despesa que fazem com que a proposta final do orçamento corrigido, seja corrigido em baixa. Essa é uma possibilidade que temos. Entendemos nós, que neste momento, a dezembro 2019, nós já temos, efetivamente, informação que nos permite concluir do nível de execução, quer da receita, quer da despesa e de facto, é para podermos ter um melhor desempenho financeiro, no que diz respeito a estes documentos previsionais para 2019, que estamos neste momento a concluir a sua execução. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: *Pelo Grupo Municipal do PS:* Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida; Luís Manuel Areias Fontes, Fernando Luíz Lopes Moreira, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias, Gisela Maria Esteves Espírito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos Moura Alves, José Francisco Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro e Clara Maria Pinto Dias Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: *Pelo Grupo Municipal do PSD:* Francisco António Taveira Ferreira, Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira Melo; Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, André Fontoura Faria, Jaime Esteves de Abreu e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves e Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Carlos António Batista Feliz. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Presidentes de Junta de Freguesia: Rogério Amaro Alves de Oliveira, Arlindo Santos Costa, José Fernandes M. Serralheiro, António Manuel Rua Reis, Lígia Maria Chaves Silva, Alfredo Augusto Dias Gaspar, Octávio Rodrigues Bastos, João Ramos Duro, Cecília Maria Silva Almeida Alves, João Manuel Almeida Pinto, Adriano Vieira Rodrigues; António José Lopes, Luís Saraiva Garcia, António Eusébio Vieira Cardoso, Carlos Alberto Batista Xavier, Nelson Fernandes Costa; Rui Alberto Trinta Pintor, José António de Oliveira Carreira, João Manuel Pereira Teixeira Borges, Hugo Manuel Alves Silva, Alcino do Nascimento Santos; Maria José Sena Barros, Mário José dos Anjos, João Rua Banha, Filipe Maldonado Pinto, Rui Manuel Branco Rodrigues, Pedro Miguel Rodrigues, Luís António Gonçalves Costa, António Carvalhal dos Reis, Paulo Nuno Jesus Pereira, em representação do Presidente de Junta de Freguesia de Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes (secretário) e Ramiro Figueiredo dos Santos. - Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação os seguintes membros: *Pelo Grupo Municipal do PS:* Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Carlos Alberto Soares Alves e Luiz Mário Alves Carneiro. -----
Pelo Grupo Municipal do PSD: Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Anabela Maria Neves Martins. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Fernando Alberto Barreira de Moura, Ilídio Jorge Chaves Correia, António Lopes, Gilberto Santos de Jesus, Pedro Manuel Pereira Barroco, Eduardo dos Santos Carneiro e Jorge José Pereira de Carvalho. -----

PONTO 5 – Aprovação dos Documentos Previsionais para o Ano de 2020. Aprovação do Mapa de Pessoal, ao abrigo da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro. - Versão Definitiva. Proposta Nº115/GAP/2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----
De facto, está neste momento em discussão, para efeito de apreciação e votação o documento estruturante para aquilo que são as intervenções a fazer no ano de 2020. E, portanto, temos um conjunto de documentos que se designam por Documentos Previsionais que integram os Orçamentos da Receita e da Despesa, as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos e um conjunto bastante alargado de anexos que faz com que o dossier, relativamente a esta matéria, seja de facto muito substancial e muito volumoso. Mas, enfim, há um conjunto de obrigações legais que se têm que, naturalmente, cumprir, esse dossier integra um conjunto de regulamentos, de instrumentos, também orçamentos participados do Município. E, portanto, é naturalmente o momento importante e decisivo para o próximo ano. Gostaria de ler, aqui, uma apresentação que fiz já na reunião de Câmara e que gostaria de reiterar. -----

“O Município de Chaves, tem em curso um conjunto relevantíssimo de investimentos públicos estratégicos e, por isso, decisivos para o desenvolvimento económico, social e cultural deste concelho e da valorização e afirmação do nosso povo. Estes investimentos de natureza municipal, são já visíveis no nosso território, muitas e diversas são as obras públicas em execução, reforçadas e multiplicadas pela iniciativa privada, incluindo o sector social, que só podem significar que a confiança destes na cidade e no concelho se tem vindo a consolidar e ganhar maior expressão. É, neste contexto de dinamismo económico e crescente afirmação turística deste concelho que elaboramos os documentos previsionais (orçamento da receita, orçamento da despesa, grandes opções do plano e plano plurianual de investimentos), para o próximo ano económico. Estes instrumentos de planificação económica e financeira, de matriz municipal, materializam a estratégia aprovada para o quadriénio de 2018/2021, nas várias dimensões ou linhas estratégicas em que se encontra estruturada: emprego; turismo; ambiente; educação; cultura e desporto; agricultura e floresta; centro histórico e comércio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

local; equipamentos; serviços sociais e saúde. Dando resposta a esta estratégia municipal, consubstanciada num conjunto de investimentos nos domínios da mobilidade urbana, reabilitação urbana, equipamentos coletivos de fruição múltipla, equipamentos escolares, eficiência energética, infraestruturas e redes de água e saneamento, equipamentos de bem-estar, muitos dos quais, escorados financeiramente em fundos europeus que permitem concretizar, de forma consistente e progressiva, o programa político sufragado pela maioria dos flavienses nas eleições autárquicas de outubro de 2017. Os documentos previsionais que, ora aqui, apresentamos, foram naturalmente disponibilizados aos representantes políticos com assento no órgão deliberativo municipal, PSD, CDS e CDU, e, em momento posterior, objeto de audição individual, no cumprimento estrito do direito de oposição, não tendo sido registada, nesse âmbito, qualquer proposta específica, mas apenas suscitados alguns esclarecimentos e prontamente prestados. A boa gestão autárquica, também na dimensão financeira, tem permitido melhorar a situação da tesouraria municipal, permitindo libertar recursos financeiros para financiamento do investimento municipal. Neste momento a situação financeira do município continua a ser exigente, mas já não estamos num saneamento financeiro, ou seja, já pode ser caracterizada como estável, com “Outlook” positivo, para utilizar linguagem do rating da dívida pública, e o melhor critério ou parâmetro para tal avaliação, é a redução significativa com os juros bancários, em apenas dois anos foi possível passar de 717 mil euros, para 211 mil euros. Os custos totais com juros e outros encargos financeiros continuam a ser excessivos, não por causa da dívida a médio e longo prazo à banca, que apesar de elevada, mais de 22 milhões de euros, no final do ano passado, beneficia de juros baixos, mas sim pela dívida acumulada à empresa Águas do Norte, cuja gestão anterior, teimosamente, se recusava a registar nas sucessivas contas do município. Esta decisão, que pode ser considerada de lesa município, e por esta via lesa flavienses, fará com que no ano de 2020, os juros a pagar a esta empresa, mesmo depois de beneficiar de um corte de dívida de quase 2 milhões de euros, e um perdão de juros de 30%, sejam superiores aos bancários, pois concretizar-se-ão de acordo com a nossa previsão, em cerca de 250 mil euros. Vamos trabalhar para que possamos reduzir a fatura destes juros e com essa poupança fazer investimentos nas freguesias. Fica aqui o compromisso. Ou seja, se nós conseguirmos reduzir esta previsão de juros relativamente às Águas do Norte, a poupança obtida, será, naturalmente, utilizada para investimento nas respetivas freguesias. No próximo ano o investimento municipal será muito expressivo, pois o orçamento previsional global é de 52 milhões, 668 mil 762 euros e 17 cêntimos, sendo: 27 milhões 555 mil 887 euros e 54 cêntimos, a título de despesa de capital e 25 milhões 152 mil euros, a título de despesa corrente, muita da qual poderá, ainda assim, ser qualificada como verdadeira despesa de investimento. No que concerne às Grandes Opções do Plano, que totalizam 23 milhões 617 mil euros, a representatividade nas respetivas funções no total do orçamento é a seguinte: Funções Gerais: 1 milhão e 11 mil euros; Funções Sociais: 13 milhões 387 mil euros; Funções Económicas: 8 milhões 868 mil euros; outras funções: 349 mil euros. Naturalmente que os valores apresentados são arredondados. As funções sociais representam inequivocamente a maior expressão do investimento municipal para o ano de 2020, pois representam 56,8% do total das PPI/GOP (Grandes Opções do Plano) e 25,51% do orçamento global. Destaca-se no PPI a aprovar, projetos e ações em curso ou a iniciar e muitas em fase de conclusão, referentes a múltiplas candidaturas efetuadas no âmbito dos seguintes Programas: POSEUR - Elaboração do Cadastro de Redes de Abastecimento de Redes de Água e Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Chaves, dotação anual de 53 mil 733 euros; Sistema de Águas Residuais, 122 mil euros; Controlo e redução de perdas nos sistemas de Distribuição e Adução de Água no Concelho, com uma dotação para dois anos de 739 mil euros no primeiro ano e 428 mil euros no ano seguinte. Destaco este projeto que é um projeto de eficiência dos sistemas de água que nos permitirá, reduzir drasticamente aquilo que são as perdas que neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

momento se manifestam. E, portanto, um particular foco e atenção para este projeto; DLBC/RURAL – Nas Cadeias Curtas e Mercados Locais; também, Renovação de Aldeias Trilhos, que serão executados em 2018, com 158 mil euros de dotação; Turismo de Portugal: no “Valorizar”, temos três projetos no que diz respeito ao turismo religioso, centrado nos Caminhos de Santiago, seja no Caminho Interior, seja também no Caminho Via da Prata, no total teremos aqui dotações que se cifram muito próximo dos 150, 160 mil euros. Depois temos aqui, cuja obra já se iniciou este ano e que será concluída em 2020, o projeto de candidatura ao Valorizar - Turismo de Portugal, que é a Ecovia do Tâmega segunda fase que vai desde Chaves a Vidago, com uma dotação anual de 660 mil euros. Também, ainda neste Programa apresentamos uma candidatura, que esperamos que possa ser aprovada, à terceira fase da Ecovia do Tâmega, que vai permitir a ligação entre a Ecovia que neste momento existe a Ecovia Verin a Chaves, naturalmente, que depois de concretizada a segunda fase de Chaves a Vidago, queremos concretizar o fecho e queremos levar esta Ecovia ao limite do Concelho de Vila Pouca de Aguiar, aonde ela já se encontra. Este projeto, inserido no PPI, consta com a dotação definida de 28 mil euros, e 257 mil euros de dotação não definida, para garantir a possibilidade de concretização, caso seja financiada por este Programa. Depois, ainda, no PROVERE, temos a “Aquanatur Palace”, com dotação de 869 mil euros, temos também as Fontes Termas de Segirei e de Chaves, com dotação de 144 mil euros. No PARU, um projeto que foi redefinido relativamente à Reabilitação do Museu da Região Flaviense e do Castelo, com uma dotação, baixa, definida de 178 mil euros e a definir de 207 mil euros para os anos seguintes. Também, a intervenção que está a decorrer no Largo do Terreiro de Cavalaria, que se concretizará no ano 2020, com dotação de 604 mil euros. A qualificação do espaço público da margem direita do Rio Tâmega, com dotação de 740 mil euros, que será, também, concluída em 2020. O Parque Infantil do Jardim do Tabolado, com uma dotação de 476 mil euros, que já foi objeto de adjudicação. Também, ainda, na Reabilitação do Cine - Teatro de Chaves para instalação do Centro Multiusos, tem uma dotação de 1 milhão 457 mil euros, depois, para o PAICD, temos as intervenções nos edifícios sociais, quer no Bairro Social dos Fortes, com a reabilitação de 13 moradias que estão agora a iniciar-se. Também, neste âmbito, o Bairro Social de Casas dos Montes, com uma dotação de 2 milhões, 276 mil euros. Também, uma intervenção no espaço público do Bairro Social de Casas dos Montes. Depois, no PAMUS, que tem a ver com todas as intervenções de requalificação que estão a ser feitas nas vias urbanas e que estão aqui designadas como: Corredores Urbanos Existentes, com várias zonas e têm identificação por lotes, com uma dotação muito, muito relevante no seu conjunto com 1 milhão e 926 mil euros, para os lotes (4,6,8 e 12), 1 milhão e 194 mil euros para os lotes de (1 a 5); 750 mil euros, para um conjunto de lotes aqui identificados. Também, para a construção do Centro Coordenador de Transportes, com uma dotação de 893 mil euros; a Av. dos Aliados tem uma dotação que é para permitir a conclusão, pois ainda falta fazer a última pavimentação. Finalmente, dar sequência à intervenção, Musealização das Termas Romanas de Chaves, com uma dotação de 1 milhão e 93 mil euros. Também, na Eficiência Energética, pretendemos iniciar essa obra e concluir em 2021, que tem uma dotação muito, muito importante e muito próxima dos 2 milhões de euros. Na área da Educação, queremos concluir as obras da Escola Fernão de Magalhães e, para isso, tem uma dotação 164 mil euros. Na iluminação pública, no âmbito da Eficiência Energética, com dotação de 1 milhão e 296 mil euros. A iluminação pública, da segunda fase, com dotação de 472 mil euros. Queremos, naturalmente, também, continuar a fazer intervenções nas Redes de Defesa da Floresta, com um valor de cerca de 50 mil euros. Temos, também, aqui, um conjunto de intervenções no âmbito da Eficiência Energética dos Edifícios, de oito ou nove ou dez edifícios. Queremos, também, e temos projeto aprovado e candidatura apresentada, para uma intervenção na Escola EB2,3 de Vidago, no sentido de podermos fazer a remoção da cobertura de fibrocimento e resolver algumas questões que têm a ver com as redes de água



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

e de outra natureza. Portanto, estamos a ver que estes investimentos são de facto muito expressivos. E, naturalmente, queria também fazer uma referência àquilo que é o compromisso com as freguesias de manter a dotação financeira que vem sendo assegurada desde o primeiro ano de mandato, vão ser mais de 750 mil euros para as freguesias. Dou, aqui, uma particular nota aos senhores Presidentes de Junta, pela cordialidade, pela proximidade e pela lealdade com que se têm relacionado com a Câmara Municipal, particularmente comigo. Fica vincado, aqui, um aspeto importante, sabemos bem que o valor afeto para permitir a execução de um conjunto de projetos da vossa responsabilidade, é sempre, manifestamente, insuficiente, gostaríamos de poder melhorar esta situação, esperemos que a situação financeira do Município melhore e algumas destas poupanças serão alocadas para as freguesias, que são, na nossa perspetiva e reconhecidamente, a área do concelho que tem tido menor investimento no passado e continua, neste momento, a precisar de uma atenção particular. Estes investimentos no seu conjunto têm, de facto, uma relevância muito expressiva, no conjunto das ações e projetos inscritos no PPI, têm uma dotação de 18 milhões e 295 mil euros, representam, portanto, nas Grandes Opções do Plano, 77,46%, das mesmas. Por isso, estamos certos que com este conjunto de investimentos que afirmam Chaves, no contexto do Alto Tâmega, e que tem intervenções muito importantes na mobilidade urbana, na área social, na área económica e queria, aqui, também, destacar uma ação que não consta efetivamente destes documentos previsionais mas que está num documento que há-de ser, depois, apreciado e votado por esta Assembleia, que diz respeito à primeira fase de intervenção de ampliação do Parque Empresarial de Chaves, com um conjunto de terraplanagens que permitirá ampliar a capacidade de instalação das empresas, porque, de facto, a existente está, neste momento, comprometida. Estamos certos, por isso, no contexto atual, em face dos recursos financeiros disponíveis, em particular do desenho do programa de fundos europeus, as propostas constantes dos documentos previsionais para o próximo ano económico respondem às principais necessidades deste concelho e aos anseios da nossa gente, pelo que os submetemos à apreciação dos órgãos autárquicos, neste momento, naturalmente, à Assembleia Municipal, na expectativa de que seja o interesse público o ponto de partida e ponto de chegada na apreciação e votação dos mesmos. Obrigada -----

Seguiram-se as intervenções dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Ana Maria Rodrigues Coelho**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Bom dia senhor Presidente da Assembleia e senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, companheiros aqui presentes. Antes de mais, só uma nota prévia relativamente aos documentos e uma sugestão, as Grandes Opções do Plano, não podem vir com aquela configuração vertical, são perfeitamente inelegíveis. No ano passado vinham na horizontal e conseguiam-se ler um bocadinho melhor. Leio bastante bem, mas não consigo, foi muito complicado, foi provavelmente ao fazer os PDFs, mas de facto ficam praticamente ilegíveis, é só uma nota, pois de facto dificulta um pouco. -----

Relativamente ao ponto em análise: -----

“Mais um ano se avizinha e, com ele, uma nova proposta de orçamento. Meio mandato cumprido, e este deveria afigurar-se como o orçamento da viragem, aquele em que a “herança” deixa de ser argumento, e em que tónica deveria forçosamente que ser colocada nas ideias, promessas e gestão do executivo eleito em 2017. -----

À semelhança de 2019, o orçamento total aumentou cerca de 4 milhões de euros. Do ponto de vista dos números, algumas notas: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

- O investimento/despesa de capital aumenta 3 milhões e 700 mil euros, facto que saudamos, na medida que representa mais investimento para o concelho; -----
- No entanto, registamos com preocupação, pelo segundo ano consecutivo, o sacrifício de mais de um milhão e meio de euros de poupança corrente (a receita corrente cai aproximadamente 1 milhão de euros relativamente a 2019, e a despesa corrente aumenta mais de meio milhão de euros) -----
- Constatamos que a compensação destes valores é feita através da arrecadação de receita não permanente: a previsão de compensações financeiras devidas pela Iberdrola passou de cerca de 660 000€ para 1 400 000€, a que se deve este aumento? A Iberdrola não pagou em 2019? -----
- A ajudar o Município, pode contar este ano com uma nova fonte de receita pública: comparticipação no IVA, o que lhe permite arrecadar cerca de 187.000€. -----
- Gostaríamos ainda de destacar o aumento de despesa com pessoal de mais de 400 000€, o que representa um crescimento de mais de 13% desde 2018. -----
Postos estes considerando sobre os números, e atendendo à matéria prevista no orçamento, gostaríamos, senhor Presidente, que nos esclarecesse alguns aspetos: -----

1. Considera que as opções tomadas em matéria de eventos culturais no orçamento anterior, e mantidas neste, têm o retorno pretendido em termos de receita direta e indireta para o concelho? Refiro-me particularmente ao enorme reforço de verbas nas Festas da Cidade e no Festival N2; -----
2. Se o Turismo é uma prioridade, porquê uma nova redução na rubrica inscrita neste orçamento para Promoção e Divulgação do Concelho? -----
3. Gostaríamos que nos clarificasse o objeto dos Projetos: “Aquanatur Palace” e “Clube Termal”, e as respetivas perspetivas de implementação? -----
4. Qual é o ponto de situação e a previsão relativamente ao investimento do Museu das Termas Romanas? A cidade terá este equipamento à disposição dos seus visitantes no próximo Verão ou não? -----
5. Está previsto no orçamento da Receita na Rubrica 12.06.02 – Empréstimos a médio e longo prazos – Sociedades Financeiras uma verba de mais de 1 milhão e 700 mil euros, não identificada em orçamentos anteriores. De que receita se trata? -----

Esclarecidas estas questões, gostaríamos de realçar positivamente, a inscrição no orçamento de verbas que permitirão resolver problemas já identificados e várias vezes trazidos a esta assembleia, como a requalificação do Pontão da Galinheira ou a construção do Canil/Gatil Municipal. Congratulamo-nos naturalmente com o investimento previsto para a área social, sabemos todos que é da maior relevância para o concelho. -----

No entanto Senhor Presidente, e à semelhança do exercício já, aqui, feito no ano passado, não podemos deixar de considerar que as Grandes Opções do Plano, orçamentadas, ficam muito aquém dos objetivos e promessas previstos na campanha eleitoral e reafirmados nas páginas 5 a 12 do Relatório da Proposta de Orçamento para 2020. Continuamos a constatar que em matéria de desenvolvimento económico e de atração e fixação de população, tudo que foi prometido, continua por fazer: -----

- Ao nível do Emprego: Agência de Captação de Investimento; Programa Start-up Chaves; Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo, continuam na gaveta; -----

- Ao nível do Turismo e Apoio ao Comércio Local, apesar de todo o show off televisivo e de comunicação possível, isso não basta para um município que quer afirmar-se como destino Turístico. Continuam por cabimentar a Feira de Turismo e Negócios do Alto Tâmega, a requalificação das margens do Rio Tâmega, para fins balneares, a proposta da Ponte Romana, a património da humanidade, entre outros; -----

Senhor Presidente, o PSD Chaves, entende que a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2020, continua a assentar em grandes chavões e muita festa, mas, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

termos de eficácia e concretização de medidas adequadas para o desenvolvimento do concelho, pouco se acrescenta, limitando-se em grande medida, a dar seguimento à execução dos projetos herdados do Executivo Anterior, que, aqui, relembramos para os mais distraídos: -----

- a) Educação – Obras já concluídas ou em construção: Jardim de Infância de Vidago; Jardim de Infância do Cino-Chaves; Escola EB1 de Santo Amaro; Escola EB1 do Caneiro e Escola Secundária Fernão Magalhães. -----
- b) Ação Social – Requalificação do Bairro Social das Casas dos Montes e do Bairro Social dos Fortes. -----
- c) Cultura – Inauguração da Casa Museu João Vieira (Vidago). A obra ficou concluída no mandato anterior; -----
- d) Requalificação urbana: Requalificação das ruas e avenidas da cidade, as que já estão concluídas, as que estão em obra, as que estão em plano sem obra iniciada (Largo Maria Rita/Escola Francisco Gonçalves Carneiro e Av. Do Tâmega/Tribunal) e os abrigos para passageiros. Requalificação do Terreiro de Cavalaria (Jardim do Bacalhau), referindo-se que o projeto inicial foi alterado. Requalificação da Alameda de Trajano até ao Museu Nadir Afonso, obra em construção. -----
- e) Posto de Turismo do Alto Tâmega – Obra decidida na Comunidade Intermunicipal, no mandato anterior. -----
- f) Equipamentos – Requalificação do Mercado Municipal (1ª fase), obra concluída. Requalificação do Mercado Municipal (2ª fase), obra ainda não iniciada. Centro Coordenador de Transportes, obra em concurso. Centro de Convívio (esta obra aproveitou o financiamento aprovado, tendo a função sido alterada). “Aquanatur Palace”, obra ainda por iniciar. O atual executivo mudou a localização para o antigo cineteatro. -----
- g) Percursos Pedonais – Ficaram aprovados e financiados vários percursos pedonais cujas obras ainda não foram iniciadas (exemplo: São Lourenço e Seara Velha/Castelões). -----
- h) Abastecimento de água – Freguesia de Vilarelho, Vilela Seca, Torre de Ervededo, Bustelo e Soutelo. Todas estas obras tiveram início, ainda, no mandato anterior. -----
- i) Saneamento Básico – Redes de saneamento novas e uma ampliação (Adães, Calvão e Redondelo), todas as obras tiveram início no mandato anterior. Construção de ETAR (todas as que estão em construção e/ou concluídas – exemplo: Bustelo, Sanjurge, Mairos). -----
- j) Piscina Municipal – O executivo municipal cessante, definiu o programa funcional e adjudicou o projeto. -----
- k) Ensino Superior – A negociação com a Cruz Vermelha, para a criação da Escola Superior de Saúde, foi iniciada pelo executivo anterior. O Instituto Politécnico de Bragança, iniciou os cursos técnicos superiores profissionais na vigência do mandato anterior, nem sempre os mesmos tiveram da parte do PS, a valorização que hoje lhes é dada. -----

Considerando o exposto, os Membros da Assembleia Municipal, eleitos na lista do Partido Social Democrata, votam contra estes documentos previsionais. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Fátima Liliana Fontes Correia**, do **PS**, no uso da palavra, disse: Bom dia senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, membros desta Assembleia, público presente. -----

Através dos documentos previsionais para o ano de 2020, verificámos sem qualquer dúvida que estamos perante um orçamento muito relevante em termos de investimento social e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

económico. Estamos a falar de um orçamento de 52 milhões e 668 mil euros, dos quais cerca de 46% são destinados a investimento, investimento este decisivo para o desenvolvimento, valorização e afirmação do Concelho de Chaves. O Município de Chaves segue claramente uma estratégia de desenvolvimento consubstanciada em oito pilares, apresentando medidas concretas para cada um deles, e que vão de encontro àquilo que foi o seu compromisso eleitoral sufragado pelos flavienses em outubro de 2017. Os oito pilares são: emprego, turismo e ambiente, educação, cultura e desporto, agricultura e floresta, centro histórico e comércio local, ação social, equipamentos e serviços municipais e saúde. Começando pelo emprego, não posso deixar de referir que, na minha opinião, a criação de emprego é a melhor política de natalidade e anti envelhecimento que pode existir. Vemos assim como oca e sem qualquer conteúdo a crítica erigida pelo PSD Chaves de que a proposta do Executivo se pauta pela inexistência de políticas sociais que contrariem o envelhecimento demográfico. A estimulação do investimento, a geração de confiança no seio dos investidores e o apoio aos empreendedores, permitindo a criação de emprego, são políticas anti envelhecimento mais determinantes e sustentáveis do que qualquer outro apoio direto, mas efêmero que se possa atribuir às famílias. Apraz-nos saber através do relatório da proposta do orçamento que nos últimos dois anos já foram criados 125 postos de trabalho resultantes de investimento privado e acreditamos que nos próximos anos este número irá certamente aumentar exponencialmente. Por outro lado, é evidente a cada vez maior afirmação do potencial turístico e termal de Chaves e as propostas de investimento apresentadas neste plano estão alinhadas com esta estratégia que potencia e desenvolve a economia local. A educação e valorização pessoal têm também merecido uma pertinente atenção por parte deste executivo pois o conhecimento é fundamental para a geração de valor acrescentado nos produtos endógenos da região. A instanciação em Chaves de um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, nas suas mais variadas vertentes, seja termal, energética, na agricultura ou no turismo, gerando, a médio prazo, inovação em novos produtos, processos e serviços, que terão elevados impactos na economia local, potenciando o desenvolvimento sustentável da região, ao mesmo tempo que estimula a criação de emprego qualificado gerador de valor económico e social. Mas é na dimensão social que este orçamento mais se sobrepõe. As funções sociais representam 55,91% do total das Grandes Opções do Plano e 25,42% do orçamento global. Para além da reabilitação, total ou parcial, do edificado social, serão também criados novos apoios sociais que pretendem garantir, por um lado, as condições mínimas de habitabilidade e, por outro, o acesso à aquisição de medicamentos, assim como a tratamentos termais. Mas nem tudo são rosas, pelo que em 2020 o Município ainda terá de comportar amortizações de dívida a instituições de crédito de cerca de dois milhões e quinhentos mil euros, aos quais se acrescem juros e outros encargos na ordem dos 212 mil euros, fruto de mais de uma década de irresponsabilidade administrativa que levou o Município à contração de empréstimos atrás de empréstimos para fazer face ao pagamento de dívida corrente. -----

Para além dos juros bancários, o Município terá ainda de suportar cerca de 200 mil euros respeitantes a juros de mora resultantes da dívida acumulada à Empresa Águas do Norte, juros estes que em bom tempo este executivo conseguiu por um travão através do já conhecido acordo que permitiu beneficiar de um corte de dívida de quase 2 milhões de euros e um perdão de juros de 30%. Ainda assim, esta dívida é tão significativa que origina juros de igual grandeza aos juros bancários. E nem a receita adicional da comparticipação do IVA é suficiente para fazer face a estes juros. É com satisfação que verificámos também que a eficiência energética e a eficiência do sistema de abastecimento de água são preocupação deste executivo espelhando-se nos investimentos previstos para os próximos anos nestas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

áreas, com diversas intervenções na rede de abastecimento e intervenção em diversos edifícios públicos. Assim, estes documentos previsionais colhem total aceitação e apoio por parte da bancada municipal do Partido Socialista, dado que traduzem uma estratégia de desenvolvimento local em todas as suas dimensões, económica, turística, ambiental, cultural e social, em que nos revemos, e que permitirá proporcionar um maior bem-estar e qualidade de vida a todos os flavienses. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Alberto Batista Feliz**, do **CDS**, no uso da palavra, disse: Bom dia a todos. Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente. Quanto aos documentos previsionais, o CDS, gostaria de colocar aqui algumas questões ao senhor Presidente. Senhor Presidente, na rubrica de Impostos Indiretos, gostaria de ser esclarecido, porque tem de facto um aumento brutal de 34,4%, em relação ao ano de 2019? Depois, noutros impostos indiretos, também, um aumento de 35%? Também gosta de saber quais são os outros impostos indiretos, gostava que me esclarecesse? Nas participações cofinanciadas dos projetos houve uma diminuição de 170 mil para 85 mil, um corte de 50%? No orçamento da despesa, tenho uma dúvida relacionada com o pessoal em regime de tarefa ou avença, em que a despesa aumenta para o dobro? Isto cheira-me a precaridade, passa de 107 mil para 218 mil. Se o anterior executivo teve juros e a conjuntura do Governo Central, as taxas de juros hoje são melhores e nós sabemos o porquê, sabemos que as taxas de juros negociadas agora, não se faziam anteriormente. Nós sabemos disso. Mas, também, gostamos de facto e damos os parabéns por esta negociação. Em face disso, o CDS, vai-se abster. Obrigado. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Antes de mais, muito bom dia a todos. Peço desculpa ao membro desta Assembleia Municipal, Ana Coelho, não me devia ter rido de forma tão expressiva, mas, de facto, aquilo que disse e como o disse, de facto, suscitou-me, de forma quase convulsiva, um riso que eu não pude reprimir. Dizer que, claramente eu fiquei, aqui, com uma dúvida que é, se estes documentos previsionais representam e traduzem aquilo que era a estratégia do anterior executivo e que na prática as ações estão aqui todas vertidas, porque é que vai votar contra? Eu acho que há na base uma manifesta contradição. Das duas uma, ou de facto, não se identificam com o documento porque as ações, os projetos estão desalinhados com a estratégia que deve ser prosseguida, há uma perceção errada de qual é o caminho e não se identificam com eles e, portanto, votariam contra. Era o que eu faria. Ou dizer que discordam da estratégia, mas que as ações e os projetos são vossos. Eu acho que há aqui uma incoerência insanável que eu não consigo, sinceramente, atingir, nem sequer utilizando o método de Descartes, a dúvida metódica, lá chego. Depois, dizer claramente e fazer aqui um conjunto de considerações, porque, se porventura, o documento, e eu percebo que seja extenso, percebo que seja complexo, percebo que é preciso ganhar ou perder muito tempo com estes documentos, mas o que eu não percebo, que se venha aqui fazer um conjunto de considerações assim mais ou menos à sorte, sem grande coerência e, depois, fazer um conjunto de afirmações e outras de dúvida. Naturalmente suscitam da minha parte um incentivo a um estudo mais profundo deste documento. Mas, de qualquer das formas, deixe-me começar por fazer algumas considerações. Dizer o seguinte, a herança ainda pesa sim, a herança ainda pesa, porque quando nós olhamos para o município da dimensão do município de Chaves que é um município de média dimensão e o comparamos com outros municípios desta dimensão e forma mais próxima, eu identifico dois, Bragança e Vila Real, se nós quisermos perceber aquilo que é a herança e eu por herança gostaria de chamar à colação o passivo, percebemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

que a herança que nós herdámos de 42 milhões, contrasta com os 9 milhões que, por exemplo, havia em Bragança ou contraste com o valor muito próximo que havia em Vila Real. E, portanto, dizer que a herança pesa, sim! Ainda pesa muito. Pese, embora, o trabalho que tem sido feito de eficiência financeira, de contração de redução dos recursos financeiros a meu ver notável, tão notável é que no anuário financeiro fazem uma referência a Chaves que consegue 52% de redução, alguma coisa haverá, só foram quatro Câmaras em 308 a serem referidas, algum mérito haverá. E, depois dizer, pese, embora, esse esforço todo e que às vezes é desvalorizado, deixo uma pergunta. Se era fácil de ser conseguido, porque não estava feito? E não se diga que é o contexto financeiro bancário. Eu relembro aqui e faço uma inconfidência, eu próprio conduzi um processo de vários milhões de euros em 2015 e a taxa de “spread” é mais ou menos igual àquela que nós vamos conseguir, portanto, a questão não era, não é do contexto, não é dos bancos, é do perfil, é da confiança que geram as empresas. Porque, como nós sabemos, as empresas, os estados, as pessoas, as famílias não têm acesso às mesmas condições financeiras em igualdade de circunstâncias, são diferentes, são naturalmente diferentes, são de acordo com o perfil de risco que cada um tem. Foi só um à parte. Mas gostava de fazer aqui uma conta muito breve 2,6 milhões de amortização, sim, mais juros bancários, mais juros comerciais andaremos na casa do meio milhão, já estamos a passar a casa dos 3,1 milhões. Depois juntar a isso mais 500 mil euros de “leasings”, se calhar a passar, já estamos em 3,7 milhões e, se me disse que isto não é herança pesada do passado eu não sei o que é. Depois, dizer-lhe outra coisa, então não é herança pesada do passado, nós perdemos 70% da água que compramos às Águas do Norte, isto não é herança pesada? Isto representa um milhão de euros. E não é herança pesada, nós termos as ETARs, todas inoperacionais a não tratarem dos efluentes, não terem tratado das questões que têm a ver com os efluentes e continuarem a entrar dois ou três milhões de metros cúbicos de água das chuvas para as ETARs, e isso ter um peso muito relevante na fatura do Município? Isto é uma herança pesada, sim é uma herança pesada, porque este problema só se resolve em 10 ou 20 anos. Sim é verdade, portanto, já identifiquei três heranças e com estas três heranças estamos a falar de mais de 5 milhões de euros. Portanto, com estes 5 milhões de euros nós conseguiríamos fazer muito do que é necessário fazer neste concelho. Sim, é necessário fazer mais investimento nas freguesias, é uma verdade inquestionável que as freguesias têm sido muito esquecidas. Sim, é verdade que temos que apoiar mais a agricultura, apoiar a floresta, claro que sim, fixar as pessoas nestes territórios, claro que sim, mas isso só se faz com recursos, com meios e temos que os conseguir libertar para que isso possa ser concretizado, até lá, não o conseguiremos fazer. E, portanto, sim, a herança pesada não terminou, a herança mantém-se e continua a ser pesada, pese embora, nós termos, conseguido reduzir algum passivo e é muito. Depois, dizer outra coisa, a senhora membro desta Assembleia Municipal, vem falar de poupança corrente, poupança corrente em documentos previsionais? Isso é uma expectativa, como sabe. Como sabe, a poupança corrente resulta desta operação muito simples que é a receita corrente subtraída da despesa corrente mais o quê? As amortizações médias. E, como sabe, falar de poupança corrente em documentos previsionais é apenas estimativa, a mim interessa-me, sobretudo, é falar de quê? De poupança corrente na execução, é nessa que nós falamos. Porque os documentos previsionais que eram sucessivamente apresentados pelo PSD, falavam de poupança corrente, sim, nos documentos previsionais, depois na execução era uma desgraça, era uma desgraça que se exigia o pedido de milhões de euros para fazer o equilíbrio. E, portanto, poupança corrente vai-me desculpar, mas isso é uma falácia e, portanto, não confunda quem, porventura, não domina estes conceitos, porque achará que estamos a fazer desinvestimento, não, estamos a fazer muito, muito investimento. Depois, falar de prenda, prenda do IVA, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

isso é uma prenda até lhe posso dar outra informação. Sabe, este governo do Partido Socialista, tem na proposta do orçamento que nós esperamos que seja aprovada, de facto, um incremento naquilo que são as transferências financeiras para os municípios, para todos os municípios. E, também, para o município de Chaves, e não são 197 mil euros, não, vão ser 1,4 milhões de euros. Esta, sim, é que é uma prenda e já posso, aqui, anunciá-la se o orçamento for aprovado. E, portanto, com isso nós faremos o quê? Faremos muitas das coisas que temos previsto fazer e que, porventura, não conseguiríamos fazer, porque não conseguiremos arrecadar o quê? As taxas de ocupação do subsolo que continuam inscritas, porque mantêm-se, relativamente, àquilo que é do passado, enquanto os processos não forem terminados, mas terá naturalmente para compensar essa quebra de receita que nós sabemos que inevitavelmente acontecerá. Depois, dizer também, que a despesa com o pessoal cresceu, sim e bem, ainda vai crescer mais, porque nós não podemos ter uma cidade como tínhamos, abandonada, sim! Completamente abandonada, nós não tínhamos e continuamos a não ter estruturas capazes de cuidar do território que temos, sim, dos nossos espaços verdes, como é que nós queremos ter jardins cuidados sem recursos humanos como? De que forma? Como é que nós podemos ter capacidade de reparação de roturas que são mais de 1600 por ano, se não tivermos recursos humanos, sim! Como é que nós podemos, porventura, dar mais apoio às escolas se nós não tivermos capacidade de fazer uma coisa que é essencial, que é contratar auxiliares, sim! Mas, também, é verdade que se diga, olhou apenas para a despesa e ela cresceu, mas, também devia ter olhado para a receita, porque muita da despesa que se fez em pessoal tem uma comparticipação em 85%, como sabe. Portanto, não é justo falar apenas no incremento da despesa se não falar ao mesmo tempo no incremento da receita que tem a ver com um conjunto de recursos humanos contratados, designadamente, aqueles que integram a equipa de combate ao insucesso escolar que têm uma taxa de comparticipação de 85%, ou, por exemplo, dos sapadores florestais que, também, têm uma taxa de 85%, ou, por exemplo, para o ano, e respondendo já à questão formulada pelo membro do CDS, sim! Vamos aumentar a dotação em avenças, para quê? Para concretizar um projeto que se chama “Cultura para todos”. Um projeto de 500 mil euros, temos já a candidatura apresentada para, sobretudo, fazer a integração dos nossos mais idosos, dos deficientes, fazê-los participar nas atividades quotidianas, sim! Para que eles se sintam parte do todo que somos todos nós, é para isso que nós queremos contratar essas pessoas em avença, sim! Em avença, porque é a modalidade adequada. Em avença, porque é, apenas, um projeto de um ou dois anos, sim! Porque vão prestar serviço de natureza intelectual e, por isso, pensamos nós que são as soluções mais adequadas. E, portanto, fica, aqui, este compromisso, porventura teremos que gastar ainda mais dinheiro com recursos, sim! Mas, se ao mesmo tempo perguntarem, se há um desajustamento, em termos de perfil de recursos humanos, relativamente às necessidades? Ele existe, mas nós não somos responsáveis por ele, outros fizeram essas opções e temos, como sabem, muitos desajustamentos funcionais que resultam daquilo que era, por exemplo, ter pessoas da área da Biologia na educação, ou outras áreas. Aí, sim! Desajustadas. De facto, há um desajustamento entre as funções orgânicas necessárias para satisfazer as necessidades da população e aquilo que são os recursos que nós temos. No entanto, gerir recursos humanos, significa trabalhar com os que temos para que possam, de forma crescente, melhorar a resposta àquilo que são as necessidades dos nossos concidadãos. Depois perguntar-lhe e gostaria que me respondesse de forma perentória, é contra o Festival N2? Entende que as festas da cidade não devem ter a dignidade que nós lhe temos dado? É isso que pretende? Não acha que já chegou de sermos diminuídos, acabrunhados, sentirmo-nos sempre um concelho pequenino num território que é o Alto Tâmega? Não, nós temos que nos afirmar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

enquanto líderes de um território e isso também se afirma para nossa vocação de promoção, pela afirmação da nossa identidade, pela afirmação do que nós somos. Então a festa da cidade não tem a ver com o orgulho de sermos Flavienses? Não tem que ver com a afirmação de indivíduo que pertence a uma comunidade? Sim! e queremos continuar a fazer esta grande manifestação das festas da cidade que são as manifestações dos nossos cidadãos e das nossas instituições. E, por outro lado, sabemos que é difícil, mas queremos continuar a dar relevância crescente, afirmativa e exigente ao Festival N2, sim! Como queremos, também, para o ano, fazer uma grande prova de automobilismo do Rali do Alto Tâmega, sim! já posso dizer que essa prova que nós no conjunto do Alto Tâmega, particularmente o Município de Chaves e de Boticas, assumiram, vai ser uma prova do Rally Nacional, logo depois do Rally da Madeira, sim! é isso que nós queremos, é esta a afirmação que nós desejamos, sim! é isso que queremos fazer. Depois, dizer, nós não temos reduzido em promoção, não temos! temos incrementado. Têm é que fazer uma leitura conjunta das várias classificações económicas, pois se as ler de forma conjunta, perceberá que aumentou e não diminuiu, curiosamente, eu até digo ao meu querido amigo e vice-Presidente da Câmara que gasta dinheiro demais, porventura, não. Mas quem tem que gerir finanças, acha sempre que o dinheiro gasto, é muito. De qualquer das formas, entendemos que aquilo que foram os eventos que são representativos e com os quais nós concordamos, fizemos diferente do que fez o PSD. Nós não acabamos com a Festa dos Povos, não! Queremos dar-lhe mais relevância. Nós não acabamos com os projetos que já existiam, apenas por não serem nossos, não! Temos que olhar para o mérito intrínseco dos mesmos e, por isso, é isso que vamos continuar a fazer. Nós não temos esse estigma, outros tiveram, nós não temos. Depois, dizer, “Aquanatur Palace”? Senhora membro desta Assembleia, porventura, não esteve cá no ano passado? Porque ele já lá estava no ano passado e expliquei no ano passado, mas torno a explicar com todo o prazer, com todo o prazer! Como sabe, este projeto estava identificado com o nome “sem projeto”, estava numa coisa que se chama “PROVER” e no âmbito do “PROVER”, havia a ideia, do anterior executivo, de fazer junto às atuais piscinas um edifício com alguma água e, portanto, nós entendemos que não havia ganho nenhum, a presença física de construções naquela zona seria excessiva e, portanto, não seria relevante. Aquele projeto com aquela dimensão com aquela escassez de relevância não tinha dimensão para ser um projeto âncora para o Alto Tâmega e para o Norte de Portugal, o que é que nós fizemos? Fizemos dois em um. Entendemos que recuperando o cine teatro, recuperando a nossa memória, a memória dos Flavienses, que foi durante 16 anos, desprezada e ostracizada pelos anteriores executivos do PSD, agora, queremos dar-lhe dignidade. Não foi comprado em 2001, não! foi anterior. Sabe, a memória é uma coisa complicada e a verdade vem sempre ao de cima. E, portanto, quisemos e queremos e, por isso, construímos dois em um. Este projeto, é um projeto que compagina e congrega dois financiamentos; um financiamento por via do PROVER, o tal “Aquanatur Palace”, que pretende, sobretudo, financiar questões imateriais, tecnológicas, multimédia, sensoriais, laboratoriais, ao mesmo tempo, é feito no próprio espaço, Cineteatro, um espaço multiusos que também é financiado, no caso pelo PO Norte, este também é um projeto que vinha detrás, de facto é verdade e, portanto, só fazemos o que vem de trás?!. Portanto, era um projeto que vinha de trás, como se percebe?!. Estamos a recuperá-lo, fizemos uma alteração a projetos que já vinham detrás para permitir o financiamento deste projeto através do PARU, com uma dotação de 85%. Portanto, é isso que pretendemos fazer, mas ainda queremos fazer mais. Sim! Pretendemos dar relevância àquilo que é o nosso elemento agregador e diferenciador que é a água e essa estratégia está a ser construída não de uma forma egoísta ao nível de Chaves, mas sim, ao nível do Alto Tâmega. Entendemos que a afirmação e a promoção turística e a afirmação do território não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

se deve limitar, tão só e apenas, a um concelho, deve ser feito num espaço mais abrangente. Neste caso, entendemos que é o Alto Tâmega. E o Alto Tâmega, ainda assim, é uma medida pequena, devia ser uma medida territorial maior. De qualquer das formas, foi aquele que foi desenhado e aprovado e não temos, neste momento, nenhuma intenção de o alterar. De qualquer das formas, dizer que a nossa ambição nesse contexto e aproveitando para falar do que Eurocidade possa ser o quê? O resultado da agregação dos Municípios todos do Alto Tâmega, naquilo que é a Eurocidade, e ao mesmo tempo na macro comunidade, se possível na Deputacion de Ourense, para que nós tenhamos uma Eurocidade, neste caso, uma Euroregião, com alguma dimensão ou com alguma capacidade de distanciação e com alguma capacidade de densidade de poder alocar um conjunto de projetos relevantes. Portanto, neste contexto de promoção e afirmação do território, de afirmação daquilo em que nós somos bons, daquilo que é diferenciador que é a água, fizemos algumas coisas, fizemos essa. Fizemos, como sabe, no âmbito do Alto Tâmega, aquilo que é importante que é um centro tecnológico da água e esse projeto sem falsas modéstias tem muito de Chaves, muito de Chaves. Tem muito de Chaves, de pessoas de Chaves que amam Chaves, mas que, ao mesmo tempo, acham que é um projeto que deve ser abrangente no território do Alto Tâmega. Esse projeto, eu denomino-o de o projeto. Este projeto é, na nossa perspetiva, aquele que consegue congrega aquilo que são as respostas aos nossos estrangulamentos mais decisivos que são: inovação; conhecimento: educação; afirmação dos nossos recursos; incrementação de valor e diferenciação. Nós queremos fazer isso com o projeto “Aqua e Valor” e vamos fazê-lo, temos financiamento superior a 2 milhões de euros para as obras, já temos financiamento garantindo de mais de 1 milhão de euros, para recursos humanos altamente qualificados e, portanto, vamos contratar doutores, doutores investigadores que possam fazer um trabalho importante de investigação nesta área. Estamos, ainda, à procura de mais financiamento para que este projeto possa ser concretizado. Dizer que está a ser feito mais do mesmo, é meter a cabeça na areia e não reconhecer tudo o que tem que sido feito. E, por outro lado, perguntar-lhe - então a senhora membro desta Assembleia Municipal diz que é “show off”, então não tem ouvido as notícias a dizer que não há habitação em Chaves? Isso foi por acaso? Sabe que só no ano de 2019/2020 temos mais 280 jovens neste território de Chaves. E, portanto, dizer, é o mesmo que vinha a ser feito, é claramente uma manifestação de ignorância ou de má-fé. Por isso, ainda, relativamente a este particular aspeto, o clube termal, porventura, é um projeto que vai ter muita importância, é para fazer nos balneários termais e não tem nada a ver com o outro projeto, é um projeto que está, neste momento, em modo de conceção, está, aí, inscrito por causa do projeto. E, portanto, esperamos surpreender como surpreendemos, na minha perspetiva, com mais um projeto que vinha detrás que é o aproveitamento geotérmico da água termal, também era um projeto que vinha detrás. Sabe que há uma diferença entre dizer e fazer, essa é que é a diferença que fazem os líderes, os líderes dizem e fazem. E, portanto, é isso que queremos dizer. Quanto à questão que foi formada sobre o Museu das Termas Romanas, acho que devia ser feita com alguma vergonha, sinceramente com alguma vergonha. Então! Um projeto que se iniciou há quase uma década, um projeto descuidado, um projeto pouco aturado que fez com que aquilo que é um recurso inestimável e essencial deste território, desta nossa cidade, que é a nossa história, a nossa monumentalidade, o recurso essencial que é a água, a água termal, foi desprezado desta forma e não foram contratados os melhores especialistas? Então contrataram-se os melhores especialistas para o Museu de Arte Contemporânea e não se contrataram os melhores especialistas para o Museu das Termas Romanas? Isso é aceitável? Neste capítulo, o trabalho tem sido muito, tem sido muito e complexo em várias dimensões. O primeiro trabalho e que foi dado a conhecer, era o trabalho da solução técnica. Porque o problema estava identificado, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

sabíamos, sabíamos todos que a solução que muitos aventavam não era exequível física ou financeiramente, estamos a falar do desmonte daquela cobertura, isso era financeiramente insustentável, porque isso significava o quê? Parar o projeto, devolver todo o dinheiro de fundos comunitários, de muitos milhões e, ao mesmo tempo, não ter a capacidade de fazer a requalificação daquele espaço com tudo o que isso significava e com o atraso que podia significar. Perante a realidade, não negando, reconhecendo, mas partindo do problema para a solução, o que foi feito, foi uma coisa muito clara, foi pegar no problema e encontrar as melhores equipas, os melhores técnicos, quem tem o conhecimento em termos nacionais em termos de engenharia. Aliás, posso dizer que enunciamos duas perspetivas de solução, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Ordem dos Engenheiros, foram as duas principais hipóteses que avançámos, depois fomos conduzidos para, e bem, para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e, nesse contexto, foi possível depois de muito tempo, depois de se fazer aquilo que era preciso fazer, que era fazer medições, avaliações técnicas interiores e exteriores, foi possível chegar à conclusão de uma coisa que toda a gente dizia, mas, curiosamente, o executivo anterior teimava em não reconhecer que a condensação existia e continuaria a existir, pese embora a solução mecânica que ia custar mais de 40 a 50 mil euros, só em energia elétrica todos os anos. Mas nós já estávamos habituados àquilo que eram os custos correntes, reporto para os juros gerados. E, portanto, essa solução demorou muito tempo, foi validada tecnicamente, foi apresentada aos cidadãos, foi partilhada com os cidadãos. A seguir, houve que fazer um projeto e o projeto foi trabalhado com a mesma equipa projetista que reconheceu o erro do projeto anterior. A nova equipa projetista comunicou-nos que perante a informação que lhe tinha sido fornecida não tinha toda a informação necessária para fazer um projeto diferente e, portanto, aquilo que estava a ser feito agora, devia ter sido feito antes do início das obras que eram os estudos que eram as avaliações técnicas, que era com esses estudos que podiam fazer os projetos. E, portanto, esse arquiteto reconhecendo o erro, colaborou na alteração do projeto. Projeto feito, projeto de execução a elaborar, projetos que foram objeto de consulta de todas entidades, designadamente da Direção Regional de Cultura, que naturalmente o aprovou. Seguidamente, tivemos que pedir autorização para fazer um furo no sentido de captar água termal, foi um projeto que teve que ter o parecer, outra vez, da Direção Regional da Cultura por causa da intervenção no subsolo mas, também, da Direção-Geral de Energia e Geologia, projeto feito, executado, está neste momento no local. A seguir, houve que resolver a questão do financiamento. Dado o atraso na execução deste contrato, tivemos o risco e estamos outra vez com o mesmo risco de perder o financiamento comunitário pela inexecução do projeto, primeira fase, prova superada. Aguardemos pela segunda fase. Ainda assim, houve necessariamente que fazer alguma discussão com o empreiteiro, porque a obra foi suspensa por iniciativa do dono da obra, Município de Chaves, e, nesta perspetiva, houve necessariamente que fazer alguma discussão sobre os termos daquilo que será a execução dos trabalhos, neste momento o empreiteiro está em obra. Está em obra no sentido que possa, naturalmente, concretizar este relevante projeto. Estamos preocupados com a sua execução, sim estamos. Mas também estamos preocupados com uma das suas fases que é a musealização. Preocupa-nos a obra, com certeza, mas preocupa-nos, sobretudo, a degradação que as estruturas tiveram e a capacidade de podermos, ainda assim, recuperar tudo e dar-lhe a visibilidade, a utilidade e a relevância que todos esperamos que este equipamento possa ter e que estamos todos confiantes que venha a ter. Quanto aos empréstimos a médio e longo prazo, mais uma vez, uma leitura apressada dos documentos, leva a concluir uma coisa que esta Assembleia Municipal, votou, sim votou. Esta Assembleia Municipal, votou 5 empréstimos ao BEI, para reforço da capacidade financeira e como meio de aceleração dos projetos cofinanciados por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

fundos comunitários. Sim! são cinco projetos, sim! não foram usados de forma relevante no ano de 2019, e sê-lo-ão em 2020. Portanto, o valor que aí está inscrito, tem a ver com os contratos que já estavam formalizados que têm uma taxa, como sabem, próximo de 0.29, e que, neste momento, alguns deles é zero, portanto, é isso que aí está inscrito, não é a contração de novos empréstimos. Eu percebo que no passado seria essa a regra, era mais empréstimo, mais empréstimo. Não tem sido este o sinal. Quanto às questões das obras da zona industrial, o processo está em avanço, também, aqui, se nota que há a necessidade de terrenos. Portanto, se há necessidade de terrenos, é porque há dinâmica, é porque há manifestações de interesse. Nesta perspetiva, dizer que a dinâmica não existe, é mais uma vez negar a realidade, então porque é que durante anos 2,3,5, 7, 8, 9 ou 10 anos, os terrenos não tinham interessados e os licenciamentos não aconteciam? E neste momento estão a acontecer, por acaso isso resulta da inércia, resulta de alguma coisa que não sabemos dizer o que é? Claro que resulta de trabalho, claro que resulta de dedicação, claro que resulta da relação de confiança e claro que resulta da relação de proximidade e queremos continuar a ter essa relação de proximidade, de confiança e de afirmação deste território junto dos nossos empresários. E, também, neste capítulo, algumas das ideias que estavam vertidas no nosso programa, estão hoje a ser executadas pela CIM, porque entendemos que a medida certa não é o concelho, mas é a sub-região. Portanto, algumas medidas que nós temos inscritas no nosso programa, designadamente os “Startups”, estão a ser feitas no âmbito da CIM, e como já está a perceber, está a ser executado, também temos medidas para o empreendedorismo, e vai abrir já uma a seguir. Portanto, as medidas que nós pensamos para o nosso concelho, estão a ser neste momento alargadas para uma base mais ampla que é a CIM do Alto Tâmega, portanto, estão a ser concretizadas como pode ver, é esse caminho que iremos fazer. Nós acreditamos nos investidores, nós acreditamos nos empreendedores, nós acreditamos nos empresários e, por isso, nós fizemos no âmbito do Alto Tâmega, duas iniciativas que estão na segunda edição. Como nós acreditamos nos empresários, nos empreendedores, naqueles que querem fazer coisas e atrair pessoas para este território, nós fizemos no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a que eu tenho muito prazer de presidir neste momento, fizemos duas iniciativas que são para continuar. Fizemos um fórum sobre a água em Vidago, fizemos no ano passado e fizemos este ano. Mas fizemos uma outra coisa, como um reconhecimento público, pelo trabalho, pela dedicação, pela abnegação que têm tido os nossos empresários, fizemos uma Gala do Empreendedor, pela primeira vez neste território, no segundo ano consecutivo nós estamos a reconhecer o papel dos empreendedores e dos empresários. Portanto, como vê, há um olhar atento a estes atores e a estes construtores do desenvolvimento local. E, depois, continuando e as notas podiam ser podiam ser mais. Identificou aqui o Pontão da Galinheira, o canil/gatil, enfim, uma obra prometida no orçamento participativo e nunca realizada, aliás, não foi realizada nenhuma na área do investimento. Somos nós, agora, que estamos a cumprir promessas de outros, curiosamente, nós estamos a cumprir promessas de outros, não só a cumprir as nossas como estamos a cumprir as promessas de outros. Porquê? Porque achamos que é necessário. Faremos isso. Mas temos outros projetos muito importantes, já lhe falei da recuperação do Cineteatro, da geotermia, deste canil, da Ecovia de Vidago, do Centro Cívico que foi feito por nós, mas não-de vir muitos mais projetos que, naturalmente, alimentarão esta economia local. E depois, na área social, dizer uma coisa, muito do esforço financeiro para a concretização destes projetos vão ser recursos próprios do município. Uma percentagem muito, muito relevante. Nós estamos comprometidos com as nossas promessas, sabemos bem qual é o nosso guião, estamos comprometidos em cumpri-las, sabemos que são necessárias, acreditamos que levarão mais tempo, os prazos serão mais alargados, mas são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

absolutamente necessárias, é aí que estamos focados, é nelas que queremos trabalhar. Nós sabemos bem que o nosso problema, melhor, nós sabemos bem que o problema da Europa, o problema do País, o problema de algumas regiões em particular é a demografia, estamos todos conscientes disso. Mas sabemos todos que em demografia o curto prazo são 20 anos, sabemos todos, não acredito que a demografia se resolva com os cheques enxoval ou se resolva com os cheques bebé, entendo que não seja esse o caminho, sinceramente. Eu entendo que o caminho é mais inovação, mais conhecimento, mais capacidade de atração e, ainda assim, sabemos que temos um desafio muito difícil, porquê? Porque a conceção de um determinado modo de vida, particularmente da Europa, faz com que os países mais desenvolvidos sejam aqueles que têm uma taxa de natalidade mais baixa, falamos da Alemanha, falamos dos Países Nórdicos, sabemos que é nestes países em que há recursos financeiros, apoios sociais, estruturas de apoio, paradoxalmente é nesses países que a taxa de natalidade é mais baixa. Portanto, o caminho não pode ser, tão só e apenas, por mais recursos, por mais meios e mais estrutura de apoio tem que ser com a alteração do modo de vida, sim! É algo que todos nós, individualmente considerados, inclusivamente a senhora membro desta Assembleia Municipal, podemos fazer aumentar a taxa de natalidade. A única forma que nós, a Europa temos a fazer para combater, neste momento, algum fenómeno migratório é pela natalidade, não há outra forma de o fazer. Esse caminho também vale para mim. Portanto, estava a dizer que se nós não queremos ser invadidos por massas migratórias muito relevantes, temos que fazer o nosso trabalho de casa, significa o quê? Ou alteramos a nossa conceção de vida, esta filosofia danista, esta filosofia centrada no eu, na felicidade, naquilo que é a realização profissional e pessoal de cada um de nós ou, porventura, esta será uma batalha perdida. O que poderá acontecer e vai acontecer certamente, é que o todo vai perder população e vai haver algumas partes do todo que vão ganhar população, porventura, isso vai acontecer no contexto Nacional, nas Áreas Metropolitanas, eu acredito que noutros territórios isso possa acontecer na mesma medida. E, portanto, o que nós temos que fazer, é ser um território atrativo, um território dinâmico, para que nós possamos, também, estar nesse processo de afirmação e podermos continuar a ter capacidade de atração. Depois, comércio local, sim! Neste capítulo, quando nós fazemos as feiras, quando nós fazemos o N2, quando nós fazemos as festas da cidade, quando nós fazemos a Festa dos Povos, quando nós fazemos um conjunto de atividades das mais variadas índoles, em quem nós estamos a pensar? Estamos a pensar em quem? É no comércio local, nos nossos comerciantes, nos nossos empresários, é com eles e é para eles que nós fazemos muitas atividades sim! A comunicação social não é favorável, só é favorável, sobretudo, porquê? Porque, primeiro, só dá visibilidade àquilo que acontece quando não se faz. Mas, depois dizer aqui uma nota distintiva, e eu pensei que na qualidade de quadro da ACISAT, viesse reconhecer aqui uma coisa que este executivo fez, que foi, por exemplo, dizer que os valores de excesso, aquilo que é o lucro da Feira dos Santos, que são cerca de 20 ou 21 mil euros, são pela primeira vez, em 2020, alocados a iniciativas do comércio local. Eu pensei que conhecia que este, também, é um modo de apoiar o comércio local. Quando nós alocamos 20 ou 21 mil euros, para dinamizar atividades do comércio local que vão ser pensadas, vão ser aprovadas, mas, também, relativamente aos momentos de inexistência de atividades e, por isso, estamos a pensar, sobretudo, para os períodos fora do Natal, fora da Páscoa e fora do período de Verão, é para isso que nós queremos que a ACISAT, utilize esse dinheiro. Reconhecemos, também, que há outras entidades que têm feito um papel neste domínio, as Juntas de Freguesia. A Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, a Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões, têm feito alguma dinamização do comércio local com iniciativas, e bem, têm feito com a ACISAT, também. Precisamos de mais, precisamos que o movimento cresça, que se alastre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

a outras Freguesias e que conte com a participação das associações dos empresários e dos comerciantes. Eu acho que este é o caminho para a afirmação do comércio local. Depois, dizer outra coisa muito curiosa, tem a ver com aquilo que já vinha detrás sim com as obras, com os projetos que já vinham detrás. Sabem? Já vinha detrás a negociação com as Águas do Norte, já vinha detrás, mas não estava feita. Curiosamente o que já vinha detrás, era a dívida, o que já vinha detrás era a falta de reconhecimento das faturas, era a incompetência, isso, sim! Já vinha de trás, agora o acordo não vinha detrás, porque foi protagonizado por este executivo, com base numa lei que, entretanto, saiu do anterior Governo, porque se não fosse isso, não era possível fazer o acordo. Portanto, houve uma conjugação de esforços. Uma conjugação que permitiu criar um normativo legal para transformar dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, essa foi uma possibilidade. E ao mesmo tempo, o Município preparar-se e para se preparar o que fez? Teve que negociar, sim! Mas teve que fazer outra coisa. Teve que ter em dia as faturas que iam chegando e teve que começar a pagar as faturas antigas, porque só assim é que podia ser ilegível para o acordo. Depois dizer outra coisa, de facto, também já vinha detrás o processo da Cruz Vermelha, sabem? O processo já estava feito, apenas me limitei a quê? A assinar o protocolo, já vinha detrás, não! O que já vinha de trás, eram as negociações, negociações infrutíferas, eram as tentativas, o que já vinha detrás era muito “inconsequimento”, para utilizar as palavras muito conhecidas de uma líder do PSD, que foi Presidente da Assembleia da República, havia muitos “inconsequimentos”. E, portanto, vinha tudo detrás, não há mérito nenhum deste executivo municipal, é curioso, apesar de ter vindo tudo de trás, estando tudo feito, ainda há tanto para fazer. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do PSD, no uso da palavra, disse: -----

Bom dia a todos. Senhor Presidente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, membros da Assembleia, senhores Presidentes de Junta, bom dia a todos. Depois desta intervenção longa, exaustiva, venho aqui exarar um protesto formal ao senhor Presidente, pelas tentativas do senhor Presidente da Câmara de condicionar a intervenção a título pessoal do nosso membro, Ana Coelho. Fazer em primeiro lugar, referência à questão da natalidade e em segundo lugar, à referência ao exercício profissional enquanto técnica superior da ACISAT. Eu acho que vocês acham piada que essas coisas aconteçam desta forma e acham bem. Mas, desta vez, estão do lado vencedor. Mas há três ou 4 anos atrás esse foi um dos argumentos usados quando o senhor Presidente aqui foi referido pelo facto de ser técnico municipal da Câmara Municipal de Montalegre. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, peço-lhe que tenha em conta as nossas palavras, fazemo-lo a contragosto. Nós queremos vir aqui debater ideias, projetos, alternativas e que, de modo algum, a nossa condição pessoal, o nosso exercício profissional sejam, aqui, usados como forma de sermos condicionados. Senhor Presidente, deixo em suas mãos essa situação. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Antes de mais, dizer-lhe claramente que as suas considerações estão falhas nos pressupostos. As situações não são nem análogas, nem parecidas. Eu vou tentar explicar porquê? Primeiro, não há nenhuma tentativa de condicionamento, tanto mais que a palavra é livre e a senhora membro desta Assembleia Municipal, pode vir cá e pode fazer a pronúncia e as considerações que entender sobre estes documentos e as abordagens que entender, tem toda a liberdade. Portanto, dizer que há conhecimento, é absolutamente falso e falacioso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

para não dizer mentiroso. Depois dizer que quanto à questão das referências à natalidade sentiu-se condicionada ou coagida? Se bem me recordo, eu disse que isso era um papel de todos, inclusive meu. Sim, não há natalidade sem filhos. Não há outra forma. E, portanto, não há aí nenhum condicionamento, nem nenhum apoucamento, nem nenhuma tentativa de afrontamento, peço desculpa, mas não existe por essa via nenhuma tentativa. Depois, quanto à questão das referências ao ser quadro da ACISAT, é muito distinto daquilo que faziam no passado, que era colarem-me a decisões da gestão da Câmara Municipal de Montalegre, outra coisa é a falta de conhecimento do acordo que existe. São coisas totalmente diferentes. E, portanto, o que se fazia no passado, a meu ver erradamente, era atribuir opções de gestão a um dirigente. Isso é inaceitável. E eu não atribuí nenhuma responsabilidade de gestão, de decisão a um quadro da ACISAT. A única referência que eu fiz, foi quanto ao facto de desconhecer o acordo que existe, apenas isso. E, portanto, comparar o incomparável é inaceitável senhor membro desta Assembleia Municipal, mais ainda vindo de si, sinceramente. Não estava à espera deste tipo de consideração, porque é incomparável. É absolutamente incomparável. A única coisa que eu fiz, foi: eu não fiz nenhuma consideração sobre a ACISAT, sobre a boa ou má gestão e sobre o papel que o quadro tem nessa gestão. Comparativamente, no outro executivo, o que se fazia, o que se tentava fazer, era colar o dirigente do Partido Socialista que também era elemento da Assembleia Municipal, a que? A opções de gestão. Opções de gestão quer dizer que em vez de fazer uma coisa, ia fazer outra. Eu não fiz nada disso, a única coisa que disse, foi, lamento que não tenha conhecimento desta informação. E essa informação era não só conhecida por ser quadro da ACISAT, mas também, por qualquer cidadão, porque foi objeto de publicação, onde? Nos meios de comunicação local. E, portanto, foi isso que eu disse a propósito do comércio local que lamentava que não fosse feita, aqui, esta referência, só isso. E, portanto, estão a comparar o verdadeiramente incomparável. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra, fez o seguinte esclarecimento: Senhor membro desta Assembleia, na minha interpretação, acho que as palavras do senhor Presidente da Câmara, não foram ofensivas, disse, inclusivamente, que ele também iria tratar das questões da natalidade e que estaria disponível nesse processo. É um apelo e posso dizer-lhe, estou à frente de uma Instituição que tem 295 trabalhadores e estou sempre a incutir nas pessoas, ou melhor, a fazer apelos constantes à natalidade, e tem resultado. Portanto, acho que devemos encarar isto com alguma normalidade. Não achei que houvesse qualquer intenção de ofender seja quem for. Sugiro que se passe à frente e prosseguir com o ponto da ordem de trabalhos que está em debate. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Ana Maria Rodrigues Coelho**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Ora bem, antes de mais, folgo em saber que as minhas intervenções o divertem e, sobretudo, que o provocam. É sinal que são boas, até porque teve necessidade de estar aqui mais de meia hora a responder-me, o que é muito positivo. Relativamente a este “*faits divers*” sobre a natalidade lembrou-me a minha mãe, mas pronto, considerando que já fiz 41 anos de idade, ela já passou essa fase, espero que o senhor Presidente também passe. Quanto à questão, relativamente à ACISAT, é outro assunto, se, se recorda nunca nas minhas intervenções eu mencionei nem pela positiva nem pela negativa o relacionamento entre a ACISAT e o Município e faço-o deliberadamente, obviamente. Eu estou aqui na qualidade de representante do Partido Social Democrata, não estou na qualidade de técnica superior da ACISAT, conheço perfeitamente o acordo que referiu, como conheço todos os processos, uns em maior profundidade, outros em menos. Eu não tenho funções de decisão na ACISAT,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

tenho funções executivas e de representação nalgumas situações, conheço perfeitamente as decisões que vão sendo tomadas, umas melhor, outras menos bem, as que não me passam pela mão, umas positivas e outras negativas, umas de bom relacionamento outras de mau relacionamento, nunca vim aqui mencionar nem umas nem outras, porque acho que não devo misturar. Simplesmente, isso. Reconheço que o acordo da Feira dos Santos, é relevante para a Associação, e com certeza, há-de ser relevante para o comércio tradicional quando nós pudermos aplicar essas verbas que não tínhamos à descrição anteriormente, mas acho que não devo na condição em que estou de mencionar aqui o relacionamento entre a ACISAT e a Câmara, outros o poderão fazer se assim o entenderem. Relativamente às questões que, entretanto, aqui trouxe em matéria de coerência, senhor Presidente, tenho aprendido umas coisas consigo, pronto, também aprendemos. Portanto, o senhor Presidente vem aqui repudiar uma parte da herança, mas ao mesmo tempo, apresenta os documentos estratégicos para o ano de 2020 com base na herança. Portanto, acho que não deve falar de coerência. Quanto à herança em si, tem coisas boas e tem coisas más. O investimento que lhe foi deixado e que hoje pode rentabilizar de alguma forma, nomeadamente na zona industrial, como falou, nomeadamente nas termas, nomeadamente nos Museus, nomeadamente em muitas outras coisas, também são herança positiva e hoje poderá colher dividendos dela. Se conseguir, geri-los melhor e pô-los a funcionar melhor, ótimo, foi exatamente para isso que foi eleito e foi isso que prometeu aos flavienses. Quanto à questão das Termas, não percebo a sua indignação, sinceramente. Uma das suas promessas eleitorais era concluir com a maior brevidade, no mínimo tempo possível, com a maior rapidez, o processo, porque antes eram um bando de incompetentes que não tinham conseguido resolver o problema. Quando foi eleito, apressou-se a ir para a comunicação social denegrir o processo anterior e dizer, agora é que se vai resolver, nós vamos resolver, porque agora a competência está instalada. Agora, percebeu que, pese embora, os problemas que existam nem tudo é uma matéria de competência, o processo é complexo e não é complexo só para si, é complexo desde o início, também lhe ficava bem reconhecer isso. Portanto, é natural e é legítimo que se venha aqui perguntar qual é o ponto de situação, porque todos queremos que o processo se conclua, queríamos antes e continuamos a querer agora, porque é fundamental para a cidade. Portanto, ninguém veio, aqui, perguntar isto, nem para achincalhar, nem para fazer má-língua, é mesmo com o objetivo de perceber qual é o estado e que efetivamente as complexidades que o processo teve foram sempre muitas, continuam a ser muitas. Acompanhei com os meus companheiros dos outros grupos o trabalho na comissão. Ainda não foi possível ao membro que ficou encarregue de apresentar o relatório, mas temos acompanhado e acompanhámos desde o início todo o processo e percebemos que aquilo de que vocês se queixam, neste momento, que são as dificuldades e a complexidade que o processo tem, existem desde o início por vários motivos e condicionada de várias formas, pela necessidade de financiamento, pela necessidade de não perder financiamento e eventualmente, haverá falhas como existem em tudo na vida e não vão desaparecer agora. Portanto, eu acho que não se justifica a veemência com que veio aqui dizer que devia ter vergonha de lhe fazer esta pergunta. Não tenho vergonha nenhuma. Acho que é natural, acho que é legítimo e acho que todos os Flavienses, querem ver essa pergunta respondida. E não me respondeu. Portanto, não me respondeu se prevê que esteja pronto até ao Verão? E eu gostava que me respondesse. Quanto à questão da CIM, reconhecemos todos o papel importante que tem tido, as dinâmicas que implementou, concordo consigo quando diz que o projeto “Aquae”, é o projeto. Concordo completamente. Espero e desejo sinceramente que tenha muito sucesso, que ele vá mudar completamente a face do território, eu acredito muito nisso. Conheço os demais projetos que têm sido acompanhados. Eu também os tenho acompanhado, quer nas minhas funções na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

ACISAT, quer noutras funções independentes. Mas, a CIM, é um órgão onde constam e onde votam 6 Presidentes de Câmara, e onde isto se faz hoje, mas poderia não se estar a fazer e onde o desenvolvimento dos projetos não depende só da Câmara de Chaves, por muito vontade que a Câmara de Chaves, tenha que eles se levem a bom porto. E, portanto, pormos os ovos nos dois cestos, é verdade, faz sentido, mas não faz assim tanto sentido como, aqui, foi dito. Portanto, era só isto. Obrigada. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Esta intervenção é simples, é para dizer que, afinal, concorda com aquilo que foi dito até agora no essencial. Muito sinceramente, aquilo que tanta moça lhe causou sobre a questão da natalidade. De facto, sim a questão dos pais, eu sou pai e os pais certamente dão sempre bons conselhos aos filhos e eu acredito que a sua mãe também lhe quer dar bons conselhos a si. Depois, dizer uma coisa muito simples, eu acho que a coerência é uma qualidade que é mais ou menos aferida por quem nos ouve e, portanto, nessa perspetiva, acho que não devo acrescentar rigorosamente mais nada, porque, de facto, há uma grande incoerência naquilo que foi a sua apresentação e o que, neste momento, tentou de alguma forma compor, enquadrar, mitigar aquilo que foram as considerações que eu fiz e, portanto, agora, já quer, de alguma forma, dizer que, afinal, não foi tão bem assim. Claro que há equipamentos importantes e quando nós, no passado, os criticávamos, não era pela existência desses equipamentos era pela incapacidade de lhes dar utilidade ou nalguns casos pela dimensão desses equipamentos, pela alocação desproporcionada de recursos financeiros, foi, sobretudo, isso. Falando da zona industrial, com certeza que fomos contra, queríamos e entendíamos que deveria ter sido feita a ampliação da existente, não foi essa a opção. Entendemos que com essa opção se consumiram recursos que o Município não tinha e, por isso, é que estão expressos naqueles muitos juros que temos pago. Quanto aos museus e às termas, designadamente ao MACNA, nós já tivemos oportunidade de dizer que jamais, retiro a palavra jamais, estamos a falar de um equipamento que muito dificilmente será sustentável sob o ponto de vista económico-financeiro, mas terá que ganhar e está a ganhar e tem havido evidências disso, a sua relevância cultural, turística e até económica. Relativamente àquilo que é o Museu das Termas Romanas, devo dizer que eu não fiz achincalhamento do anterior executivo. Relembro, aqui, um programa televisivo do “Sexta às nove”, recorde e até aconselho a todos a ver aquilo foi dito por mim, para ver se, efetivamente, houve uma tentativa de censura, porquê? Porque, porventura, a vontade de fazer crítica e censura existia, mas o interesse do Município e a relevância deste equipamento fez com que houvesse contenção, porque o mais essencial não era o anterior executivo, mas era continuar a ter este recurso com valor e com potencial de se afirmar enquanto recurso que pode, naturalmente, ser muito importante em termos turísticos. E, portanto, dizer-lhe que, entendemos nós, se há um projeto que correu mal em todas as dimensões, foi este. Correu mal na escolha dos projetistas, porque escolheram projetistas que nunca tinham feito um projeto idêntico, apenas tinham feito projetos de algumas habitações unifamiliares e umas casas um pouco mais amplas. Foi, de facto, um risco muito grande. Por isso é que eu dizia, quando temos processos e matérias complexas, temos que contratar quem seja especialista. Este princípio vale para a saúde, vale par o direito, vale para a engenharia, vale para a arquitetura, vale para todos os domínios. E depois dizer, claro que gostaríamos muito e a nossa expectativa, era a de ter o Museu das Termas Romanas, concluído no próximo verão. Por isso é que a empresa já retomou os trabalhos, mas devido à complexidade dos trabalhos não temos um prazo para a conclusão e tem a ver com a musealização e, sobretudo, com a questão de saber se com os danos e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

prejuízos que aconteceram nas estruturas, se os trabalhos são de maior ou menor magnitude, se a conclusão dos trabalhos de limpeza, de consolidação, de restauro, leva três meses, ou leva sete, ou leva oito? Porque eu digo, aqui, para nós o essencial não é o betão, não é a construção civil, o essencial são as estruturas arqueológicas, é a memória, é a água e são também aqueles vestígios arqueológicos que lá estão, os tanques, os balneários. E, portanto, se nós tivermos que atrasar a execução dois, três ou quatro meses para garantir que a solução tecnicamente adequada para a musealização daquelas estruturas é aquela, então, eu direi, gastem-se mais três meses, gastem-se mais quatro meses. Porquê? Porque, isso é que é o essencial, esse é que é o recurso, esse é que é o tesouro, porque a outra construção tem apenas uma função de adorno. Obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e três votos a favor, catorze votos contra e três abstenções e de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: *Pelo Grupo Municipal do PS:* Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida; Luís Manuel Areias Fontes, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Fernando Luíz Lopes Moreira, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias, Gisela Maria Esteves Espírito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos Moura Alves, José Francisco Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro e Clara Maria Pinto Dias Lopes. -----

Votos contra: *Pelo Grupo Municipal do PSD:* Francisco António Taveira Ferreira, Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira Melo; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, André Fontoura Faria, Anabela Maria Neves Martins, Jaime Esteves de Abreu e Gilberto Gomes Alves, -----

Abstenções: *Pelo Grupo Municipal da CDU:* Paula Maria Morais Esteves e Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Carlos António Batista Feliz. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Rogério Amaro Alves de Oliveira, Arlindo Santos Costa, José Fernandes M. Serralheiro, António Manuel Rua Reis, Lígia Maria Chaves Silva, Alfredo Augusto Dias Gaspar, Fernando Alberto Barreira de Moura, Ilídio Jorge Chaves Correia, Octávio Rodrigues Bastos, Cecília Maria Silva Almeida Alves, João Manuel Almeida Pinto, Adriano Vieira Rodrigues; António José Lopes, António Lopes, Luís Saraiva Garcia, Carlos Alberto Batista Xavier, Gilberto Santos de Jesus, Nelson Fernandes Costa, Rui Alberto Trinta Pintor, José António de Oliveira Carreira, João Manuel Pereira Teixeira Borges, Hugo Manuel Alves Silva, Alcino do Nascimento Santos, Maria José Sena Barros, Pedro Manuel Pereira Barroco, Mário José dos Anjos, João Rua Banha, Filipe Maldonado Pinto, Jorge José Pereira de Carvalho, Rui Manuel Branco Rodrigues, Luís António Gonçalves Costa, António Carvalhal dos Reis, Paulo Nuno Jesus Pereira, em representação do Presidente de Junta de Freguesia de Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes (secretário) e Ramiro Figueiredo dos Santos. – Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação os seguintes membros: *Pelo Grupo Municipal do PS:* Carlos Alberto Soares Alves e Luiz Mário Alves Carneiro. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: João Ramos Duro, António Eusébio Vieira Cardoso, Eduardo dos Santos Carneiro e Pedro Miguel Rodrigues. -----

PONTO 6 – Definição da Taxa de Imposto Municipal sobre imóveis a liquidar no exercício económico de 2020. Proposta Nº 103/GAP/2019-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----
Pelo terceiro ano consecutivo estamos a fazer uma proposta à Assembleia Municipal de redução da taxa do IMI. Estamos com isso a cumprir uma das promessas que apresentámos aos flavienses no sentido de podermos no final deste mandato ter uma taxa mínima. Devo reconhecer que neste capítulo, quando assumimos funções em 2017, a taxa era de 0,35%. Em 2018, fixámos uma taxa de 0,338, em 2019, 0,325, portanto, estamos agora a propor para 2020, uma taxa de 0,313. É isto que temos a apresentar para que, efetivamente, no ano de 2021, possamos ter a possibilidade de apresentar a esta Assembleia Municipal, a taxa mínima legalmente admissível que neste momento é de 3%. Isso em cumprimento do artigo 112º, do CIMI, do decreto-lei nº 287/2013. A nossa proposta é, portanto, densificada da seguinte forma: para os prédios urbanos, para o próximo ano, uma taxa de 0.313, mas apresentamos, também, à semelhança do que tinha sido feito no passado, deduções fixas de IMI. São deduções fixas que têm aplicação imediata por quem seja proprietário de prédios urbanos no final do ano de 2019 e que o destino é a habitação própria e permanente e que nesse local tenham a residência da sua família e, portanto, poderão beneficiar de uma dedução em função do número de dependentes. Um dependente, vinte euros, dois dependentes, quarenta euros, três dependentes ou mais, setenta euros. Continuamos a entender que a política fiscal deve ter, também, objetivos de incentivo e desincentivo relativamente à forma como se gere e como se conserva a propriedade. Por isso entendemos que se deve manter as reduções de 15%, relativamente à reabilitação urbana de edifícios que fiquem localizados na ARU, portanto na Área da Regeneração Urbana e mais 15%, também para prédios que sejam arrendados nesta mesma área de reabilitação urbana e cuja redução pode ser cumulativa com a anterior, se estivermos em presença de um prédio reabilitado e subsequentemente seja destinado ao arrendamento. Mas queremos, também, dar um sinal a todos aqueles que continuam a descuidar o seu património e por isso, nesse contexto, com esse objetivo, entendemos majorar, penalizar quem não cuida, quem não conserva, quem não reabilita e, portanto, nesse contexto temos uma proposta de 30% da taxa de IMI, a aplicar aos prédios urbanos degradados, independentemente da sua localização, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança das pessoas e bens. E elevar anualmente todos os anos ao triplo a taxa de IMI, prevista para prédios urbanos que se encontrem em ruínas, há mais de um ano nos termos do nº3, do artigo 112, e queremos, por isso, dar este sinal. Queremos, também, a título final, dizer que esta proposta de redução de taxa tem permitido ao longo dos tempos não diminuir aquilo que é a coleta em resultado das medidas de eficiência fiscal, mas também, ao mesmo tempo, de incremento da justiça fiscal. Posso dizer que desde 2017 a 2020, se tivermos em consideração o valor patrimonial de um prédio, estaremos já a gerar uma poupança anual de trinta e sete euros. -----

Intervenções: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Bom dia a todos. Senhor Presidente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, membros da Assembleia, senhores Presidentes de Junta. Relativamente a este ponto, houve um tempo em que o PPD/PSD e, foi logo na primeira votação à qual fomos chamados já no contexto de oposição, votamos contra. Na altura votamos contra a descida que era proposta, uma vez que era nosso entendimento que a proposta do senhor Presidente da Câmara, de descida do IVA, dos valores que ainda agora, aqui, foram referidos, deveriam ser todos de uma vez só para não comprometer, digamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

assim, os exercícios subsequentes e exercer uma gestão financeira da Autarquia em função da medida que ele próprio tinha anunciado. No ano passado nós acabamos por nos abster, porque era um entendimento que o impacto era relativamente neutro. Este ano, temos um pedido de esclarecimento a fazer ao senhor Presidente da Câmara, mas, também, não nos furtamos a dizer qual será o nosso sentido de voto. É que, relativamente ao que é proposto para 2020, é orçamentado um valor de 4 milhões, 252 mil, 393 euros e 43 cêntimos. O que foi orçamentado no ano passado, foi 4 milhões, 150 mil e 971 euros. Portanto, nós, neste sentido e uma vez que esta baixa de impostos não se traduz numa redução da receita, mas se traduz, inclusive, num aumento do IMI, nós vamos votar a favor da proposta que está em cima da mesa. E, portanto, o impacto é neutro, aliás, até é favorável. Senhor Presidente, pode dizer qual é o valor efetivo desta redução em que é que ele se traduz? Se a receita vai aumentar, porque haveríamos de votar contra? Vamos votar a favor, apoiamos, pois não tem qualquer efeito nas finanças públicas. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro**, do **PS**, no uso da palavra, disse: -----

Muito bom dia e já que é a minha primeira intervenção nesta Assembleia Magna, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia a senhora e o senhor secretários da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, caros membros desta Assembleia, público presente, comunicação social e demais presentes nesta Assembleia. Em relação a esta questão do Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo o IMI, um instrumento para obtenção de receitas para o Município, reveste-se o mesmo da maior importância. Todos nós sabemos que é uma prestação peculiar, unilateral e coerciva, imposta pela Administração Central, mas que reverte a favor da Administração Local, devendo ser utilizado como instrumento de justiça fiscal e que ao mesmo tempo não fustigue os cidadãos, portanto, ou seja, já de si assoberbados por uma Administração Central, que lhes impõe, por vezes, uma pesada carga fiscal. Nesta senda, vossa excelência senhor Presidente da Câmara e, muito bem, veio a ser eleito sobre a promessa de baixar este imposto, fazendo dele um meio de correção e de justiça equitativa em termos fiscais. Todos nós sabemos que há que dar uma sequência e, como já aqui uma vez eu tive oportunidade de dizer, Roma e Pavia, não se fizeram num dia. E devemos ter atenção ou um construtivismo e não embarcamos naqueles repentismos que muitas das vezes levam ao desastre e a decisões inconsequentes. Eis, pois, que vem a esta Assembleia Magna, a discussão de uma proposta que mereceu aprovação unânime em reunião de Câmara e estabelece uma nova descida deste Imposto Municipal, uma descida gradual, é verdade, mas com a vantagem da mesma, conter em si, critérios que estimulam o investimento e que desincentivam o absentismo através das majorações e minorações para prédios. Beneficiam aqueles que são reabilitados e penaliza aqueles que deitam, que largam, o seu património mobiliário ao abandono e todos nós sabemos que, infelizmente, é um dos grandes problemas que afeta as nossas manchas urbanas, mas é um problema que também radica numa certa falta de eficácia da Administração Central. Ousamos, também, destacar, e nesse sentido será um bom exemplo para os nossos governantes nomeadamente para os que estão em São Bento, a circunstância de aumentar a cobrança deste imposto. Ou seja, há aqui a materialização de uma tese que eu já há muitos anos defendo, não importa sobrecarregar as pessoas com elevados volumes de impostos se depois os mesmos não vêm a ser cobrados. E neste caso, o que se tem verificado, é que há, um aumento da cobrança, ou seja, houve uma melhoria da eficácia, houve também uma correção, porque havia muita e muita gente que estava a beneficiar injustamente de isenções deste imposto municipal, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

seja, a não dar nenhuma contrapartida ao Município e daí tirar vantagens injustas em relação a outras pessoas por o seu património estar esquecido. Portanto, também aqui, funciona um critério de justiça fiscal e social. Hoje há uma maior eficácia na cobrança do mesmo, havendo, efetivamente, um aumento da receita, não nos parecendo que seja assim tão neutro quanto isso, antes pelo contrário, porque cada um de nós o vai sentir no bolso como é o meu caso. Assim sendo, parabéns senhor Presidente, merece o nosso total apoio e como é evidente um voto favorável e sem qualquer entrave. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Sim, se é verdade que no passado, designadamente no ano passado, mostrei perplexidade pelo sentido de voto da bancada do PSD que foi votar contra a redução de uma taxa pareceu-me absolutamente estranho. De qualquer das formas, ao mesmo tempo, censurar quem a propunha por não estar a cumprir na íntegra, de uma vez só, num ano só, uma proposta que é para um mandato. Entendemos nós que as propostas que constam de um documento que é apresentado aos cidadãos, é para o mandato, não é para um ano, a não ser que os mandatos fossem de um ano. Se, porventura, fossem de um ano e fossem renováveis sob condição, até entendo que, eventualmente, isso pudesse acontecer. E, portanto, entendo que não fazia nenhum sentido essa posição, na nossa perspetiva, e que estamos a cumprir. Naturalmente que essa proposta quando foi feita, foi feita com base em cálculos e a estimativa que nós tínhamos, se nós, de uma vez só, reduzíssemos a taxa do IMI, de 0,35, para 0,30, podíamos estar a falar, se nenhuma medida de eficiência fiscal e de igualdade fiscal fosse tomada, de uma redução da coleta de 380 a 400 mil euros. E, portanto, sabendo nós da exigência financeira que o Município tinha, da situação financeira periclitante em que estava, das exigências que tínhamos perante os fornecedores, mas, sobretudo, perante os credores, Banca, mas também os fornecedores Águas do Norte e da necessidade que tínhamos de garantir o mínimo de financiamento para continuarmos a concretizar muitos dos projetos que estão em execução, porque, pese embora, nós tenhamos conseguido em dois anos reduzir mais de dez milhões de euros do passivo e eu digo mais de dez milhões do passivo, passivo real, contas reais, transparentes, claras, apesar disso não há projetos parados, estão todos em execução. E, por isso, tínhamos que ter muita responsabilidade de gestão. Por isso, ao mesmo tempo que iniciámos processos de redução da taxa, fizemos, também, em articulação com a autoridade tributária, processos de eficiência fiscal. Não é para aumentar a quem já paga, é para pagar quem não pagava e devia pagar, é isso que estamos a fazer. E, portanto, o incremento da receita deve-se, tão só e apenas, a situações de iniquidade fiscal que tinha a ver com a circunstância de muitos cidadãos que têm património imobiliário relevante, estarem isentos e estarem isentos aproveitando uma fragilidade do sistema informático que aplica o CIMI e que fazia com que prédios urbanos localizados neste território, estivessem isentos. E o que nós fizemos, foi em articulação com a Autoridade Tributária e colocando recursos nas finanças, recursos próprios do Município, estamos a fazer esse trabalho. E, portanto, fazer esta quadratura do círculo que é reduzir a taxa e aumentar a receita algum segredo deve ter. Tem a ver com o mecanismo de eficiência e posso dizer outra coisa, provavelmente a nossa execução deste imposto em 2019, ficará acima dos 4 milhões e 400 mil, se ficar em 2019, mais uma vez vamos conseguir com redução da taxa, aumentar a receita. É isso que nós queremos, porque estamos a fazer eficiência fiscal, mas estamos, sobretudo, a fazer igualdade que é o que é importante, é isso que deve ser feito no território nacional. Se todos os que têm que pagar, pagarem, custa menos a quem paga. Isso sim, é que é igualdade. É esse o caminho que iremos fazer e reafirmar que com esta medida que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

parece que não tem nenhum significado, faz com que os nossos concidadãos que pagam e que já pagavam e que de alguma forma, de forma injusta com quem não pagava, possam ter agora uma redução que já está com o acumulado em 3 anos que já vai tendo por base e por referência o valor patrimonial de 100 mil euros, como eu dizia, estamos a falar de trinta e sete euros por ano. -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Sendo doze horas e trinta minutos foi interrompida a sessão para o almoço. -----
Os trabalhos foram, entretanto, retomados às catorze horas e trinta minutos. -----

PONTO 3 – Informação pelo Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega relativa às Atividades Desenvolvidas no ano de 2019. -----

O 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, **Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, prestou informação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2019. -----

Boa tarde, a todos, senhor Presidente, muito obrigado pelo convite. Cumprimento os membros do executivo e todos os membros da Assembleia. Vou tentar ser breve e deixar tempo para as questões que me queiram colocar. O que está aqui em causa, é nós fazermos um balanço do ano de 2019, no que diz respeito à atividade da Comunidade Intermunicipal, como todos sabem, é uma Comunidade Intermunicipal que envolve 6 municípios, 90 mil pessoas ou perto disso, muitos problemas e também muita ambição em conseguir ultrapassar grande parte desses problemas O que é que eu preparei? Preparei, 10 ou 15 slides muito rápidos, para todos terem a possibilidade de seguir a apresentação. Uma das questões que para mim é decisiva ou é mais importante é perceber-se o enquadramento daquilo que é a Comunidade Intermunicipal. As Comunidades Intermunicipais, nasceram numa perspetiva de quase obrigação da União Europeia, para tentar ter regiões administrativas que pudessem ser geridas em termos de Fundos Comunitários. O que está a tracejado, é aquilo que era a Comunidade Intermunicipal, quando ela foi criada, portanto, era o organismo desenhado para poder fazer o interface entre aquilo que era a atividade dos municípios e a gestão dos programas europeus e, neste caso, o Programa Operacional Regional, que é o Norte 2020. Tudo o resto que aparece, resulta das competências que foram sendo delegadas ao longo do tempo. As Comunidades Intermunicipais, têm recebido competências quer através dos municípios, por exemplo, hoje em dia somos a Autoridade de Transportes, quer através do processo de descentralização acordado entre o Governo e os maiores partidos da oposição, ou seja, a Comunidade Intermunicipal, hoje em dia, tem competências que são muito variadas, que vão desde o turismo, às florestas, ao empreendedorismo, à questão do ensino no que diz respeito ao planeamento, à saúde, à ação social, à justiça, à captação de investimento para o território e por aí afora. Ou seja, há competências cada vez mais diversificadas que obrigam, do nosso lado, a ter uma perspetiva cada vez mais de escala. Qual é a perspetiva de escala? É uma perspetiva de por um lado olharmos para o Alto Tâmega e não para cada um dos Municípios, “de per si”, mas tentarmos ver o Alto Tâmega como sendo mais do que a soma de todos os outros municípios, numa perspetiva de gerirmos sinergias entre eles e, sobretudo, ganharmos alguma escala. Porque como todos saberão o Alto Tâmega, é uma das 8 sub-regiões, NUT3, que há na Região Norte, é aquela que representa 2% da população da Região Norte, e, também, 2% das empresas da Região Norte, ou seja, quando nós nos comparamos com outras regiões, somos realmente pequenos, não em demissão territorial, mas sim em termos de atividade e em termos de número de pessoas presentes no território. Estes são alguns dos indicadores. Hoje está a decorrer em Chaves uma reunião do Comité Geral da Agência para o Desenvolvimento e da Coesão, é a primeira vez que a Agência para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Desenvolvimento e da Coesão, vem ao Alto Tâmega, para fazer uma reunião fechada, dentro deles, para gerir fundos comunitários. E ontem, eu fui convidado para ir à reunião da Agência para o Desenvolvimento e da Coesão. Eles queriam alguns números, e eu pus os números todos negativos num único slide. Está bem? Que é para não ter muitos slides, negativos. O Alto Tâmega, é isto que está aqui, ou seja, alguns indicadores negativos e preocupantes, sendo o principal o índice de envelhecimento. Nós temos municípios do Alto Tâmega, com índice de envelhecimento de 470, significa que temos 470 pessoas com mais de 65 para cada 100 pessoas com menos de 18, isto é realmente preocupante. Temos atividade económica que nem sempre é a melhor e nem sempre é a mais profícua. Se tiverem uma ideia do que é que está em causa no Alto Tâmega, é fundamentalmente. Grande parte do desenvolvimento das Regiões e do País, hoje em dia, passa pela incorporação de Fundos Comunitários, como todos nós sabemos. O Alto Tâmega, quando se compara com as outras regiões da Região Norte, é aquele que depende mais do Programa Operacional Regional, ou seja, felizmente não foi avante a ideia que havia nalguns países europeus de conseguir acabar com os Programas Operacionais Regionais, porque, se isso acontecesse, a incorporação de valor através dos Programas Regionais no Alto Tâmega, desaparecia. Como podem constatar, nós temos cerca de 53%, de dependência do Programa Operacional Regional. Isto para nós é muito preocupante. É muito preocupante, porquê? Porque se repararem para os envelopes financeiros, digamos assim, o que nós temos, é que o Programa Operacional Regional, vale tanto como COMPETE, na Região Norte. O problema, é que as nossas empresas, grande parte delas por diferentes razões que nós conhecemos, hoje em dia, não são capazes de ir buscar dinheiro a Fundos Comunitários. Os municípios executam e executam bem, mas, fundamentalmente, se não fossem os municípios a executarem, grande parte da região não tinha incorporação desse dinheiro, sem esse dinheiro, com certeza, que era muito mais difícil alavancar todas as dificuldades que nós temos. Olhando para o Programa Operacional Norte, o Norte 2020, trouxe alguns dados para se aperceberem como é que nós estamos: a 30 de novembro, são dados muito recentes, nós estamos com uma taxa de execução na Região do Alto Tâmega, cerca de 70%, da taxa de compromisso e cerca de 28%, de taxa de execução, ou seja, execução paga. Estamos em linha com aquilo que são o resto das regiões da NUT2 Norte. Fazendo uma comparação, passando, agora, para o slide que tem os municípios, podemos ver que há municípios que têm um desempenho melhor do que outros, Chaves, por exemplo, neste momento, tem qualquer coisa como 98%, taxa de compromisso. O que é que isso significa? Que todos os fundos Comunitários, que foram atribuídos ao Município de Chaves, 98%, já estão comprometidos. Não estão executados, porque o executado, é só quando a obra se concretiza e se paga, de facto, mas a taxa de compromisso é aquela taxa que nos vai permitir, ou não, desta vez esperemos que sim, aceder a overbookings. Como sabem, a gestão de Fundos Comunitários, é sempre feita da mesma forma, ou seja, há um período aonde há liberdade total para executar de acordo com aquilo que foi definido inicialmente, quando nos aproximamos do final do período, aquilo que acontece, é que os melhores, tentam retirar aos piores o dinheiro que lhes sobra. Em grosso modo, é isso o que acontece. A nossa principal preocupação no Alto Tâmega, é não deixar que isso aconteça. Ou seja, conseguirmos que os municípios, executem o nível suficiente para que em nenhuma tipologia nos retirem dinheiro, porquê? Porque os Quadros Comunitários, estão a acabar, este está a acabar, já estamos a preparar o do próximo ano o 2021/2027, vai haver um momento aonde os dois quadros se sobrepõe, o que é que isto significa? Significa que há muitas regiões da Região Norte, que se estão a preparar fortemente para conseguir captar dinheiros que sobrem de outras regiões que, porventura, não estejam a ser executados. Esta é a nossa primeira preocupação, sempre, no que diz respeito à Comunidade Intermunicipal, que é gerir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

o nosso Programa Regional. O que é que acontece a seguir? Fruto de todas as atividades que a CIM, tem hoje em dia, que são muitas, nós vamos tendo um leque muito alargado de projetos a diferentes níveis. E, aqui, nós gostávamos de lhes dar conta daquilo que vai acontecendo em cada uma das situações, por cada tipologia de intervenção de uma forma muito breve, como é óbvio. Enviei, entretanto, um documento para poderem também ter acesso a ele e poderem de alguma forma, observarem aquilo que nós vamos fazendo. Na área da educação, da inovação e da investigação, gostava de realçar dois projetos do Alto Tâmega. Primeiro, um que se destina ao ensino secundário e ao ensino primário que é o Programa de Combate ao Insucesso Escolar, que é muito relevante e tem como objetivo melhorar o desempenho dos nossos estudantes. Há uma coisa que todos nós sabemos, sem mais capacitação de todos os cidadãos do Alto Tâmega, não é possível gerar melhor economia no território. E sem melhor economia não vai ser possível fixar pessoas no território. Isto é evidente e, portanto, é preciso perceber que temos que trabalhar para quem está nos ativos, nas empresas, mas é preciso trabalhar muito para quem está a estudar hoje em dia, de forma a dimensionar e a divergir, sobrepondo neles maiores expectativas de poderem ter sucesso, este é um dos projetos mais relevantes. Segundo, há um outro projeto para o qual eu gostava de chamar a atenção, porque, na minha opinião, salvo coisas extraordinárias que aconteçam nos próximos dois anos, eu também estou a chegar à metade do meu mandato, não vai haver um projeto com a dimensão deste, o “AquaValor”. O “AquaValor”, que ainda não foi apresentado publicamente, mas que já está em funcionamento, é uma associação que visa incorporar o valor dos ativos da região através da ciência e passou a uma constatação óbvia. Para terem uma ideia, dentro dos envelopes que o Norte 2020 tem, há um envelope que se chama Investigação e Desenvolvimento, que até à data, mais ou menos outubro deste ano, valia qualquer coisa como 250 milhões de euros. O Alto Tâmega, até à data, julho, tinha de execução neste envelope, zero. E porque é que tinha zero? Porque, não havia no Alto Tâmega, nenhuma instituição que pudesse candidatar-se, sequer. Não é poder vencer, vencer ia ser melhor, uma coisa é quando não podemos sequer concorrer. Cientes deste problema o que fizemos no ano passado, foi constituir uma associação que se chama “AquaValor”, que tem 26 associados e que se candidatou a um aviso que estava aberto no Norte 2020, para a criação de um Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia e teve a nota de 5 em 5, nota de mérito e, portanto, venceu. Hoje, temos uma instituição que embora não esteja ainda em produção, já angariou para o território 3,5 milhões de euros, até à data e que tem mais 1,5 milhões de euros, previstos e candidatados para poder angariar. Ou seja, é um centro que se destina a incorporar valor nas empresas, sobretudo, para promover aquilo que é o endógeno no Alto Tâmega, através de incorporação de valor e que é uma instituição de ciência e tecnologia. Portanto, eu diria, se me permitissem, que este é, talvez, o projeto mais importante que desenvolvemos até esta data. No domínio do empreendedorismo gostaria de realçar duas ou três outras coisas. Primeira, nós temos muita dificuldade nas nossas empresas para captar Fundos Comunitários, isso decorre de falta de capacitação, não só das empresas por si só, mas, também, da falta de capacitação dos gabinetes que as assessoram e que estão no território. Muitas empresas socorrem-se dessas empresas de assessoria para fazerem candidaturas, a sensação com que eu fico, não só sensação, mas alguma certeza, é que muitas dessas empresas não tendo condições para preparar candidaturas vencedoras, preferem não fazer nada e dão indicação aos próprios clientes de que não vale a pena ir buscar Fundos Comunitários, é do mais errado, quando as pessoas pretendem fazer investimento. Porque, se pudermos alavancar através de Fundos Comunitários, é uma estratégia muito mais interessante. Eu, aqui, gostava de realçar três ou quatro aspetos e deixar uma chamada de atenção para um desafio para 2020. Primeiro, sim!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Fizemos concursos de ideias e vamos continuar a fazer, sim! Estamos a apoiar candidaturas ao “start-up” “baucher” e vamos continuar a fazer, porque os nossos jovens merecem ser acompanhados para terem candidaturas vencedoras em concursos nacionais que permitam que eles desenvolvam as suas ideias dentro do território. Terceiro aspeto muito relevante, sim! Vamos ter um sistema de incentivos, outra vez, para pequenas e médias empresas. Felizmente, um ano depois, o Governo Central, apresentou-nos na sexta-feira, às nove da noite, o pré-aviso daquilo que será a evolução de um programa que teve muito sucesso no território, que se chamava SI2E, e que se vai passar a chamar Mais Coesão, o Mais Coesão, está destinado a territórios de baixa densidade, e a CIM do Alto Tâmega, no seu pacto tem quase 8 milhões de euros para poder afetar a essas iniciativas. Nós esperamos ter projetos candidatados para poder executar essa verba. A nossa maior dificuldade não vai ser aprovar projetos, a nossa maior dificuldade vai ser, termos empresas a concorrer a poderem ter forma de aceder a estes Fundos Comunitários. Para nós é decisivo, porquê? Porque no SI2E, fruto de um trabalho de bastante persistência na Região Norte, nós fomos a entidade que melhor executou e teve direito a um “overbooking” de 30%, neste momento, somos a entidade a nível da Região Norte, que temos a melhor taxa de execução final, até à data, 27%. Quem olha para nós, está disponível para nos dar mais dinheiro, sempre e quando, nós consigamos arranjar projetos que cumpram o mérito e consigam aceder a estes Fundos Comunitários, portanto, na área do empreendedorismo, isto é, também, muito relevante. Depois, há outro tipo de projetos que são, para nós, relevantes, não são tão críticos. Porque é que nós fazemos uma Gala de Empresas e do Empreendedorismo? Fundamentalmente para valorizar quem acede a Fundos Comunitários. Se tivermos uma ideia do que é o Alto Tâmega, e às vezes, é bom ter consciência disto na parte privada, no ano de 2018, apenas uma empresa no Alto Tâmega, das 12 mil empresas que existem no Alto Tâmega, concorreu com sucesso ao COMPETE, isto tem que nos dizer alguma coisa! Há coisas que não estão bem no setor privado, não é falta de dinâmica, se calhar, falta é capacitação para poder perceber que há Fundos e que há que desenvolver iniciativas para ter candidaturas vencedoras a esses fundos, porque todos estes fundos são competitivos, todos concorremos contra todos e, portanto, é preciso arranjar candidaturas que sejam suficientemente fortes para lá chegar. Depois, olhando também para uma outra dimensão que é para nós muito relevante, que são as florestas. Nós temos uma brigada florestal no território a trabalhar desde março, deste ano, que tem como atividade principal fazer prevenção e poder, também, trabalhar na altura crítica dos incêndios como entidade que faz, mesmo, combate aos incêndios. A atividade dela está perfeitamente monitorizada, os Presidentes da CIM, têm acesso a tudo o que é feito por cada brigada dia-a-dia, ou seja, nós temos uma média de execução que é a melhor da Região Norte, que é de 0, 72 hectares/ dia, o que nos vai permitir por decisão dos senhores Presidentes, candidatarmo-nos a uma segunda brigada. Para que uma fique na parte Norte do território e outra a Sul, porque só a deslocação das brigadas entre os territórios, obriga a uma perda de tempo todos os dias e isso significa menos produção florestal, digamos assim. No domínio das florestas há, também, uma atividade muito relevante que diz respeito à prevenção, sabendo nós, que o Alto Tâmega, tem a maior mancha de pinheiro bravo da Península Ibérica, que um dia destes pode arder, toda a gente sabe isto. Porque o ordenamento que foi feito dessas manchas florestais, é quase nenhum e, portanto, a nossa iniciativa é tentar ao máximo adiar esse problema. Sabemos que vai arder alguma parte, esperemos que não arda grande parte. No que diz respeito aos produtos endógenos, eu farto-me de ouvir no território de que temos o melhor azeite, o melhor vinho, a melhor castanha, o melhor mel, o melhor fumeiro, o melhor presunto, tudo. O que é certo, é que não conseguimos vender por um preço que seja melhor. Porque se estes produtos fossem, realmente, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

melhores do mundo, o preço devia ser igual ao preço vezes cem e não o preço a que nós conseguimos vender, e mais uma vez qual é o problema que está aqui? É um problema de capacitação. Os produtores produzem bem aquilo que sabem produzir, mas não percebem nada, porque não têm que perceber nem de marketing, nem de embalagem, nem de mercados, nem de internacionalização, nem de nada. E mais uma vez, aqui, o “AquaValor”, através de uma sucessão que vai ter a seguir que é o “AgroValor”, vai permitir incorporar esses valores, esperamos nós, em muitas dessas empresas para permitir gerar mais valor a partir dos produtos de excelência. Em relação aos transportes, talvez um dos problemas mais complexos do ano de 2019, por Diretiva Europeia, transposição Diretiva Europeia, a Comunidade Intermunicipal, é a autoridade transportes. E, portanto, neste momento, estamos a preparar o próximo contrato de concessão internacional de transportes do Alto Tâmega. Quando olhamos para o Alto Tâmega, e a dificuldade está aqui, temos demasiadas linhas, demasiadas aldeias, pouca gente em cada uma delas, todos temos consciência disto. Desenhar um projeto que seja apelativo para os operadores não é fácil, porque a nossa conceção é deficitária e, portanto, nós estamos a tentar desenhar algo que seja suficientemente apelativo para os operadores e que sirvam os interesses das diferentes populações e que esteja de acordo com a lei que é: qualquer lugar que tenha mais de 40 habitantes deve ser servido por transportes públicos e, portanto, há que cumprir esse tipo de desígnios, é uma atividade muito relevante. No que diz respeito ao turismo, aqui há muito trabalho já feito nos últimos dois anos e, julgo eu, que aos poucos se vão vendo alguns resultados. O que há a destacar e está a ser construído é o posto turismo do Alto Tâmega. Hoje, é a minha terceira Assembleia Municipal e, portanto, a minha mensagem é a mesma em todo o lado. Uma das grandes vitórias desta Comunidade Intermunicipal, foi fazer perceber aos senhores Presidentes que a presença de um posto de turismo do Alto Tâmega, neste caso, situado em Chaves, numa das portas principais da entrada dos turistas no Alto Tâmega, era um edifício que serviria a todos. O edifício que está a ser construído nas termas em Chaves, é pago por todos, de forma igualitária, há uma pequena diferença para Chaves, mas é tudo igual. É um posto de turismo que tem por objetivo receber os turistas e distribuí-los pelo território, de forma, a que as pessoas percebam quando chegam a Chaves para fazerem termas, ou outra coisa qualquer, que há muito mais para visitar no território e que possam permanecer mais do que as 8,1 noites que permanecem atualmente no território. Aqui, no turismo, também gostava de lhes dar conta que temos visitado muitas feiras com a imagem Alto Tâmega, com os nomes dos seis municípios, mas a imagem é Alto Tâmega. A novidade para 2020, que posso, desde já, dar, é que o nosso “stand” vai estar presente nas feiras dentro do Alto Tâmega. Vamos iniciar em Boticas, vamos estar em Montalegre, vamos estar em Chaves, vamos estar em Valpaços, em todas as feiras em redor do território, vão ter o “stand” do Alto Tâmega. Porque é que vão ter o “stand” do Alto Tâmega? Porque nós acreditamos que há muita gente dentro do Alto Tâmega, que não conhece o território, estamos convencidos que as pessoas quando virem as imagens do Alto Tâmega, quando acederem àquilo que o Alto Tâmega, tem em termos de produto, vão querer visitar o território, e com isso, vai circular a economia interna. Há muitos outros projetos na área do turismo, vai haver sinalética nossa a promover o Alto Tâmega. Não nos podemos esquecer que há 400 mil viaturas que atravessam esta fronteira todos os anos em direção a Braga e a Guimarães e que raramente param no Alto Tâmega, porque não conhecem o Alto Tâmega. Aquilo que vamos fazer, é colocar “outdoors” com imagens emblemáticas sobre o Alto Tâmega, para que as pessoas quando passarem por aqui, digam assim, eu não vou passar desta vez, mas vou passar na próxima vez. Portanto, no domínio do Turismo, aquilo que se pretende fazer cada vez mais, é fazer promoção. E, aqui, é preciso ter em atenção, de que esta, é uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

competências delegadas, ou seja, a Comunidade Intermunicipal, aceitou por parte do Estado, dos senhores Presidentes, a competência do turismo em articulação com a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte. Portanto, isso é um aspeto muito relevante. Quase para terminar, no turismo temos a presença nas próximas feiras que vão ser bastante exaustivas. Depois, há outro conjunto de atividades que fazemos por escala, ou seja, é normal, imaginemos, proteção de dados. Os Municípios entenderam delegar em nós essa responsabilidade, porquê? Porque nós contratando tudo junto, conseguimos obter preços mais favoráveis do que cada um por si. Ou, por exemplo, um observatório de dados do Alto Tâmega. Um dos maiores problemas que nós temos na região e que hoje em dia é decisivo para podermos aceder a Fundos Comunitários, tem a ver, às vezes, com o desconhecimento quantificado daquilo que a região é. Como é que eu explico isto? Hoje, não adianta chegar a Lisboa e dizer que eu quero mais um equipamento social, ou quero mais uma escola, ou quero mais um hospital, ou quero mais qualquer coisa, porque toda a gente faz isso todos os dias. E, a pergunta que nos fazem sempre, é; justifique, porque é que quer mais? Para nós chegarmos à conclusão e podermos dizer o que é que nós queremos mais, temos que ter a convicção com exatidão daquilo que nós somos. Este observatório, o que vai permitir ter é dados quantificados daquilo que nós somos, exatamente aquilo que nós somos, para que nos seja possível conseguir reconhecer a necessidade de fazer mais nalgumas áreas, do que noutras áreas. Alterações climáticas, é um tema que vai estar fortemente implicado no novo quadro comunitário de apoio. Toda a gente as reconhece. Nós, aqui, temos um problema e temos que tratar dele com alguma antecedência, tem a ver com o setor primário. Há várias coisas que fazemos, quer na castanha, quer no azeite, quer no vinho que, provavelmente, vão ter que mudar devido ao facto das temperaturas e as precipitações estarem a mudar, ou seja, o que nós estamos a fazer dentro da CIM, são estudos para tentar antecipar as alterações que possam existir e transmitirmos essa informação a todo o território. Por último, temos umas dezenas de seminários que foram realizados no Alto Tâmega, é nossa obrigação disseminar informação por todos os Municípios e comprometermo-nos todos os anos a realizar um “Aquaforum”, que é o momento onde nós mostramos e prestamos contas daquilo que fizemos nesse ano. Agora, eu gostava de mostrar três “Highlights” para 2020, que nos parecem ser altamente relevantes. Capacitação, o sucesso da capacitação vai passar pela evolução do “AquaValor”. O “AquaValor”, sendo uma instituição que, neste momento, tem um recurso humano que é uma estagiária do IEFP, já conseguiu angariar dinheiro para 2020, num orçamento que é superior ao da CIM, que é uma coisa muito curiosa, esse dinheiro é obtido a 100%, Os municípios não têm que colocar nenhum dinheiro, nem os restantes conjuntos de associados. Segundo aspeto, o “AquaValor”, é o nosso garante para podermos fazer o caminho do ensino superior, não tendo uma instituição, cá, fixada a tempo inteiro. Neste momento, já estão mais de 150 alunos a estudar no “AquaValor”, em CTESP. Ainda não é o que nós desejamos, não! Mas é o caminho possível para podermos ter ensino superior público na Região. Segundo aspeto, ao nível do empreendedorismo e das empresas, por fim, um ano depois, pensamos que se vai libertar o novo programa de apoio às pequenas iniciativas empresariais, conseguimos com muita luta que este programa que só se aplica a territórios de baixa densidade, aquilo que eu, ontem, transmiti à Agência de Coesão, é que a malha devia ser mais fina, porque de baixa densidade somos quase 90% do país. O que nós devíamos conseguir era discutir uma outra malha, à qual chamaríamos territórios de fronteira, ou seja, todos aqueles territórios que estivessem até uma distância “x” da fronteira, teriam acesso a condições privilegiadas de utilização de Fundos Comunitários. De uma forma, ou de outra, eu posso dizer-lhes que entre nós e a ADRAT, temos neste programa muito próximo de 9 milhões de euros, 9 milhões de euros a 100 mil euros de financiamento a cada um, tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

que dar 90 projetos apoiados. Se houver 90 projetos apoiados, vai haver cerca de 270 a 280 postos de trabalho criados. Porque este projeto está, sobretudo, baseado na criação de postos de trabalho. Qual vai ser o grande desafio, aqui? Todos, sem exceção, conseguirmos divulgar o programa quando ele sair oficialmente, fazemos muitas sessões de ajuda para que os promotores consigam preparar as suas candidaturas para que eles sejam, vencedoras. Porque, esta verba, se não for utilizada, vai ser devolvida para outras regiões. Também lhes garanto que há regiões, hoje em dia, que têm um grande “handicap” para poder executar. Quando isto ficou centrado na baixa densidade, imaginam que a área Metropolitana do Porto que tem 20 milhões não vai executar facilmente 20 milhões, em 2 dos Municípios? Ou seja, todos os outros Municípios ficaram vedados de poderem fazer candidaturas. E por último na promoção. Os grandes desígnios têm sido sempre estes, aprender mais, poder organizar, financiar e promover e, no promover, eu julgo que a abertura do Posto de Turismo, que esperamos que aconteça em meados do próximo ano, em conjunto com a participação das feiras, consiga colocar-nos um pouco mais no mapa do que aquilo que temos estado até agora. Termina, dizendo, que, apesar de tudo, são bons sinais quando a ADC, faz reuniões no Alto Tâmega, quando na semana passada apresentamos o “AquaValor”, no Comitê de Regiões com DGRégio, coisa que nunca tinha acontecido e quando a “AquaValor”, ganhou o prémio da Fundação La Caixa ao nível da Fundação La Caixa e do BPI. E quando pela primeira vez nos dizem que nós temos um dos 10 projetos mais importantes que estão a ser desenvolvidos em Portugal. Portanto, isto tudo foi criado do zero, mas com uma perspetiva perfeitamente integrada entre todos os municípios que em junho de 2018, definiram como sendo o principal problema da região a falta de capacitação dos seus atores e definiram como sendo esse o desígnio a ter que ser cumprido. Termina e estou disponível, como é óbvio, para as questões que entendam colocar. Obrigado. -----

Intervenção: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde a todos, no recomeço dos trabalhos. De facto, vemos com bom agrado que, finalmente, um flaviense começa a ter algum destaque regional. Todavia, é importante um conjunto de esclarecimentos para os quais não temos documentação de suporte no Plano de atividades e Orçamento relativamente a projetos a iniciar em 2020. Era útil a indicação do valor afeto a cada projeto, a comparticipação local e o valor que, efetivamente, poderá ser cabimentado!? Relativamente ao projeto “AquaValor”, percebe-se que é um projeto estrutural da CIM, todavia, há aqui conceitos que se cruzam e que não são claros, não no sentido de falta de transparência, mas antes da necessidade de um esclarecimento adicional. É-nos dito que foi criada uma Associação elegível para candidatura a Fundos Comunitários e que por essa via, será financiado este projeto estratégico para o Alto Tâmega. Todavia, solicita-se informação relativamente aos parceiros, a sua cotização e a expectativa de financiamento desta Associação após término dos Fundos Comunitários!? Infelizmente, é recorrente constituírem-se Associações focadas exclusivamente na captação de Fundos Comunitários e que depois pugnam pela subsistência no término dos quadros Comunitários. Importa saber se será este um desses casos!? -----

Quanto aos projetos focados no combate das alterações climáticas, orçamentados num valor de quase 300 mil euros, o que é que efetivamente está a ser feito, ao que se destinam e qual é o Output esperado!? Por último, queremos questionar sobre o impacte da possível exploração de lítio na região na estratégia de promoção do turismo e valorização do território. A CIM-AT foi considerada neste assunto!? Trata-se de uma questão Supramunicipal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

queremos saber se essa exploração conflitua com a estratégia regional de utilizar o turismo como alavanca da economia e do território. E, mais uma vez as felicitações por haver um flaviense a ter sucesso ao nível regional e acho que devemos estar todos de parabéns por isso. -----

O 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, o **Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. Muito obrigado pelas questões, não é fácil em tão pouco tempo passar tanta informação, mas eu vou tentar chegar lá. O Presidente da CCDR Norte, ainda ontem disse isso. Algum dia vamos ter um livro sobre o “AquaValor”, a forma como foi construído. Porque tinha tudo para não ser construído. Porque é que tinha tudo para não ser construído? Porque aquilo não era para nós. Desculpem-me o à vontade, eu falo sempre à vontade. O que aconteceu foi que nós, apercebemo-nos que abriu um aviso para a criação de centros de investigação e transferência de tecnologia na Região Norte e o Alto Tâmega, era a única região NUT3 da Região Norte, que não tinha nenhuma infraestrutura deste género. No dia 9 de agosto de 2018, pedi uma reunião com o senhor Presidente da CCDR, cheguei lá e disse assim: o Alto Tâmega, não tem nenhuma infraestrutura deste género e devia ter. Ele disse-me, Professor Ramiro, não pode ser, isto não é para vocês, vocês não estão nesse nível de maturidade. Com todo o à vontade eu transmito esta informação, porque ele também já a transmitiu. E eu disse-lhe, desculpe, mas vamos preparar um projeto vencedor para isto. A nossa ideia inicial era que uma instituição de ensino superior pudesse ser elegível, portanto, a ideia era que o IPB, ou a Universidade de Vigo, a Universidade de Vigo, seria mais difícil, porque não pode sujeitar-se a receber Fundos Comunitários nossos, não é? Ou a UTAD, pudesse ser o parceiro para fazer a candidatura. É verdade que um mês e meio antes de acabar o prazo, não vou saber, porque nunca vou saber esta parte, alguém mudou o aviso e disse: “as entidades do sistema científico e tecnológico não são elegíveis, só são elegíveis associações privadas sem fins lucrativos”. Ok, nós tivemos um mês e meio para montar uma associação privada sem fins lucrativos e, foi o que fizemos. Quem é que juntamos na associação? E, aqui, agradeço a todos os associados, porque todos os que nós convidámos aceitaram. Obrigou-nos a fazer 4 visitas a cada um, em média, para explicarmos o projeto, a relevância do projeto e o interesse do projeto e, isto vai ao encontro daquilo que me suscitou que é: Qual é a viabilidade do projeto? Nós tivemos que apresentar à CCDR, um estudo económico-financeiro para 21 anos, após os 2 anos da instalação. Portanto, o projeto tem todas as condições para ser viável e teve nota de mérito 5 em 5, concorreram 10 contra nós e só havia um e nós vencemos. Quem são os associados? Bom, fomos por partes, precisávamos de ter instituições de ensino superior, o IPB, disponibilizou-se, estava no terreno, estava cá em Chaves. A ideia desde sempre deste projeto, era ser um projeto transfronteiriço, que não se confinasse à região, que potenciase a região, mas desse uma perspetiva internacional. A Universidade de Vigo, disponibilizou-se, foi lá. A seguir fomos buscar dois dos melhores centros de investigação que há na Região Norte, o INESTEC do Porto e o CIMO de Bragança. A seguir convidamos o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que também entrou na associação. E depois, era importante ter parceiros empresas, porque as empresas são os destinatários dos serviços que esta entidade vai prestar, ou seja, por exemplo; Termas de Chaves, com certeza, mas não só; Termas de São Pedro Sul; também quis aceder à Associação das Termas de Portugal que representa grande parte das Termas; Dois balneários termais espanhóis, também quiseram aceder. E, porque é que todos eles quiseram aceder? Não foi para nos fazerem algum favor, foi porque eles perceberam que esta entidade vai permitir desenvolver o que serão as termas do futuro para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

eles. E as termas do futuro passarão menos por tratamentos e muito mais por produto termal. Produto termal é conseguirmos colocar algum dia e, é uma grande ambição para todos, a água termal de Chaves em sistemas de vaporização. Como é que isso se faz? Ninguém sabe. O que é que tem que se fazer? É investigar para descobrir se é possível. Só se investiga com um centro deste género, não há outra forma, ninguém consegue dar palpites sobre isto. Outras dimensões. Porque é que as Águas de Carvalhelhos? Porque é que as Águas de Campilho? Porque é que o Super Bock Grup, quis entrar na associação? Porque é que as águas de Cabreiroá e as águas de Sousas, estão interessadas em aceder, agora, à associação? Porque eles, também, estão muito interessados em perceber qual vai ser o futuro das águas minerais, porque as águas minerais não têm que ser só tomadas quando nós comemos muito, as águas minerais, provavelmente, no futuro, serão utilizadas para fazermos a nossa própria comida. Porque já está mais do que estudado, pelo menos levemente estudado de que as águas minerais têm todas as características para serem usadas como água para cozinhar que tem características extraordinárias em relação à água natural. As empresas estão desejosas por ter esta informação, porque isso para elas é absolutamente crítico. Ora bem, pertencendo a uma associação que vai desenvolver este tipo de coisas. Objetivamente, eles são sócios da associação e, portanto, vão querer comprar esse tipo de serviços à própria associação e, para tal, assinaram declarações de compra de serviços à associação. Por outro lado, por exemplo, no Alto Tâmega, gasta-se 150 mil euros por ano em análises de águas só entre os Municípios. Se nós vamos ter o melhor laboratório de águas do país em comparação com o Laboratório do Instituto Superior Técnico, e eu digo que é o melhor porquê? Porque nós vamos investir 2 milhões de euros em equipamento e, aqui, o que interessa para ser melhor, ou ser pior, é ter equipamento e investigadores. Porque se eu tiver equipamento e investigadores esteja em Chaves, ou noutra sítio qualquer do mundo eu vou ter potencialidade para ser o melhor. Essas empresas assinaram cartas de conforto conosco, dizendo que estavam disponíveis para que uma parte das suas compras de análises de águas que fazem, serem feitas à própria associação de que fazem parte, tem lógica. Para, além disto, também entraram os grupos hoteleiros. Porquê os grupos hoteleiros? Porque o termalismo e a água no Alto Tâmega, esteve sempre associado a um território do bem-estar que é uma coisa que nós queremos recuperar rapidamente. Os romanos visitavam-nos, porque nós fazíamos bem qualquer coisa em termos de percepção daquilo que é a nossa vida, digamos assim. Antes deles, até no território, há vestígios disso. Há cem anos atrás, Vidago, Pedras Salgadas, tinham um Glamour que hoje em dia foram perdendo por diferentes vicissitudes e, o que se pretende, é recuperar isso. Os grupos hoteleiros estão muito interessados em perceber como é que se pode criar um nicho de turismo associado ao bem-estar nesta região e, por isso, é que também decidiram entrar como associados. Depois houve modelos de subscrição de unidades de participação, digamos assim. É óbvio, e todos saberão, que para que um centro hospitalar entre numa associação não lhe posso cobrar nada, porque se eu lhe cobrar um euro ou um milhão de euros tem que ir ao Ministro das Finanças, para haver uma decisão e, nós tivemos um mês e meio para montar a associação, portanto, tivemos que optar por isentar alguns dos sócios de pagar uma joia de entrada, sobretudo, quando eram sócios fundadores. Todos os que entrarem agora e já são vários que estão em fila de espera, irão ter que pagar, como é óbvio, subscrições de unidades de participação. Mas, numa fase inicial, e isso foi, sobretudo, alavancado por parte da CIM e por parte do IPB, ambas entenderam que subscreveriam grande parte das unidades de participação, para poder dar atividade à situação. Passando depois para o segundo tema candidaturas ao POSEUR, nestes 300 mil euros, temos muitas coisas, inclusivamente, temos a possibilidade de realizar para os Municípios, planos de emergência e combate aos incêndios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

e atualizá-los. Há várias coisas que fazemos para nós, alterações climáticas, como viram e há muitas outras coisas que fazemos para os Municípios, para os seis Municípios, dentro de uma escala NUT3, onde também aparecem muitos trabalhos relacionados com cartografia e por aí a fora. Mais, detalhes de cada um dos projetos, no nosso site estão as fichas de projeto, têm os detalhes todos, o orçamento todo, porque nós tentamos sempre que essa informação seja pública, aliás, como tem que ser, não é? Quem é que se contrata? De que forma é que se contrata? Para fazer o quê? Isso, está lá tudo explicitado. Terceiro tema que já, hoje, fui claramente bombardeado com ele, quer em Montalegre, quer em Boticas, o famigerado lítio, não é? Ok. Eu não vou dar a minha opinião sobre o lítio, também não é esse o interesse aqui. A posição dos Municípios do Alto Tâmega, é comum. Nós somos território de água e bem-estar, tudo o que ameaça território de água e bem-estar não faz sentido, à partida não faz sentido. Agora vamos dizer que não faz sentido sem estudar, sem perceber, sem elencar o que é que está em causa, não sei. É uma decisão que não compete à Comunidade Intermunicipal. A Comunidade Intermunicipal, não tem nas suas competências dar pareceres sobre isso. Os Municípios serão chamados a dar pareceres sobre isso, mas no que diz respeito à minha forma de ver e, aquilo que tem sido o posicionamento dos seis Municípios, ele é uníssono, que é, à partida tudo o que seja estragar o nosso “slogan” e a nossa ambição de crescimento não faz sentido. Disse isto hoje de manhã em Montalegre, como disse em Boticas, como já disse em Valpaços, como irei dizer em Vila Pouca de Aguiar, na próxima sexta-feira, em Ribeira de Pena, no dia 30. Ou seja, os Municípios, todos eles, têm concordância sobre este assunto. Quem é que hoje pode afirmar, categoricamente, que tem toda a informação para perceber o que é isto do lítio? E que tipo de situações existem por trás do lítio? Isso levar-nos-ia para uma conferência para podermos explicar e perceber melhor o que é que está aqui em causa, sendo certo, que ninguém deseja num território de bem-estar, ter extração a céu aberto, como é óbvio, ninguém desejará isso. E, portanto, é preciso que os Municípios, tomem as posições que têm tomado no sentido de estarem iminentemente, pelo menos, aparentemente, contra esse tipo de iniciativas. Mas é algo que a Comunidade Intermunicipal, não tem competências, nem vai ser chamada a pronunciar-se, apenas serve como um veículo de seis, é mais forte do que um, os seis quando expressam uma opinião, é uma opinião de uma NUT3, das oito que existem na Região Norte. Penso que tentei responder às questões, não sei se ficou elucidado. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para efetuar alguns esclarecimentos. -----

Renovar os cumprimentos, neste período da tarde. Um cumprimento particular ao Professor Ramiro Gonçalves, primeiro Secretário da CIM, que de facto, hoje, tem uma tarefa muito difícil, porque, de facto, três Assembleias Municipais para fazer em síntese de meia hora ou 45 minutos aquilo que tem sido a relevância do trabalho que tem sido feito no âmbito da CIM, de facto é tarefa complexa. E, por isso, agradecer a sua presença, agradecer, também, a capacidade de síntese e a forma clara como foi capaz de explanar, aqui, aquilo que tem sido, sobretudo, os projetos que estão em execução e aqueles que são os projetos que estarão em equação para o próximo ano, ao mesmo tempo que nos deu um panorama sobre aquilo que são os níveis de execução dos vários programas a nível nacional e a relevância que tem a nível da NUT3. Também, naturalmente, a questão que tem a ver com a taxa de execução por parte desta Comunidade Intermunicipal. Aproveito, aqui, também, para dizer que, de facto, têm sido dois anos de intenso trabalho, de cooperação entre os Municípios que integram a CIM, dos Presidentes de Câmara, do Secretariado Técnico que tem sido conduzido de forma magistral pelo Professor Ramiro, têm sido, de facto, dois anos de intenso trabalho, de muito compromisso e uma enorme estratégia, que gostaríamos, que desejamos que seja coroada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

de sucesso e, por isso, não só uma palavra de apreço, de agradecimento e de reconhecimento pelo excelente trabalho e, também, uma palavra de estímulo para o próximo ano, porque para o ano há mais, é mais um ano, é mais um desafio e os desafios são enormes. Fazer, aqui, a abordagem de três ou quatro questões: Primeiro, uma nota de registo positiva, pela primeira vez tivemos um relatório, um documento escrito, relativamente àquilo que é a atividade da CIM, no último ano. Era algo que vinha sendo solicitado em anos anteriores que não tinha acontecido e, de facto, desta vez aconteceu e, foi importante, porque permitiu o conhecer por parte destes membros, de forma prévia, alguns assuntos que iam sendo abordados e, também, permite ficar em letra de forma e para memória futuro aquilo que, aqui, foi dito; Depois dizer que se os membros desta Assembleia Municipal, quiserem conhecer melhor aquilo que são as atividades da Comunidade Intermunicipal, aquilo que faz parte dos documentos financeiros que estruturam a sua atividade, designadamente do orçamento e do plano, penso que esta Assembleia Municipal, tem membros na Assembleia Intermunicipal, e nessa altura foi explicado em detalhe projeto a projeto, com dotação financeira, quais são os valores, se os membros desta Assembleia Municipal quisessem e lendo os documentos que estão agregados nos documentos previsionais, veriam que há lá um documento que se chama Orçamento da CIM, e veriam que algumas das dúvidas que aqui foram colocadas não fazem sentido, porque estão lá explicadas. E, porventura, seria mais fácil se os documentos fossem lidos, algumas dúvidas ficariam à partida eliminadas. Quanto a estas questões que têm a ver com a sustentabilidade do projeto “AquaValor”, realçar a relevância que teve neste processo o Professor Ramiro Gonçalves, foi, de facto, muito importante, muitas das ligações, das conexões que foram feitas, resultaram da relação pessoal que ele tinha com algumas dessas pessoas, só assim, foi possível cozer, coordenar, conjugar pessoas tão distintas, como sendo pessoas que, neste momento, têm funções de governação importantes, representantes da CIM, ex Presidentes do IPB, atual Presidente do IPB, da Universidade de Vigo, do INESTEC, enfim, daquelas entidades que foram referidas aqui, acho que foi um momento feliz, mas também foi, sobretudo, um momento de muito trabalho, de muito foco, de muita entrega e isso, de facto, é algo que deve ser explicado, porventura, tivemos aqui, é preciso reconhecê-lo e devo fazê-lo de forma pública, tivemos um amigo que se chama Presidente da ex CCRN que foi o Professor Freire. Na minha perspetiva isto aconteceu por duas razões: primeiro, porque houve a oportunidade e houve muito trabalho da CIM, liderada pela equipa técnica do Professor Ramiro, mas depois houve, também, uma perceção da relevância do projeto e da sua pertinência que foi traduzida naquilo que, há pouco, foi explicado na mudança do âmbito de um aviso e isso deve-se sobretudo a uma pessoa que se chama Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Professor Freire e, portanto, é nessa perspetiva, um bom amigo deste território e, certamente, esse processo de sucesso que nós iniciámos e que gostaríamos que fosse sempre em crescendo, porque isso é muito importante para este território e continuo a dizer que este é o projeto, é o projeto deve-se à CIM, ao 1º secretário, aos senhores Presidentes, e, sobretudo, uma palavra importante ao Presidente da CCDRN. Reafirmar que a CIM, não tem competências em matéria de gestão de recursos minerais, em particular do lítio, não tem. Como não tem, as questões que têm sido suscitadas ultimamente, relativamente ao aproveitamento e utilização destes minerais, seja do ouro, seja da prata, ou seja do lítio ou de qualquer outro recurso mineral, essa é uma questão que é abordada numa perspetiva puramente concelhia, por uma perspetiva de enquadramento, de contextualização, mas também, de força conjunta, é desejável que a posição seja feita a nível da CIM, porque, certamente, a agregação de várias vontades fará com que a nossa posição seja mais forte. De qualquer das formas, dizer que este é um processo complexo, é um processo exigente e como tem sido referido o fundamental para este território, há de ser, sempre, aquilo que é a nossa matriz essencial, que é água e bem-estar e, portanto, turismo, atividades que têm que ver com os nossos recursos naturais, os nossos recursos endógenos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

e, por conseguinte, tudo o que esteja fora deste foco e desta orientação, será uma ameaça, sendo uma ameaça, teremos que a combater e, nessa perspetiva, com certeza que o processo há de ser longo, não sabemos exatamente quais vão ser as vicissitudes, no entanto, nós estamos convencidos de que temos que defender os nossos recursos e é com os nossos recursos, com a inovação, com mais conhecimento, com mais investigação que estes recursos poderão ter aquilo que nós desejamos que é gerar mais valor, gerar mais atratividade e, de facto, sermos um exemplo, é isso que nós pretendemos e, portanto, penso que só podemos deixar, aqui, palavras de estímulo à CIM, que com esta nova dinâmica, na minha perspetiva, tem feito muito mais do que foi feito nos últimos anos. Deixo aqui esta nota, é uma nota que eu assumo, perfeitamente. Muito obrigado. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 7 – Fixação de Imposto Municipal de “derrama” referente a 2019 e a cobrar em 2020. Proposta Nº 104/GAP/2019 -----O

Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

Boa tarde a todos, novamente. Temos aqui uma proposta que tem sido uma constante nos últimos anos que tem a ver com a fixação da derrama para o próximo ano, até ao limite 1.5%, sobre o juro tributável sujeito e não isento. O que nós propomos, aqui, à semelhança do que tem sido feito nos últimos anos, nos últimos anos, de facto, a fixação deste imposto adicional ao IRC, tem permitido ao Município arrecadar alguma receita, não é uma receita que tenha muita expressão. Estamos a falar de um imposto que, em média, nos últimos 3 anos registou uma receita de 131 mil euros e, portanto, a nossa proposta é que para o próximo ano possamos ter uma taxa que garanta este nível de eficiência financeira. A proposta faz uma referência a algumas limitações que tem a ver quanto à modulação da própria proposta e que não poderá ter, alguns aspetos que uma alteração recente à Lei das Finanças Locais, artigo 18 e 16, permite, porque não temos ainda aprovado uma coisa que se chama Regulamento Municipal de Benefícios Fiscais, que será um instrumento normativo que nós pretendemos trazer a esta Assembleia Municipal, em fevereiro, o mais tardar em abril e que permitirá no futuro, na nossa perspetiva, fazer com que a concretização e a forma da densificação de eventuais critérios legais para que haja uma taxa reduzida com determinados critérios como sejam: sector de atividade e criação de emprego no Município, possa ser um bocadinho mais adequada ao nosso tecido económico. De qualquer das formas, não sendo possível, a proposta que nós apresentamos, é no grosso modo muito, muito parecida com a do ano passado. -----

Intervenções: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde, renovo os cumprimentos. Senhor Presidente, nós necessitávamos de um esclarecimento adicional, porque não é claro e piorou depois da sua explicação, relativamente a quem vai pagar esta taxa? E se é certo que havia uma taxa normal aplicada de 1,5%, sobre empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros, era certo que o Município isentou, ou pelo menos, nunca cobrou essas taxas a empresas com sede social no Município. Não é claro para nós que essa isenção permaneça, mais, não estando em discussão o Regulamento, mas sim a proposta em sentido lato a menos que estejamos todos enganados em 2020 e, dado que o regulamento ainda não está aprovado, vão ser aplicadas duas taxas. Taxa geral de 1,5%, a empresas que tenham um volume de negócios superior a 150 mil euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

vão pagar o valor dessa taxa. E a taxa reduzida 0,01%, para empresas cujo volume de negócios seja inferior a 150 mil euros. Em 2021, se o Regulamento for aprovado e nele estiver previsto que podem ser aplicadas taxas reduzidas, com diferente dimensão, como muito bem um colega nosso diz, começa em 0.01%, para todos e poderá ir aumentando todos os anos. A seguir, e em jeito de resposta, podemos também clarificar o nosso sentido de voto. Gostávamos, efetivamente, de saber como é que é possível que havendo este ano um adicional de 0.01% em sede de orçamento e no ano passado estivesse cabimentada uma verba cerca de 141 mil euros, grosso modo, e agora com este adicional e sem ser clarificado o regime de isenções, estejam previstos 131mil e 788 euros, portanto, um decréscimo de quase 10 mil euros. Como é que é possível aumentar a taxa, a menos que haja alguma coisa em contrário, ela será aplicada a todas as empresas com sede social no Município, ou não? E, ainda assim, vamos cobrar menos imposto? Portanto, depois desses esclarecimentos iremos pronunciar-nos sobre o nosso sentido de voto. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro**, do **PS**, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde, renovo os meus cumprimentos. Em relação a esta matéria do chamado, Imposto Municipal de Derrama, o Município encontra-se bastante manietado nesta matéria e sem grande margem de opção. Assim sendo, não vale a pena estarmos a fazer um fogo-fátuo que não leva a nenhuma conclusão. Quanto à questão do Regulamento Municipal sobre benefícios fiscais, ainda bem que já está em elaboração e contamos que em breve venha a ser discutido e apreciado nesta Assembleia Magna, e tudo aquilo que se esteja aqui a discutir, a verdade é que se fez aquilo que é possível, não se podendo ir mais longe nesta matéria. Assim sendo, aquilo que nós temos a dizer, é que votaremos favoravelmente esta proposta, como é nosso apanágio. Muito obrigado. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para efetuar esclarecimentos. -----

Senhoras e senhores, estamos a falar de uma alteração e penso que a questão que está em discussão é, sobretudo, a questão que tem a ver com a alteração da Lei das Finanças Locais, no que diz respeito ao Artigo 18º, coincidência, depois no artigo 16º, tem a ver, exatamente, com a existência ou não existência deste Regulamento Municipal. É verdade que os todos municípios foram informados da imperiosidade de terem aprovado um regulamento desta natureza, apenas no dia 20 de novembro de 2019, significa isto que não houve oportunidade em tempo útil para criar um documento que não só agregará a matéria relativamente à Derrama, mas como a todas as questões relacionadas com benefícios fiscais que existem de forma avulsa no Município de Chaves. Como perceberam, fazer um regulamento de benefícios fiscais que agregue todos os que existem, desde: IMI, IMT e IVA, por exemplo, que são concedidas no âmbito das intervenções da reconstrução e reabilitação dos edifícios que ficam na zona do ARU, também temos que enquadrar neste próprio regulamento as questões que têm a ver com as isenções que estão concedidas relativamente, àquilo que são os apoios concedidos, à fixação de empresas por causa da atribuição de lotes. Estamos a falar de uma matéria com bastante complexidade e nós entendemos que mais vale, sobre esta matéria, refletir e construir um instrumento regulamentar, ponderado, sereno, para que, efetivamente, possa colher a aceitação de todos, do que estar a fazer um instrumento apressado e trazê-lo à Assembleia Municipal, sem ser devidamente ponderado. Perante esta situação, tínhamos um de dois caminhos ou efetivamente não fixávamos a taxa de Derrama e não fixávamos taxa de Derrama, absolutamente nenhuma, significava que não poderíamos taxar, sobretudo, aquelas, que nós entendemos, que são as empresas que pagam derrama, porque já se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

percebeu que dada a expressão financeira de 130 mil ou 140 mil euros, não são muitas as empresas que pagam a Derrama, já se percebeu. Porque, primeira condição, têm que ter lucro, as empresas que não tenham lucro, não pagam Derrama, isso significa que quem paga, Derrama neste território, são, sobretudo, quais? Eu atrevo-me a dizer que são, sobretudo, o E Leclerc. Nós não temos informação da Autoridade Tributária, porque não nos é acessível saber em concreto quais são as empresas que pagam imposto de Derrama, porque se nós soubéssemos, até podíamos, eventualmente, fazer uma proposta que se ajustasse melhor. Mas como sabem, por razões de confidencialidade fiscal, não temos informação sobre as empresas que, efetivamente, pagam Derrama, nós podemos extrapolar, eventualmente, imaginar, entendemos nós que as empresas de distribuição, designadamente o E Leclerc, que tem sede em Chaves, não dê prejuízo. Mas ficariam surpreendidos, se soubessem que muitas empresas que existem no território, têm prejuízo, porventura, ficariam surpreendidos. Portanto, estamos a falar, sobretudo, do quê? Do imposto que incide sobre empresas que, verdadeiramente, têm atividade em Chaves, mas que não têm a sua atividade principal aqui. E porquê? Já se percebeu com esta expressão financeira que têm. Entendemos, ainda assim, e já se percebeu destas minhas palavras que devíamos manter a Derrama, porquê? Porque entendemos que estamos a arrecadar receita, com a qual, podemos beneficiar o todo que é esta comunidade. Decidimos ir tão longe quanto possível a lei nos permite e quanto possível, qual é? É fixarmos uma taxa geral de 1,5%, e uma taxa reduzida de 0,01%. Porque é que nós entendemos que esta taxa não vai gerar grandes receitas? E, porque é que efetivamente e estranhamente se pode achar que o valor que está inscrito na previsão de receita nesta componente, é menor? Por uma razão muito simples. Porque há uma regra na contabilidade, no POCAL ainda e depois no SNC – AP, que diz uma coisa muito simples, que a receita deve ser calculada com base na média dos últimos 3 anos, por isso, é que está este valor, porque nos últimos 3 anos, mesmo que nós tenhamos a expectativa de crescer ligeiramente, o valor ainda é inferior ao ano anterior. Mas, também, devo dizer, se tiver execução superior, melhor.

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde a todos. Renovo os cumprimentos. Portanto, aquilo que o senhor Presidente, nos veio transmitir, aquilo que está à nossa frente que é isso que nos pedem para votar, é aplicar a taxa de Derrama a todas as empresas independentemente da sua sede social. Além disso, a taxa que existia de 1,5%, passa agora a ser complementada com uma de 0,01%, esta é nova, não existia. À falta do regulamento onde poderão ser identificadas as isenções, digamos, os considerandos que possam retomar uma atividade melhor para a economia, para os empresários e a Gala do Empreendedorismo, que muito bem o senhor Presidente, referiu da parte da manhã, que efetivamente possa valorizar os empresários, para nós podermos refletir se formos chamados a contribuir para esse regulamento, poderemos ter, aqui, um voto positivo. O que, aqui, nos é dado a conhecer, é mais um imposto para as empresas da terra, com sede social na terra e o PPD/PSD, não se identifica com mais um imposto para a economia, para quem trabalha, para quem gera riqueza e, portanto, votamos contra. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para efetuar esclarecimentos. -----

Senhor membro desta Assembleia Municipal, o senhor quer continuar na falácia, mas enfim! O que está a dizer, é claramente uma proposta que não tem enquadramento legal. O que o senhor propõe, e verdadeiramente o que está a dizer, é que esta proposta que aqui está, é 95%, semelhante às últimas que foram votadas nesta Assembleia Municipal, muitas delas foram protagonizados pelo partido pelo qual o senhor concorre, afinal esta é inadequada e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

antes eram boas. É isso que está a querer dizer. Pois estou a dizer o seguinte, mesmo que houvesse regulamento a proposta do ano 2019, não podia ser aprovada. Porque se ler com atenção e vou aproveitar para ler: primeiro não há isenções, há reduções, o que diz a lei, é que será possível, desde que o tal Regulamento esteja aprovado, que se possam introduzir novos critérios. Quais são esses novos critérios? Volume de negócios das empresas beneficiárias, já está até 150 mil euros, significa que se pode fixar outros tetos. Setor de atividade em que empresas beneficiárias operam no Município e criação de emprego no Município, não está aqui nenhum critério que permita, por exemplo, reduzir as taxas de todas as empresas que tenham sede em Chaves, isso não vai ser possível, percebe? E, portanto, o que nós estamos a discutir claramente, é uma contradição. É que estamos perante uma proposta de manutenção do imposto que tem sido cobrado nos últimos anos e que, de alguma forma, está a ser interpretada como um agravamento daquilo que é a carga fiscal. Quando nós estamos a prever uma diminuição de receita, é curioso, mas fica aqui a nota, enfim, percebemos bem. Afinal, o PSD que é tão na lógica da eficiência, de facto o que quer é menos receita e mais despesa. Muito obrigado. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra e em direito de resposta, disse: -----

O que nós dizemos, dizemo-lo claramente. O que, aqui, nos é dado a votar, representa a aplicação de um imposto adicional de 0,01%, pelo menos, a todas as empresas com sede no Concelho, à data de hoje. É isso que nós temos à nossa frente, e votamos contra. Quando o regulamento vier, pode ter o contributo dos vereadores, pode ter o contributo de outros grupos municipais, poderá até gerar consenso no sentido de que seja votado por unanimidade. Aquilo que, aqui, temos é mais um imposto para todas as empresas e votamos contra por esse motivo. Quando vier o regulamento, veremos. -----

Encerrou o debate deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para efetuar alguns esclarecimentos. ----- Devo dizer uma coisa muito simples, o que está aqui não é um imposto para todas as empresas. Eu vou começar pelo princípio, estamos a falar de um adicional ao imposto que é o IRC, e só para as empresas que têm lucro. Portanto, não é para todas as empresas. Significa que o universo das empresas que está em causa, é absolutamente pequeno. Depois, dizer, quando me diz que o adicional para algumas empresas 0,01%, sobre o lucro, de facto, estamos a falar de uma verba muito relevante, é isso que aqui fica. -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor, treze votos contra e seis abstenções. -----

PONTO 8 – Criação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), para o ano de 2020. Proposta Nº 97/GAP/2019. -----

-O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

Esta, sim! Trata-se de uma taxa nova, sim! Contrariamente à taxa anterior, esta é verdadeiramente uma taxa nova. Temos uma taxa que se designa por Taxa Municipal Direitos de Passagem. Foi criada por um Diploma de 2004 e que visa onerar financeiramente a título de taxa todos os operadores que utilizem o nosso espaço, especialmente o subsolo para utilização de rede de telecomunicações. Esta proposta é, de facto, uma proposta nova, que agora é apresentada e tem a seguinte motivação: como sabem e, porque tive a oportunidade de o referir nesta Assembleia Municipal, aquilo que era a taxa, uma taxa municipal que tinha sido criada há uns anos por este órgão que era a taxa de ocupação do subsolo e com base



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

na qual se liquidavam taxas, sobretudo, a quem utilizava o subsolo com condutas, estamos a falar da Meo, da Altice, da Zone, da EDP, das Águas do Norte, enfim, aquela taxa que fez com que tivessem sido liquidados valores muito próximos dos 17 milhões, tenha vindo progressivamente a ser assumido a nível daquilo que são as sentenças dos tribunais superiores, designadamente a nível do Supremo, têm vindo a considerar essa taxa ilegal. Neste momento, somos confrontados com uma posição unânime, que entende que os Municípios não podem cobrar relativamente, pelo menos, à utilização do seu subsolo por parte de infraestruturas de telecomunicações não podem cobrar a Taxa Municipal. A única taxa que podem cobrar para o efeito concreto, é, efetivamente, a taxa que este Diploma criou em 2004, é a tal Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Não podemos optar entre a aprovação desta taxa e a aprovação de uma taxa alternativa criada com base noutros critérios, noutros moldes e que vise, exatamente, o mesmo desiderato. Nessa perspetiva e como temos neste momento, e partilhamos essa informação com o executivo municipal, a posição assumida que, efetivamente, não faz mais sentido e continuar a liquidar taxas municipais de direitos de ocupação, porque são ilegais, sob pena de incorrerem em dois riscos. Por um lado, sermos condenados por litigantes de má-fé e sermos condenados em valores expressivos e, ao mesmo tempo, continuarmos a pagar taxas, ou melhor, custas judiciais de alguma relevância, como tem acontecido nos últimos tempos e, nesta medida, entendemos não proceder mais à liquidação dessa taxa e em alternativa fazer a aprovação desta taxa que é a taxa que os Tribunais entendem que é adequada. É verdade que a diferença é muito grande. Nós não temos, neste momento, histórico relativamente àquilo que pode ser a receita decorrente desta taxa municipal, portanto, não tendo o histórico, mas de alguma forma, utilizando informação disponível noutros municípios com a nossa dimensão e com o nível de utilização de redes muito similares, a verdade é, que entendemos que, provavelmente, esta taxa não gerará valores superiores a 10 mil euros, ano. Nós vínhamos liquidando por conta da outra taxa entre 2 e 3 milhões de euros. Por conseguinte, chegados aqui, tendo a perceção e a consciência que esta taxa não tem grande expressão, ainda assim, entendemos por questões de eficiência fiscal e de equidade fiscal, apresentá-la para que este órgão municipal a possa apreciar, discutir e votar. -----

Não houve intervenções. -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 9 – Consulta Prévia N.º29/SC/2018 – Prestação de serviços de auditoria financeira – Relatório e conclusões apresentados pela KPMG e Associados, S.A. Informação N.º42/DGF/2019. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

Temos, aqui, para conhecimento deste órgão deliberativo um documento que foi elaborado na sequência de um procedimento prévio à contratação e que visava esclarecer, elucidar algumas das questões que tinham sido suscitadas, também por nós, enquanto oposição e que entendemos que era importante de forma definitiva e para o futuro, clarificá-la. Tive a oportunidade de dizer que, porventura, no final do ano de 2019, teremos as nossas contas limpas, claras, transparentes e absolutamente rigorosas. É nesse pressuposto que foi feita esta auditoria. Dizem que esta auditoria é uma auditoria de âmbito muito limitado. Foi uma auditoria que foi feita na sequência do convite a três empresas conceituadas, na especialidade para a prestação de serviços de auditoria a saber: KPMG; Deloitte e C&R - Ribas Pacheco, foi um contrato que foi celebrado no dia 14 de dezembro de 2017, pelo valor de 17 mil 995 euros, acrescido de IVA. O âmbito fixado para esta auditoria, foi a identificação dos factos que pudessem vir a ser geradores de reconhecimento de eventuais encargos, a título de passivos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

contingentes e a adoção de procedimentos que permitissem uma análise detalhada dos seguintes parâmetros: -----

Primeiro - apuramento dos juros-de-mora acumulados, debitados pela empresa Águas do Norte, que sucedeu às águas de Trás-os-Montes. -----

Segundo - Principais indicadores das empresas Municipais participadas e avaliação à exposição do Município de Chaves; -----

Terceiro – discriminar e comentar os processos em tribunal mais relevantes que envolvam o Município de Chaves. -----

Esta auditoria teve, naturalmente, como pressuposto e não visou a certificação legal de contas e, portanto, não teve esse âmbito. A KPMG, desenvolveu o seu trabalho no período de 29 de janeiro de 2018 a 1 de fevereiro de 2019, contando com a colaboração da Divisão de Gestão Financeira, do consultor jurídico, Doutor Vítor Brás e da Sociedade de Advogados Ramos Pereira e Sampaio associados, que acompanham os processos de natureza fiscal relacionados com a ocupação do subsolo. O relatório foi elaborado em 10 setembro de 2019, por esta empresa de revisores. As principais conclusões que podemos extrair destes documentos que foram divulgados e que foram objeto de distribuição, é que no período de 2010 a 2016, as Águas do Norte, antes Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, intentaram várias ações judiciais, pedindo o pagamento ao Município de Chaves, de 7 milhões e 472 mil euros, dos quais 1 milhão e 850 mil euros, diz respeito a valores de consumos mínimos, sendo que o montante relativo a juros-de-mora nesse período, portanto, 2010 a 2016, se cifrou em 3 milhões e 147 mil euros e deste valor 875 mil euros, são relativos a mínimos. Em dezembro de 2017 foi determinada, como sabem, pese o desagrado, manifestado pelo PSD, nas contas do passivo a terceiros o montante parcial da dívida às Águas do Norte, em cerca de 5.622 milhões de euros, excluindo desse registo, os valores referentes a consumos mínimos e respetivos juros-de-mora. Essa decisão permitiu aproveitar a prerrogativa prevista na lei do Orçamento Geral do Estado, à data, o artigo 83, da Lei 114/2018 de 29 de novembro, e nesse contexto e nesse âmbito e por causa disso foi celebrado um acordo de regularização de dívidas a 20 anos no montante de 3 milhões e 877 mil euros, deduzindo nesse acordo os valores relativos à correção de caudais indevidamente faturados pelas Águas do Norte, correções de tarifários e taxas de ocupação de subsolo de 2011 a 2014. Tal acordo, implicou o pagamento de juros-de-mora vencidos a 31 de dezembro de 2018 no montante de 951 mil euros. A estimativa total dos juros referentes a 20 anos, portanto, ao acordo que foi celebrado na sequência deste mandato normativo, excluindo os valores do perdão legal que foram de 30% dos juros de mora, foram então assumidos de 2,6 milhões de euros, estamos a falar de 1 milhão e 650 mil euros, mais 951 mil euros. O valor referente a consumos mínimos e respetivos juros de mora, no valor atual de 2 milhões e 725 mil euros, traduzem uma contingência para o Município e, portanto, estão inscritos como, já perceberam, no respetivo mapa de passivo contingente. O passivo do MARC, foi assumido pelo Município de Chaves em 2018, constava de dois empréstimos de médio e longo prazo, cujo capital em dívida se concretizava em 3 milhões e 430 mil euros. Na Associação Profissional de Chaves, apesar das dificuldades de acesso às contas, concluiu-se existir controlo por parte do Município. Nesse pressuposto, a presunção de controlo do passivo desta Associação, poderá relevar para a dívida total do Município, em cerca de 62,5%. A Escola de Enfermagem, perdeu acuidade neste processo, porque a entidade promotora transmitiu de forma definitiva através de trespasse de estabelecimento de ensino superior, e por isso, neste momento, os valores que estão na respetiva associação que é detida por 6 municípios e 4 misericórdias não têm qualquer relevância. Depois, dizer, que relativamente aos processos judiciais em curso, está ainda em curso um processo judicial que tem a ver com o Emparque, tem a ver com a questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

do Parque de Estacionamento das Freiras que representa um risco contingente de 3 milhões e 330 mil euros, da Meo/Altice, temos que registar um crédito recebido no ano de 2018, de 2 milhões e 190 mil euros, dos processos de expropriação temos a identificar três valores diferentes. Estamos a falar do valor referente à concretização do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, que gerou um encargo adicional de 305 mil euros, do Programa Polis de Francisco Reis Basílio, mais 600 mil euros, do Programa Polis Alberto Couto Alves, mais 140 mil euros, depois de negociação e, portanto, é isto que me cumpre, aqui, dizer. Há algumas notas que consideraria, naturalmente, aqui relevar: primeiro, a auditoria foi feita sem ruído, tranquila e de forma isenta, sem objetivo de propaganda política, sem condicionamentos ou orientações, realizada por entidade credível e registada na CMVM, de âmbito absolutamente limitado para evitar custos desnecessários que agravassem a situação difícil do Município, O âmbito foi definido a partir das dúvidas e interpelações, sucessivamente, apresentadas nesta Assembleia, pelos representantes do PS e nunca respondidas. As dúvidas eram no essencial: as dívidas às Águas do Norte, os juros de mora vencidos por causa dessa dívida, as responsabilidades decorrentes das participadas e os riscos de contencioso. O PSD, afirma, agora, que a auditora devia ser mais ampla, devia ser uma espécie de auditoria forense e com o uso de recursos que o Município não tem, porventura, milhares de euros. Mas quando o pode fazer, não o fez, ou melhor, aprovou deliberações com esse desiderato para depois, logo a seguir, tomar uma decisão de revogação. Afinal o que era, deixou de o ser, para voltar a ser de novo. Assim, permito-me, aqui, deixar duas notas de conclusão. Primeira, com base nesta auditoria, podemos, hoje, dizer que no final do ano de 2017, ou melhor, à data da tomada de posse deste executivo, a dívida deste Município, reconhecendo o crédito da Meo, seria de 40 milhões e 212 mil euros. As contas são fáceis de fazer, 38 milhões e 92 mil euros, constam da prestação de contas de 2017, 3 milhões e 430 mil euros do MARC, 600 mil euros da expropriação do Pólis, 305 mil euros da expropriação Pólis, 140 mil euros da mesma forma, 353 mil euros da REFER, abatido o valor da MEO, que são 2 milhões e 190 mil euros. Portanto, mesmo que não consideremos e não devemos considerar, apesar de o risco ser elevado e que possamos ser condenados no que diz respeito às ações intentadas pelas Águas do Norte, relativamente aos consumos mínimos que podem cifrar-se muito próximo dos 3 milhões, ainda assim, são 40 milhões e 212 mil euros sem contar com esses 3 milhões. E, portanto, era a nota que queríamos deixar. É este o valor que nós continuaremos a usar para fazer a comparação com a execução que faremos ao longo do nosso mandato. O futuro dirá se aumentámos a dívida ou se a diminuámos. Os Flavienses farão essa análise e a respetiva avaliação. -----

Intervenção: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Fátima Liliana Fontes Correia**, do **PS**, no uso da palavra, disse: -----

Renovo os meus cumprimentos, a todos os presentes. Relativamente ao relatório de conclusão sobre a auditoria efetuada pela KPMG, há uma expressão utilizada pela senhora vereadora do PSD em sede de reunião de Câmara Municipal, que me chamou a atenção, até porque foi várias vezes repetida, e passo a citar “trata-se de uma investigação orientada a meia dúzia de indicadores escolhidos, aleatoriamente, pelo Presidente da Câmara”. Tal afirmação não poderia estar mais errada, pois aleatório é algo fortuito, eventual, incerto e, pelo contrário, o objeto desta auditoria é bem concreto e material, visto que visou debruçar-se sobre as matérias que, efetivamente, o executivo apresentava dúvidas, dúvidas estas tantas vezes colocadas aos executivos anteriores e que não foram devidamente explicitadas. Várias vezes foi contestada a forma reiterada como os executivos anteriores não registavam a dívida às Águas do Norte, assim como, várias vezes foi solicitada informação relativamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

às responsabilidades contingentes do Município, solicitações estas, que também não foram atendidas. Assim como as conclusões versadas neste relatório de que nos foi dado conhecimento, as contas do Município passam a ser absolutamente fidedignas, minorando o risco de surpresas negativas, herdadas do passado. Sim! Porque foram várias as surpresas negativas que este executivo teve de encarar ao longo destes dois primeiros anos de mandato, nomeadamente no que concerne a indemnizações de expropriações que ainda derivaram do programa Pólis e que não estavam devidamente acomodadas nas contas do Município. Como já referido, a pretensão da auditoria por parte do Partido Socialista, ainda enquanto oposição, e agora concretizada enquanto executivo, nunca foi versar sobre o trabalho técnico realizado pelos colaboradores da Divisão de Gestão Financeira, ou outras divisões técnicas, mas sim quanto às opções políticas que foram prosseguidas, ignorando dívidas e contestando outras judicialmente, com o único objetivo de empurrar para a frente os problemas, ganhando desta forma algum falso alívio financeiro e não procedendo sequer ao seu devido registo. Assim, agradecemos ao executivo municipal, na figura do senhor Presidente, o acesso ao relatório que nos foi disponibilizado, com a certeza de que enquanto liderarem o rumo dos flavienses, tais omissões de informação não se irão repetir, encetando uma era de transparência e confiança, confiança esta que é imprescindível e fulcral para atrair pessoas e investidores. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para efetuar esclarecimentos. -----

Eu, ao longo desta Assembleia, já fui deixando algumas notas, que para nós, de facto, no fecho das contas de 2019, com a informação agregada a todos os níveis, designadamente mudança de práticas internas, com a colaboração de resolução de contas, com a informação que esta auditoria nos facultou, precisamos, ainda, de fazer alguma melhoria, sobretudo, no que diz respeito ao relacionamento e à agregação de informação com a Associação Promotora do Ensino Profissional, é preciso trabalhar melhor essa informação e quando essa informação estiver trabalhada, fica aqui o compromisso, será trazida a esta Assembleia Municipal, para que, efetivamente, nós possamos ter de forma transversal, de forma integrada, de forma consolidada, toda a informação relevante sob o ponto de vista económico e financeiro, quer na lógica do ativo, quer na lógica do passivo. Porque, só assim, geraremos confiança nos nossos parceiros, na comunidade e, também, naturalmente, para quem olha para nós e para que nós próprios fiquemos de consciência tranquila na gestão da coisa pública. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento -----

PONTO 10 – Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos destinado à exclusiva amortização antecipada de outros empréstimos em vigor/ até 9.120.342,51€. EMLP para saneamento financeiro (CGD) = 2.380.371,39€. EMLP para saneamento financeiro (BPI) = 6.739.971,12€. Relatório final de análise das propostas – pedido de autorização. Informação N.º 43/DGF/2019-----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

O que, hoje, apresentamos nesta Assembleia Municipal, passa por conceder a autorização necessária e devida para procedermos à substituição de dois empréstimos contraídos pelo Município, em sede de saneamento financeiro. Porque, como sabem, executivos anteriores tiveram que recorrer pelo menos duas vezes à banca com valores expressivos, estou a falar do saneamento financeiro que ultrapassou 13 milhões de euros, e daquilo que se chamou, de forma eufemística, de PAEL, o Programa de Apoio à Economia Local. O que nós estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

fazer, agora, de forma progressiva, é fazer a substituição de todos os empréstimos para que possamos ter melhores condições financeiras e para que a trajetória descendente de consolidação dos recursos financeiros decorrentes dos juros à banca possa ser menor. E, só assim, se percebe claramente que o caminho é este. Só a título de exemplo e de memória, reconhecer que o Município de Chaves em 2014, pagou de juros-de-mora, provavelmente, um valor acima de 1,5 milhões, no ano de 2015, pagou 2.8 milhões de juros à banca, perdoem-me o arredondamento, naturalmente que isto que pode envolver algum erro, mas não materialmente relevante 2017, 1 milhão e 70 mil, em 2018, um valor bastante e muito relevante com uma redução de 52%, ficamos abaixo do meio milhão, para ser exato 475 mil euros. No ano de 2019, que é o ano em que nos encontramos os juros à banca andaram, aproximadamente, abaixo dos 300 mil euros e para 2020, queremos que se situem pouco acima dos 200 mil euros. Mas, isso, só se consegue com duas coisas. Consegue-se com boa gestão e gerando confiança nos nossos parceiros. Eu quando estou a falar de parceiros, estou também a falar daqueles que criam instrumentos financeiros para que nós possamos, quando necessário, alocar recursos para as atividades relevantes. Estamos a falar da banca. Não vale a pena falar que o contexto de hoje é que é importante que o contexto de 2019 era um contexto diferente do de 2014, ou de 2013. Eu trago à colação uma experiência própria que eu já partilhei. Em 2014, eu conduzi e conheço outros processos em que o “spread” que nós temos apresentado nesta proposta, não andou muito longe daquilo que foi contratualizado por outros Municípios. Isso devia-se, sobretudo, ao perfil de risco do Município de Chaves e, na minha perspetiva, à desconfiança que as contas publicadas geravam. Podem, eventualmente, achar que não. Mas, entidades financeiras olham para a coerência das contas, para a sua coesão, depois validam-nas, validam-nas com a informação local. E, portanto, o que nós temos aqui é esta proposta para contrair um novo empréstimo que vai ser utilizado para liquidar dois empréstimos dos famigerados empréstimos do saneamento financeiro. E, portanto, o que apresentamos é um pedido de autorização para que seja contratualizado um empréstimo até ao montante máximo global de 9 milhões, 120 mil, 342 euros e 51 cêntimos, para liquidar integralmente os dois empréstimos existentes, um à Caixa Geral de Depósitos e outro ao BPI, um com o valor de 2 milhões, 380 mil, 371 euros e 39 cêntimos e outro com o valor de 6 milhões, 739 mil, 971 euros e 12 cêntimos. O prazo do contrato é de 8 anos, porque é esse o prazo que falta decorrer para que o período deste empréstimo se conclua, não tem período de carência, significa isto, que vamos iniciar, logo, a pagar juros e amortizações, o reembolso será a prestações semestrais, logo que o visto do Tribunal de Contas, seja concedido. A taxa de juro indexada é a seis meses, acrescida de um “spread”, há uma cláusula de amortização de encargos antecipado e integral sem qualquer penalização o que significa, se nós conseguirmos melhores condições, podemos liquidar, também, este empréstimo e não pagar nada com isso. Tem uma cláusula importante que é chamada cláusula de travão, significa que neste caso concreto, o valor do “spread” pode, eventualmente, ser subtraído se a taxas de referência Euribor, for negativa, que é o que vai acontecer no nosso caso. E, portanto, o que nós fizemos, foi apresentar esta proposta cumprindo aquilo que são os critérios que estão na Lei das Finanças Locais, na Lei nº73/2013 no artigo 51, nº11 e que tem um conjunto de pressupostos muito exigentes relativamente à contração de empréstimos. Nesse capítulo, como já referi, os 9 milhões e 120 mil euros, com o prazo de 8 anos, temos que garantir que as amortizações deste empréstimo estão dentro da linha das amortizações médias que têm um limite inferior, que são 80% das amortizações médias, no caso em concreto são 912 mil euros por ano. Foram consultadas várias entidades financeiras, já se conhece o que tem sido feito no passado, faz-se uma consulta bastante alargada para gerar concorrência e no caso concreto foram consultadas as seguintes entidades financeiras: Banco Montepio Geral; BPI;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

BIC, Caixa Geral de Depósitos; Caixa de Crédito Agrícola; BCP; BANC INTER; Banco Santander Totta e Novo Banco. Dessas entidades financeiras que foram consultadas responderam 5 bancos: Banco Santander Totta; Caixa de Crédito Agrícola; Caixa Geral de Depósitos; Banco BPI e Millennium BCP. Há, aqui, um sinal positivo, porque, pese embora o valor do empréstimo ser significativo, de 9,2 milhões de euros, ser feito apenas numa operação e não em duas como foi feito no passado, ainda assim, o mercado demonstrou interesse e tivemos 5 propostas. Dessas 5 propostas o Santander Totta, apresentou no que diz respeito ao “spread”, 1,11%; a Caixa de Crédito Agrícola, 1 ponto percentual; a Caixa Geral Depósitos, 1 ponto percentual; o Banco BPI, 0,69% e o Millennium BCP, 1,75%. Como temos aquilo, que eu acabei de dizer, que é a cláusula travão, acreditamos que a taxa final, será uma taxa inferior àquilo que é a taxa que resulta do “spread”. Por isso, como a taxa de referência, neste momento, é negativa, poderá não o ser no futuro, mas neste momento o que resulta, é que as taxas finais são as seguintes: Banco Santander Totta, 0,77%; Caixa de Crédito Agrícola, 0,66%; Caixa Geral Depósitos, 0,66%; Banco BPI, 0,347% e Banco BCP, 1,48%. E, portanto, é isto que apresentamos aos membros desta Assembleia Municipal, dizendo que este empréstimo tem um conjunto de balizas, são balizas legais, que impedem o aumentar da dívida total do Município. Como tal, tem que garantir a diminuição do serviço da dívida e, portanto, em resultado desta operação percebeu-se claramente que há vantagens financeiras relevantes. E, portanto, vamos ter nos primeiros 2 anos, garantidamente, uma taxa de juro final de 0,347%, nos restantes anos de 0,69% e teremos, de facto, é importante que se diga, vamos ter uma diminuição do serviço da dívida de 308 mil euros, sendo certo, que a nível, meramente, anual vamos ter uma diminuição de serviço da dívida de 39 mil euros. Portanto, esta proposta que aqui apresento, apresento-a de forma muito consciente e afirmativa. -----

Intervenção: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Fátima Liliana Fontes Correia**, do **PS**, no uso da palavra, disse: -----

Estamos perante um ato de boa gestão do executivo municipal ao substituir dois empréstimos bancários com taxas de juro ainda elevadas, taxas estas, fruto não só da evolução dos mercados financeiros, mas também da falta de credibilidade que caracterizava o Município de Chaves, junto dos seus credores, num só empréstimo com um “spread” de 0,69% que permitirá uma poupança total de 308 mil euros, mantendo o prazo remanescente de liquidação do empréstimo de 8 anos. O “spread” de um empréstimo é definido em função do risco da operação e é extremamente positivo verificar que o Município tem ganho a confiança das instituições de crédito. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: *Pelo Grupo Municipal do PS:* Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida; Luís Manuel Areias Fontes, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Fernando Luíz Lopes Moreira, Fátima Liliana Fontes Correia, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, José Francisco Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro e Clara Maria Pinto Dias Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura, António José dos Santos, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Miguel Vieira Miranda, Carlos Alberto Pinto Branco, Anabela Maria Neves Martins e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves e Manuel Justino Matos Cunha.

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Carlos António Batista Feliz. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Rogério Amaro Alves de Oliveira, José Fernandes M. Serralheiro, António Manuel Rua Reis, Lígia Maria Chaves Silva, Alfredo Augusto Dias Gaspar, Fernando Alberto Barreira de Moura, Ilídio Jorge Chaves Correia, Octávio Rodrigues Bastos, Cecília Maria Silva Almeida Alves, João Manuel Almeida Pinto, Adriano Vieira Rodrigues, António José Lopes, António Lopes, Luís Saraiva Garcia, António Eusébio Vieira Cardoso, Carlos Alberto Batista Xavier, Gilberto Santos de Jesus, Rui Alberto Trinta Pintor, João Manuel Pereira Teixeira Borges, Alcino do Nascimento Santos, Maria José Sena Barros, Pedro Manuel Pereira Barroco, Mário José dos Anjos, João Rua Banha, Jorge José Pereira de Carvalho, Rui Manuel Branco Rodrigues, António Carvalhal dos Reis, em representação do Presidente de Junta de Freguesia de Vilela Seca, Luís Jorge Martins Fernandes (secretário) e Ramiro Figueiredo dos Santos. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação os seguintes membros: *Pelo Grupo Municipal do PS:* Ernesto Salgado Areias e Gisela Maria Esteves Espírito Santo, Domingos Moura Alves, Carlos Alberto Soares Alves e Luíz Mário Alves Carneiro. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Milena Sofia Vieira Melo, André Fontoura Faria e Jaime Esteves de Abreu. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Arlindo Santos Costa, João Ramos Duro, Nelson Fernandes Costa, José António de Oliveira Carreira, Hugo Manuel Alves Silva, Filipe Maldonado Pinto, Eduardo dos Santos Carneiro, Pedro Miguel Rodrigues, Luís António Gonçalves Costa e Paulo Nuno Jesus Pereira. -----

PONTO 11 – Minuta do Contrato Interadministrativo entre os Municípios e as Juntas de Freguesia. Informação Nº272/DAR/2019; -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo municipal. -----

Boa tarde a todos. O que neste momento se pretende apresentar é, de facto, a solução que permitirá que as Freguesias possam continuar a fazer a gestão da água para consumo humano. Como sabem, nos últimos anos, as exigências que se colocam àquilo que é a captação, distribuição e manutenção dos sistemas, particularmente o da água e, sobretudo, as garantias da qualidade da mesma, têm vindo a por, de forma crescente, exigências maiores e obrigações para as entidades concessionárias. No entanto, fazendo e tendo tradução aquilo que foi o compromisso que eu sempre assumi, entendo que devemos colocar à consideração das respetivas Freguesias, a avaliação no que diz respeito à manutenção da gestão daquilo que são os sistemas de abastecimento de água de carácter autónomo que existem em muitas das nossas Freguesias, ou em algumas aldeias dessas mesmas freguesias. E, portanto, esta proposta que hoje é apresentada, que é designada por contrato interadministrativo, vai permitir nos termos e condições fixadas neste documento que as freguesias que votarem favoravelmente nesta Assembleia Municipal e, naturalmente, nos órgãos das freguesias em causa, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, possam garantir que as obrigações que os concessionários têm nesta matéria, estão fixadas num conjunto de diplomas designadamente o Decreto-Lei nº 194 e cuja entidade faz a aferição do cumprimento que é, como sabem, a Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos, designada por ERSAR, possa naturalmente sancionar favoravelmente esta decisão. Este, foi um documento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

que foi sendo construído em proximidade e em diálogo permanente com os senhores Presidentes de Junta que lhes foi previamente apresentado, tivemos oportunidade de discutir os termos e as condições e os aspetos mais críticos e, no essencial, este documento e respeitando aquilo que foi o documento base que foi remetido pela ERSAR, que, desta vez, elaborou um contrato programa, digamos assim, relativamente fechado no que respeita aos aspetos e obrigações do município e, ainda assim, será possível continuar a garantir não só a qualidade da água, mas, também, a gestão e proximidade através das freguesias. Esta proposta está interligada com uma outra que tem a ver com a aprovação do tarifário, com a criação de uma terceira tarifa para os aglomerados rurais que não são abastecidos pelas Águas do Norte, para garantirmos que, efetivamente, os preços, neste caso as tarifas relativas ao fornecimento de água, sejam compagináveis com aquilo que é a situação socioeconómica da maioria das famílias que vivem nas nossas freguesias. Mas, também, tendo em atenção a circunstância de muitas das captações, explorações e condutas que foram realizadas pelas respetivas populações e por conseguinte, não devem ser incorporadas como um custo no apuramento daquilo que é o preço, neste caso, a tarifa da água. E, portanto, a proposta que, aqui, está apresentada, que será apreciada pelos membros desta Assembleia Municipal, é uma proposta que pode ainda, assim, ter um aspeto relativamente ao qual as freguesias podem optar, tem a ver com a circunstância de poderem optar por fazerem diretamente a cobrança ou entenderem que essa cobrança deve ser feita pelos municípios. Esse, é um aspeto que será opção de cada um dos órgãos das freguesias. Outro aspeto é, como sabem, a obrigação que o município tem em assumir, contrariamente àquilo que vinha sendo o hábito no passado, é que os planos de controlo de qualidade da água, passam a ser obrigação do município, ao invés do que acontecia nos últimos tempos que era das freguesias. E, portanto, é aquilo que, no momento, fica à vossa consideração e que pretende garantir estas duas dimensões. Por um lado, garantir o cumprimento das obrigações legais e a qualidade da água e, ao mesmo tempo, garantir que a mesma possa ser gerida pelas freguesias, de uma forma próxima e direta se assim o entenderem. -----

Intervenções: -----

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do PSD, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde a todos. Da nossa parte, há informação que deveria ser melhor explicada, nomeadamente, o que vai acontecer às freguesias nas quais são aplicadas tarifas que deverão ser atualizadas pela proposta de tarifário que foi aprovado, ainda recentemente. Trata-se de uma matéria que deixa às freguesias, especialmente às pequenas, às mais afastadas das cidades, neste caso, da nossa cidade e que tradicionalmente resultam de investimento da população. Queremos ser um assunto, essencialmente, de interesse da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia, dos vizinhos, e, portanto, cremos que este é um assunto que deve ser deixado à consideração e à consciência de cada um dos deputados municipais. Sendo, claramente, os senhores Presidentes de Junta, os que sentem as dificuldades e os constrangimentos, deveriam manifestar-se aqui e agora, quanto mais não seja, porque, a seguir, terão que prestar contas às respetivas Assembleias de Freguesia. ----

O membro da Assembleia Municipal, Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões, **João Manuel Almeida Pinto**, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, caríssimos senhores, Presidentes de Junta, senhoras e senhores aqui presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Apesar do senhor Presidente da Câmara, ter feito aqui um esclarecimento sobre este ponto, preparei um texto em que talvez possa dar uma explicação, principalmente para aquelas pessoas que não estão dentro do assunto, como estão os Presidentes de Junta, como está o senhor Presidente da Câmara, porque o resultado deste ponto, aqui, apresentado, já foi discutido por várias vezes em várias reuniões que já tivemos. De acordo com a Lei 75/2013, artigo 131, os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações. Quanto à qualidade da água para consumo humano a entidade competente é a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos que conhecemos por ERSAR, assim previsto no Decreto-lei 306/2007, de 27 de agosto, na sua redação atual. Neste sentido, pode o Município de Chaves, através de um contrato interadministrativo, delegar nas Juntas de Freguesias as competências do serviço de abastecimento de água de consumo humano, não deixando, porém, de o anterior ser a entidade responsável. Para o efeito, a ERSAR enviou um modelo de contrato que deve ser utilizado para atualizar os contratos até agora existentes o qual prevê que: -----

- A Entidade Gestora, neste caso o Município, é responsável pelo regime legal de controlo de qualidade da água para consumo humano; -----

- Pela elaboração de programa de controlo de qualidade, os PCQAS; -----

- De efetuar as análises de controlo de qualidade da água e efetuar o reporte da informação de qualidade da água à ERSAR e também de elaborar a proposta tarifária, aprová-la e remetê-la para a mesma. Mas no mesmo contrato também estão contempladas as responsabilidades das Juntas de Freguesia, que passam por: garantir o serviço de abastecimento de água através dos trabalhos de gestão, operação e manutenção do serviço de abastecimento de água de consumo, delegados pelo Município, onde, também, se inclui a reparação de roturas, leitura de contadores, cobranças, instalação de contadores e a desinfeção dos depósitos. Torna-se, portanto, necessário que cada Junta de Freguesia, faça uma análise sobre a sua capacitação para exercer estes serviços com a qualidade e a exigência que merecem, tendo em conta que todos os sistemas públicos de abastecimento de água devem adaptar-se às novas exigências legais relativas à implementação da abordagem de risco ao longo de todo o sistema de abastecimento, desde a captação até à torneira do consumidor, a monitorização das substâncias radioativas na água, seguindo as diretivas da União Europeia. A Junta de Freguesia de Madalena e Samaiões, tem a competência delegada pelo Município de Chaves, de garantir o abastecimento público da água de consumo humano na aldeia de Samaiões. Sabendo que este serviço é um bem fundamental e indispensável para a qualidade de vida e saúde das pessoas, acarretando, por isso, uma grande responsabilidade, mas, ainda, mais acrescida para a Câmara Municipal, que responde perante a ERSAR, esta Junta de Freguesia, realizou este ano um investimento significativo num sistema de tratamento da água de consumo humano mais sustentável e mais eficaz. Assumir a gestão do abastecimento público da água é cada vez mais um serviço de grande complexidade que, além de acarretar um grande encargo financeiro para as Juntas de Freguesia, requer a disponibilidade de recursos humanos e meios competentes para viabilizar os vários problemas que deste serviço advêm, nomeadamente o garante da quantidade e a qualidade da água que entra nos depósitos através das nascentes, mas, também, da quantidade e qualidade da água tratada que sai dos depósitos para a rede de abastecimento. Ano após ano os períodos de seca têm sido cada vez maiores o que leva à necessidade de reestruturar os sistemas e depósitos de abastecimento de água em determinadas aldeias, tendo em conta que muitas das nascentes que alimentam os sistemas, já não são o que eram e que a água teima em escassear. Não sendo propósito e exigência de parte do Município de Chaves, que a gestão da água no território das freguesias do concelho passe definitivamente para o seu domínio e gestão. A ERSAR, não partilha a mesma opinião, interpretando que além de ser necessário existir mais controlo na qualidade da água, deve haver mais rigor na gestão financeira, isto é, entre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

despesa e a receita quer de parte das juntas de freguesia, quer de parte do município, reclamando a prática de um tarifário único transversal às freguesias que insistem em assumir o serviço de abastecimento, não deixando, ainda assim, de ficar prevista uma discriminação positiva a favor das famílias mais numerosas e com rendimentos mais baixos. O abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais urbanas e a gestão de resíduos urbanos são considerados serviços públicos essenciais, por serem vitais ao dia-a-dia dos cidadãos e é nesse sentido que Câmara Municipal de Chaves, tem assumido esta questão com responsabilidade, coerência e sensatez, realizando um esforço operacional e financeiro para garantir, não só, que o serviço de abastecimento de água de consumo na cidade seja garantido com eficiência e qualidade, mas, também, nas aldeias do concelho, sejam da gestão da própria Câmara Municipal de Chaves ou das juntas de freguesia. Sendo do conhecimento público o que aconteceu num passado recente, onde a água para consumo humano deixou de ser paga entre o período de 2010 a 2016, demonstrando uma total irresponsabilidade cívica, moral e económico-financeira de parte do então executivo, sendo este um comportamento desleal para com todos os flavienses, acumulando-se desta forma uma dívida de 7,472 milhões de euros, ao que se acrescentam 3,147 milhões de euros, em juros, perfazendo um total de 10.619 milhões de euros, valendo o esforço, a dedicação e o empenho do atual Presidente da Câmara, que com competência e em bom tempo, teve a capacidade de negociar a dívida com o compromisso de a mesma ser saldada. -----
Obrigado Presidente. -----
Desejo a todos um Feliz Natal. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para esclarecer e responder a outras questões que lhe foram colocadas. -----
Reconhecidamente trata-se de uma matéria de alguma complexidade e de algum risco envolvido. De facto, a relação que todos nós temos com a água, a água para consumo humano tem vindo a mudar ao longo dos tempos. De uma visão mais virada para aquilo que é um recurso individual e próprio, numa dimensão mais humanística. A verdade, é que a água, hoje, é claramente um bem de domínio público, é assim assumida, ainda que, naturalmente, seja um bem essencial a cada um dos cidadãos. Por isso, sabendo nós da exigência, não só por razões de sustentabilidade, mas também por razões ambientais e de alterações climáticas, nós temos que olhar para este recurso em várias dimensões. Claro está que a dimensão da sustentabilidade económica e financeira é importante, mas mais importante que essa, na minha perspetiva, é a dimensão da sustentabilidade ambiental. Sabemos todos que, provavelmente, o recurso que vai ser mais disputado, vai ser a água para consumo humano. Porquê? Porque concorre com outras utilizações. Utilizações para fins industriais, utilizações para fins agrícolas, utilizações para fins lúdicos e turísticos. E, portanto, com certeza que estamos a falar de um recurso que vai sofrer muitas pressões. Ao mesmo tempo que sabemos todos que a questão da sustentabilidade, daquilo que nós conhecemos hoje, este nosso sistema único que é a terra, depende no essencial da água. Por isso é que se tem feito muitas discussões no sentido de se perceber se Marte tem água. Porque a água é a condição básica à vida. E, por isso, nós que estamos a tentar explorar outros mundos, devíamos, sobretudo, olhar para este nosso mundo e, sobretudo, para o que podemos fazer para garantir que com os nossos comportamentos, com as nossas atitudes, garantirmos, efetivamente, que há um equilíbrio e que aquilo que hoje se designa por alterações climáticas, não vão ter os fenómenos e os efeitos tão nefastos como se espera que aconteça. Por isso, neste caso concreto, para além da questão e desta dimensão de quem gere e se a gestão é do município, se é da freguesia, eu acho que tem que ser sempre numa lógica de boa gestão, de eficiência, de racionalidade, de critério e de equilíbrio. E, por isso, cada vez mais, temos que fazer um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

esforço no sentido de que a água seja usada com parcimónia para que, não só, as famílias tenham menos encargos financeiros, mas, também, para que possa naturalmente cumprir as funções essenciais e primárias que deve cumprir. E, por isso, dizer que este protocolo traduz uma visão e uma dimensão de confiança na gestão das juntas de freguesia, naturalmente, com o acompanhamento e responsabilidade primeira do município que querará garantir essas dimensões de que falámos, há pouco. Qualidade e acessibilidade desta água e, por isso, fizemos, e não sendo dimensão mais importante como sabem bem, o novo tarifário que criou mais uma categoria de tarifa que é, de facto, uma tarifa que pretende ser especificamente destinada a estes agregados familiares. Vamos ter uma batalha dura com a ERSAR, sabemos-lo, porventura, vamos ter alguns reverses porque não sabemos exatamente e se efetivamente, afinal, vai ser aceite ou não. Mas a nossa convicção é que importa diferenciar até ao nível daquilo que são os custos que existem com a captação e a distribuição desta água para que, efetivamente, nós possamos ter no território acesso a este bem essencial por todos os nossos concidadãos e, por isso, o que eu entendo e desejo, é que esta decisão que cada um e cada uma dos senhores Presidentes de Junta, fizerem relativamente a esta matéria, o façam de forma consciente, de forma responsável, sabendo que o município será sempre parceiro neste processo numa lógica de construção positiva, de resolução dos problemas que, porventura, possam existir e que certamente vão existir. É esta a mensagem que vos queria deixar. -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e seis votos a favor, zero votos contra e onze abstenções. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um apelo aos membros Assembleia Municipal para se manterem nos seus lugares, contribuindo assim, para dar cumprimento à Ordem do Dia. Informou haver um acordo de princípio com os Grupos Municipais, para a simplificação do procedimento das discussões e votações. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para efetuar uma sugestão. -----
Era isso mesmo, senhor Presidente da Mesa, que ia sugerir. Numa lógica de simplificação e de aceleração deste processo de apreciação e de discussão, ao invés de eu fazer uma exposição mais ou menos extensiva sobre a matéria, como as próprias propostas têm fundamentação e se, porventura, for suscitada alguma dúvida que resulte, enfim, de alguma conclusão que não seja clara ou de algum aspeto que não conste da informação, se o Senhor Presidente da Assembleia e os senhores membros desta Assembleia assim o entenderem, fazemos de uma forma diferente, eu apenas clarificarei e não farei a apresentação, dando por apresentada e por apresentados os fundamentos das propostas. Pode ser? -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse, concordo senhor Presidente, a nossa proposta ia nesse sentido. -----

PONTO 12 – Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesias do Concelho de Chaves, com escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, para expediente e limpeza e outras despesas - Ano Letivo 2019/2020. Informação Nº201/SE nº74/2019; -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

PONTO 13 - Celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Lamadarcos. Proposta Nº 106/GAP/2019. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 14 – Junta de Freguesia de Santo Estevão. apoio financeiro relativo ao Ano Letivo 2019/2020. Proposta Nº 112/GAP/2019-----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - EHATB, EIM, S.A. Relatório de Execução Orçamental 3º Trimestre 2019-----
Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 16 - Celebração de Contrato-Programa entre o Município de Chaves e a EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A. Ano 2020. Proposta Nº 117/GAP/19. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta votos a favor, zero votos contra e duas abstenções. -----

PONTO 17 - Aprovação definitiva do Projeto de Regulamento de atribuição de bolsas de investigação. Proposta Nº 102/GAP/2019. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 - Quarta alteração ao Regulamento para atribuição de apoios a estratos sociais desfavorecidos. Informação/Proposta Nº207/SHSDPC/Nº 123/2019 -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - Projeto de Interesse Municipal “Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio”. decisão definitiva no âmbito do procedimento de audiência prévia sobre o parecer emitido pela CTAAF-PIM no 3.º Relatório Semestral de acompanhamento, de 16/05/2019 (deliberação de reunião de câmara de 11/06/2019) Informação Nº97/DSC/2019, da Engª Cláudia Ferreira de 08.10.2019; -----
Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----
A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 20 –. Análise do 2º Relatório Semestral de Execução do Projeto de Investimento “Solar Thermallnstitute” classificado como PIM – Requerente: Solar Investment Imobiliária, Lda – Morada: Edif. Praça do Brasil, Lj.4 e 11, 5400-123 Chaves - Informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Nº82/DSC/2019, do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira de 2-09-2019. -----
Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 21 -. Análise do 11º Relatório Semestral de Execução do Projeto de Investimento “Preparação e Conservação de Frutas por Outros Processos” classificado como PIM”, sendo Promotora Isabel Grilo Unipessoal, Lda. – decisão definitiva - Informação Nº83/DSC/2019, da Engª Cláudia Ferreira de 26-08-2019-----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 22 - Análise do 2º Relatório Semestral de execução do Projeto de Investimento “Reabilitação do Hotel Premium Chaves – Aquae Flaviae” classificado como PIM – Requerente: Hotel Premium Chaves, Lda – Praça do Brasil, 5400-123 Chaves - Informação Nº111/DSC/2019, da eng.ª Cláudia Ferreira de 21.11.2019-----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

PONTO 23 - Pedido de certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – do Fundo & Filhos, Hotel Castelo de Chaves, Lda – Processo 188/15 – Rua dos Açougues, Nº 20 / Rua da Muralha Nº 2 a 4 – Santa Maria Maior - Informação N. 346/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 – Pedido de Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Secundino Fernandes dos Santos – Processo 187/17 – Rua das Longras - Santa Maria Maior - Informação Nº 404/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 - Pedido de Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Sogevalor – Investimentos, Lda – Processo 554/17 – Terreiro de Cavalaria - Santa Maria Maior - Informação Nº 405/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 26 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Paulo Jorge dos Santos Teixeira – Processo 168/14 – Rua São José - Madalena - Informação Nº 417/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

PONTO 27 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Adérito Costa Medeiros – Processo 380/16 – Rua Direita, Nº 96/98 - Santa Maria Maior - Informação Nº 418/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 28 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Eduardo José da Graça Tiago – Processo 445/18– Rua Direita 205/207 – Santa Maria Maior - Informação Nº 421/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 29 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI – Florinda de Oliveira Teixeira Batista – Processo 705/13 – Rua dos Dragões - Santa Maria Maior - Informação Nº 425/DSCH/19, do Técnico Superior Artur Lopes Baltazar. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 30 – Edificação e Regularização de Imóveis, pedido de isenção – Processo Nº 247/19 – União de Freguesias de Eiras, S. Julião de Montenegro e Cela – Lugar de Forno, S. Lourenço – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da sra. Eng.ª Maria João Chaves datada de 03.10.2019. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 31 – Alterações ao Alvará de Loteamento N.º 16/88, exposição – Processo n.º 4/06 – Carrico e Alves, Lda. – Lugar do Lombo, Freguesia de Vilar de Nantes – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da sra. Arq.ª Dora Videira datada de 25.10.2019. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----
Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra para efetuar um esclarecimento sobre os pontos que se seguem. -----
De facto, para além de fazer a gestão destas matérias que é complexa, porque qualquer alteração implica, necessariamente, de estar à espera de uma Assembleia Municipal, para que possa ter concretização. Porventura, depois de nós fazermos um plano de mobilidade para a cidade que já, aqui, foi referido e que é algo que já está pensado, mas não está contratualizado, mas está pensado, devemos fazer uma avaliação daquilo que é a sinalização que nós temos na cidade e, ao mesmo tempo, e penso que é possível, podemos construir um regulamento ou um código municipal, onde sejam definidas as regras relativamente a esta matéria e, nesse contexto, possa ser atribuída à Câmara Municipal a competência para aprovar as alterações nessa matéria, é isso que temos em mente, mas, ainda, não tivemos capacidade, nem oportunidade de avançar com esta solução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

O membro da Assembleia Municipal, **Carlos Afonso de Moura Teixeira**, do **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Só um contributo a propósito deste código, em vez de ser requerido como tem sido prática o lugar de estacionamento para o Pároco, talvez seja de requerer para o serviço de apoio a funerais, ou serviço de apoio ao serviço religioso e dessa forma alargar o âmbito. -----

O membro da Assembleia Municipal, **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, do **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente, venho, aqui, só para referir que concordo com a metodologia que aqui adotou. Concordo com aquilo que disse o senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o plano de mobilidade e concordo com o que disse o Presidente do Grupo Municipal do PSD, Carlos Afonso. Mas venho, essencialmente, para me dirigir a vós para desejar um Santo e Feliz Natal, umas boas festas e um próspero ano de 2020 e que traga a todos e às vossas e às nossas famílias os melhores desejos e êxitos pessoais e profissionais. A todos um Feliz Natal. -----

PONTO 32 – Pedido de colocação de sinalização de trânsito nas Avenidas 5 de outubro e Dr. Mário Soares – Processo N.º 865/19 – Guarda Nacional Republicana – Informação do Chefe Divisão de Projetos e Mobilidade, sr. Eng.ª Abel Peixoto datada de 18.11.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 33 – Colocação de sinalização na Freguesia de Anelhe – Processo N.º 992/18 – Junta de Freguesia de Anelhe – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 19.11.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 34 – Alteração da sinalização na Rua do Rio – Processo N.º 864/18 – Leopoldina da conceição Abreu Machado – Rua do Rio, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 21.11.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 35 – Pedido de colocação de sinais – Processo N.º 665/19 – Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 18.10.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 36 - Pedido de alteração de trânsito – Processo N.º 664/19 – Joaquina dos Reis Teixeira – Rua do Telhado, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 04.10.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata nº. 6 – 18/12/2019

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 37 – Pedido de implementação de medidas de acalmia de tráfego – Processo Nº 902/18 – Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém– Av. Nossa Senhora da Saúde, Freguesia de S. Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 27.09.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 38 – Criação de lugar de cargas e descargas – Processo Nº 706/19– Rua da Muralha, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 01.10.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 39 - Marcação de lugares de estacionamento – Processo Nº 323/19 – União de Freguesias de Vidago – Avenida 20 de julho - Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do sr. Eng.º Bruno Rua datada de 22.10.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 40 – Pedido de reserva de dois lugares de estacionamento em espaço público, destinados a veículos da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – Processo Nº 751/18 – Alameda da Galinheira, em frente ao Edifício da antiga Junta de Freguesia da Madalena - Informação do Chefe da Divisão de Projetos e Mobilidade sr. Eng.º Abel Peixoto datada de 22.10.2019. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não houve intervenções: -----

Após colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade-----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro** usou da palavra e disse: -----

Boa tarde a todos. Renovo os cumprimentos a todos, ao público aqui presente, aos membros do apoio técnico a esta Assembleia Municipal, à Mesa, ao Presidente da Mesa, aos senhores secretários da Mesa, cumprimentos, também às senhoras e senhores vereadores, aos membros desta Assembleia Municipal. Primeiro, agradecer pessoalmente a forma empenhada, comprometida e presente com que estivemos, aqui, neste período absolutamente longo, depois, também, a elevação, a cordialidade e o pragmatismo com que aqui foram tomadas as decisões e terminando, naturalmente, para desejar a todos e a todas, um período em família feliz, que seja uma quadra em que nós possamos, sobretudo, dar de nós aquilo que melhor temos e, sobretudo, que seja aquilo que cada um deseja e, naturalmente, no respeito pelos outros. Depois, que o próximo ano de 2020, seja um ano, como disse o membro desta Assembleia Municipal, em todas as dimensões, profissionais, pessoais em comunidade e que seja um ano muito feliz e muito conseguido e que sejamos todos felizes. Obrigado a todos. Bom Natal e Bom Ano de 2020. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

Ata n.º 6 – 18/12/2019

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Em meu nome pessoal, e como Presidente da Assembleia Municipal e, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, agradecer a todos os elementos que compõem esta Assembleia, a forte colaboração e o empenho que demonstraram ao longo deste ano. A nossa missão tem sido simplificada pela vossa colaboração, pelo entendimento que se tem manifestado, aqui, nesta Assembleia, para mim tem sido muito fácil conduzir esta Assembleia. Temos criado um espírito de colaboração, necessariamente com as diferenças que devem ser devidamente expressas publicamente como o tem sido, por vezes de uma forma acalorada, mas é próprio da democracia. Agradecer também a colaboração com a Câmara Municipal, com o senhor Presidente, com os senhores vereadores, esse entendimento também tem existido. Aproveitar para desejar a todos, aos senhores membros da Assembleia Municipal, aos senhores Presidentes de Junta, ao senhor Presidente da Câmara, às senhoras e senhores vereadores, aos membros que me acompanham na mesa e que me dá imenso prazer trabalhar com eles, desejar a todos um feliz e santo Natal e desejar-lhes que o próximo ano seja um ano cheio de felicidades e venturas, que a vida profissional e pessoal lhe corra da melhor forma e que haja para todos, essencialmente, muita saúde e muito bem-estar. Muito obrigado. Bom ano de 2020. -----

Após proposta do Presidente da Mesa, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua executoriedade imediata. -----

O Presidente:

O 1º Secretário

O 2º Secretário

A funcionária